

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	8
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	9
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	11
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	12
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	14
--------------------------	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	97
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	99
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	100
--	-----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2020</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	197.467
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>197.467</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
1	Ativo Total	29.730.047	26.469.544
1.01	Ativo Circulante	7.374.934	6.756.098
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.274.132	1.280.195
1.01.02	Aplicações Financeiras	38.813	5.496
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.012	1.978
1.01.02.01.03	Títulos disponíveis para venda	2.012	1.978
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	36.801	3.518
1.01.02.02.01	Títulos disponíveis para venda	36.801	3.518
1.01.03	Contas a Receber	2.816.225	2.664.015
1.01.03.01	Clientes	2.816.225	2.664.015
1.01.03.01.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.356.246	2.447.175
1.01.03.01.03	Contas a receber acordos	459.979	216.840
1.01.04	Estoques	34.180	15.830
1.01.04.01	Almoxarifado	34.180	15.830
1.01.06	Tributos a Recuperar	979.781	765.135
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	979.781	765.135
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	51.448	68.086
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	928.333	697.049
1.01.07	Despesas Antecipadas	49.019	33.166
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.182.784	1.992.261
1.01.08.03	Outros	1.182.784	1.992.261
1.01.08.03.03	Outros créditos	296.105	195.581
1.01.08.03.04	Ativo financeiro setorial	578.162	1.608.152
1.01.08.03.05	Serviços em curso	203.381	188.528
1.01.08.03.06	Operação com instrumento derivativo	105.136	0
1.02	Ativo Não Circulante	22.355.113	19.713.446
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.147.440	15.200.884
1.02.01.04	Contas a Receber	31.951	34.525
1.02.01.04.01	Clientes	23.899	25.920
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	8.052	8.605
1.02.01.07	Tributos Diferidos	4.375.086	4.327.475
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	4.375.086	4.327.475
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	13.740.403	10.838.884
1.02.01.10.04	Cauções e depósitos vinculados	848.467	808.869
1.02.01.10.06	Outros tributos compensáveis	6.414.979	4.495.140
1.02.01.10.08	Ativo financeiro da concessão	4.910.002	4.532.124
1.02.01.10.09	Outros créditos	88.808	41.713
1.02.01.10.10	Ativo financeiro setorial, líquido	733.101	444.594
1.02.01.10.11	Ativo contratual (infraestrutura em construção)	686.535	466.563
1.02.01.10.12	Operação com instrumento derivativo	58.511	49.881
1.02.02	Investimentos	41.250	41.250
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	41.250	41.250
1.02.03	Imobilizado	191.622	230.806
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	191.622	230.806

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
1.02.03.01.01	Ativo de direito de uso	191.622	230.806
1.02.04	Intangível	3.974.801	4.240.506
1.02.04.01	Intangíveis	3.974.801	4.240.506
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.974.801	4.240.506

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
2	Passivo Total	29.730.047	26.469.544
2.01	Passivo Circulante	8.127.352	6.039.724
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	121.057	134.354
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	121.057	134.354
2.01.02	Fornecedores	1.730.153	1.865.919
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.730.153	1.865.919
2.01.03	Obrigações Fiscais	550.960	515.091
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	169.129	111.739
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.978	0
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	159.151	111.739
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	380.391	401.757
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.440	1.595
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.707.102	273.508
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	981.888	230.884
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	11.968	230.884
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	969.920	0
2.01.04.02	Debêntures	725.214	42.624
2.01.05	Outras Obrigações	3.778.948	2.902.366
2.01.05.02	Outros	3.778.948	2.902.366
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	584.681	214.054
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	2.741	3.273
2.01.05.02.06	Encargos Setoriais	415.286	419.534
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	369.620	295.140
2.01.05.02.09	Passivo financeiro setorial, líquido	1.172.753	957.969
2.01.05.02.10	Reserva de Reversão	7.343	7.342
2.01.05.02.11	Obrigações com Benefícios pós-emprego	9.607	12.358
2.01.05.02.12	Contas a pagar - acordo Eletrobras	353.257	342.811
2.01.05.02.13	Obrigações por arrendamento	60.703	69.848
2.01.05.02.14	Operação com instrumento derivativo	1.491	1.274
2.01.05.02.15	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	801.466	578.763
2.01.06	Provisões	239.132	348.486
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	236.929	346.003
2.01.06.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	236.929	346.003
2.01.06.02	Outras Provisões	2.203	2.483
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.203	2.483
2.02	Passivo Não Circulante	18.218.082	16.460.604
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.921.755	3.613.904
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	34.552	43.539
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	34.552	43.539
2.02.01.02	Debêntures	2.887.203	3.570.365
2.02.02	Outras Obrigações	14.611.217	12.273.094
2.02.02.02	Outros	14.611.217	12.273.094
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	3.233	5.215
2.02.02.02.07	Obrigações com Benefícios pós-emprego	6.430.926	5.982.423
2.02.02.02.09	Encargos Setoriais	37.005	34.553
2.02.02.02.11	Reserva de Reversão	38.549	44.056

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	35.382	77.597
2.02.02.02.13	Passivo financeiro setorial	720.460	522.128
2.02.02.02.14	Contas a pagar - acordo Eletrobras	695.810	1.019.775
2.02.02.02.15	Obrigações por arrendamentos	160.890	192.034
2.02.02.02.16	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	6.488.962	4.395.313
2.02.04	Provisões	685.110	573.606
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	682.662	571.158
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	682.662	571.158
2.02.04.02	Outras Provisões	2.448	2.448
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	2.448	2.448
2.03	Patrimônio Líquido	3.384.613	3.969.216
2.03.01	Capital Social Realizado	3.079.525	3.079.525
2.03.02	Reservas de Capital	2.268.430	2.268.430
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.267.883	2.267.883
2.03.02.07	Outras reservas	547	547
2.03.04	Reservas de Lucros	367.903	838.532
2.03.04.01	Reserva Legal	196.766	196.766
2.03.04.02	Reserva Estatutária	171.137	171.137
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	470.629
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	308.709	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	763.930	816.684
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-3.403.884	-3.033.955

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.861.613	10.861.003	3.865.986	10.686.727
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.439.711	-10.002.887	-3.245.355	-9.471.338
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-1.916.420	-5.778.257	-2.122.376	-5.807.460
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda - PROINFA	-60.772	-167.317	-72.048	-221.838
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição	-567.876	-1.288.923	-425.417	-1.255.151
3.02.07	Pessoal e Administradores	-168.195	-522.159	-191.939	-564.946
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-7.817	-21.614	-6.090	-19.013
3.02.09	Serviços de Terceiros	-153.013	-461.660	-137.410	-379.401
3.02.10	Material	-16.493	-70.469	-14.328	-44.553
3.02.11	Custo de Construção	-264.009	-750.679	-197.737	-550.083
3.02.12	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquida	-90.864	-334.970	-41.732	-184.390
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros, Líquida	-21.801	-69.986	2.040	-36.003
3.02.16	Depreciação e Amortização	-176.407	-508.971	-38.476	-356.724
3.02.17	Outras Receitas e Despesas Operacionais	3.956	-27.882	158	-51.776
3.03	Resultado Bruto	421.902	858.116	620.631	1.215.389
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	421.902	858.116	620.631	1.215.389
3.06	Resultado Financeiro	-163.891	-449.226	-88.422	-402.054
3.06.01	Receitas Financeiras	56.595	167.792	78.659	250.702
3.06.02	Despesas Financeiras	-220.486	-617.018	-167.081	-652.756
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-221.278	-613.770	-166.691	-652.189
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	792	-3.248	-390	-567
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	258.011	408.890	532.209	813.335
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-98.650	-152.935	-186.512	-267.274
3.08.01	Corrente	-9.977	-9.977	0	22.287
3.08.02	Diferido	-88.673	-142.958	-186.512	-289.561
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	159.361	255.955	345.697	546.061
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	159.361	255.955	345.697	546.061
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019</b>
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,80703	1,29619	1,75075	2,76547

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	159.361	255.955	345.697	546.061
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-525.893	-369.929	14.871	18.074
4.02.04	Ajuste de Avaliação Atuarial	-792.365	-561.850	0	0
4.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	269.404	191.029	0	0
4.02.06	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-4.442	1.352	22.530	27.384
4.02.07	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	1.510	-460	-7.659	-9.310
4.03	Resultado Abrangente do Período	-366.532	-113.974	360.568	564.135

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.263.984	403.178
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.858.956	1.973.602
6.01.01.01	Lucro líquido do período	255.955	546.061
6.01.01.02	Depreciação e amortização	512.289	356.724
6.01.01.05	Variações monetárias	37.354	-12.094
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro da concessão	-64.971	-97.142
6.01.01.07	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	336.607	185.434
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros, líquida	87.105	60.878
6.01.01.09	Atualização Acordo Eletrobras	38.164	79.784
6.01.01.10	Custo de empréstimos e Debêntures (encargos de dívidas)	231.491	238.603
6.01.01.11	Benefícios pós-emprego	335.299	265.001
6.01.01.12	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-1.777	-1.542
6.01.01.13	Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	30.669	41.766
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	142.958	289.561
6.01.01.16	Juros sobre obrigações de arrendamento	16.126	17.824
6.01.01.17	Juros sobre operação com instrumento derivativo	-98.313	2.744
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	484.914	-536.603
6.01.02.01	Consumidores, revendedores e outros	-144.109	-309.608
6.01.02.02	Contas a receber - acordos	-338.767	-52.004
6.01.02.03	Almoxarifado	-18.350	13.451
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	-21.754	-22.288
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	-2.151.123	-4.949.336
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-15.853	-3.697
6.01.02.08	Outros créditos	-158.393	1.914
6.01.02.09	Ativo financeiro setorial	741.483	320.307
6.01.02.10	Obrigações sociais e trabalhistas	-13.297	-54.715
6.01.02.11	Fornecedores	-225.803	203.587
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	9.978	0
6.01.02.13	Outros tributos a pagar	70.696	43.527
6.01.02.14	Passivo financeiro setorial	413.116	-562.532
6.01.02.15	Serviços em curso	-14.853	-16.771
6.01.02.16	Encargos setoriais	8.832	-53.780
6.01.02.19	Outras obrigações	26.759	-35.642
6.01.02.20	PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.316.352	4.940.984
6.01.03	Outros	-1.079.886	-1.033.821
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	-125.572	-237.494
6.01.03.02	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-4.905	-13.741
6.01.03.03	Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	-451.397	-343.432
6.01.03.04	Pagamento de processos judiciais e outros	-121.407	-87.337
6.01.03.05	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	-1.332	92
6.01.03.06	Pagamento de juros de obrigações por arrendamento financeiro	-15.577	-14.000
6.01.03.07	Pagamento de juros de operações com derivativo	-8.013	0
6.01.03.08	Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	-351.683	-337.909

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019</b>
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-744.897	-787.373
6.02.01	Adições para ativo contratual e intangível da concessão	-713.515	-649.656
6.02.02	Consumidores participação financeira	49.927	98.729
6.02.03	Aplicações em investimento de curto prazo	-79.394	-864
6.02.04	Resgates de investimento de curto prazo	48.736	3.338
6.02.05	Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	-57.213	-240.391
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	6.562	1.471
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	474.850	202.599
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	859.997	2.215.000
6.03.02	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-226.986	-1.955.535
6.03.03	Custo de empréstimos e Debêntures (custos de transação e prêmios)	0	-19.800
6.03.04	Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	-58.161	-37.065
6.03.07	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-100.000	-1
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	993.937	-181.596
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.280.195	936.678
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.274.132	755.082

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.079.525	2.268.430	838.532	0	-2.217.271	3.969.216
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.079.525	2.268.430	838.532	0	-2.217.271	3.969.216
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-470.629	0	0	-470.629
5.04.06	Dividendos	0	0	-470.629	0	0	-470.629
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	255.955	-660.329	-404.374
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	255.955	0	255.955
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-660.329	-660.329
5.05.02.08	Ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	0	-1.001.850	-1.001.850
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	340.629	340.629
5.05.02.10	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	1.352	1.352
5.05.02.11	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-460	-460
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	52.754	-52.754	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	79.931	-79.931	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-27.177	27.177	0
5.07	Saldos Finais	3.079.525	2.268.430	367.903	308.709	-2.930.354	3.094.213

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	2.823.486	642.234	196.766	0	-781.506	2.880.980
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.823.486	642.234	196.766	0	-781.506	2.880.980
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	546.061	18.074	564.135
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	546.061	0	546.061
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	18.074	18.074
5.05.02.10	Valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	27.384	27.384
5.05.02.11	Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	0	0	0	0	-9.310	-9.310
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	55.087	-55.087	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	83.465	-83.465	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-28.378	28.378	0
5.07	Saldos Finais	2.823.486	642.234	196.766	601.148	-818.519	3.445.115

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020</b>	<b>DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019</b>
7.01	Receitas	16.531.467	17.643.746
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.281.822	8.825.476
7.01.02	Outras Receitas	8.833.936	8.452.577
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	750.679	550.083
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-334.970	-184.390
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.196.990	-8.945.333
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.933.664	-7.996.724
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.209.864	-896.373
7.02.04	Outros	-53.462	-52.236
7.03	Valor Adicionado Bruto	7.334.477	8.698.413
7.04	Retenções	-512.289	-356.724
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-512.289	-356.724
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.822.188	8.341.689
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	167.792	250.702
7.06.02	Receitas Financeiras	167.792	250.702
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.989.980	8.592.391
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.989.980	8.592.391
7.08.01	Pessoal	559.208	577.349
7.08.01.01	Remuneração Direta	372.598	361.571
7.08.01.02	Benefícios	157.954	190.185
7.08.01.03	F.G.T.S.	28.656	25.593
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.541.763	6.806.544
7.08.02.01	Federais	2.626.987	3.729.033
7.08.02.02	Estaduais	2.880.924	3.043.529
7.08.02.03	Municipais	33.852	33.982
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	633.054	662.437
7.08.03.01	Juros	615.551	652.756
7.08.03.02	Aluguéis	17.503	9.681
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	255.955	546.061
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	255.955	546.061



## Comentário do Desempenho

**São Paulo, 03 de novembro de 2020** – Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo (“ENEL DISTRIBUIÇÃO SÃO PAULO”), distribuidora de energia elétrica que atende 24 municípios paulistas (18 milhões de habitantes) divulga seus resultados do terceiro trimestre de 2020 (“3T20”), e dos nove primeiros meses de 2020 (“9M20”). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

1

### DESTAQUES

#### DESTAQUES NO PERÍODO

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	9.790	10.309	-5,0%	9.251	5,8%	29.712	32.368	-8,2%
Receita Bruta (R\$ mil)	5.901.220	6.403.186	-7,8%	5.156.210	14,4%	16.866.437	17.828.136	-5,4%
Receita Líquida (R\$ mil)	3.861.613	3.865.986	-0,1%	3.336.280	15,7%	10.861.003	10.686.727	1,6%
EBITDA (R\$ mil)	598.309	659.107	-9,2%	236.159	153,4%	1.367.087	1.572.113	-13,0%
Margem EBITDA (%)	15,5%	17,0%	-1,6 p.p.	7,1%	8,4 p.p.	12,6%	14,7%	-2,1 p.p.
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)	16,6%	18,0%	-1,3 p.p.	7,7%	8,9 p.p.	13,5%	15,5%	-2 p.p.
EBIT (R\$ mil)	421.902	620.631	-32,0%	70.600	497,6%	858.116	1.215.389	-29,4%
Margem EBIT (%)	10,9%	16,1%	-5,1 p.p.	2,1%	8,8 p.p.	7,9%	11,4%	-3,5 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	159.361	345.697	-53,9%	(58.637)	-371,8%	255.955	546.061	-53,1%
Margem Líquida (%)	4,1%	8,9%	-4,8 p.p.	-1,8%	-334,8%	2,4%	5,1%	-2,8 p.p.
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	4,4%	9,4%	-5 p.p.	-1,9%	-330,5%	2,5%	5,4%	-2,9 p.p.
CAPEX (R\$ mil)	272.058	230.460	18,1%	242.752	12,1%	716.127	649.655	10,2%
DEC - horas (12 meses)	7,04	7,04	0,0%	6,42	9,7%	7,04	7,04	0,0%
FEC - vezes (12 meses)	3,66	4,08	-10,3%	3,38	8,3%	3,66	4,08	-10,3%
Índice de Arrecadação (YTD)	96,99%	103,90%	-9,3 p.p.	94,58%	-2,4 p.p.	96,99%	103,9%	-6,9 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)	10,42%	9,57%	0,9 p.p.	10,15%	-0,3 p.p.	10,42%	9,57%	0,9 p.p.
Nº de Consumidores (3)	7.414.535	7.285.574	1,8%	7.138.714	3,9%	7.414.535	7.285.574	1,8%
Nº de Colaboradores Próprios (4)	5.939	6.669	-8,5%	6.101	-2,7%	5.939	6.669	-10,9%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	367	440	-16,5%	294	24,8%	1.115	1.380	-19,3%
PMSO (5) /Consumidor	46,1	48,0	-4,0%	53,1	-13,2%	148,9	145,5	2,3%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	278	311	-10,5%	227	22,5%	278	311	-10,5%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	26.659	23.450	13,7%	31.450	-15,2%	26.659	23.450	13,7%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20 | (2) Variação entre 9M20 e 9M19 | (3) Unidades Faturadas | (4) Número total excluindo menores aprendizes, estagiários e conselheiros | (5) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

#### Operacional

- Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) estável em comparação ao registrado no 3T19, de 7,04 horas, dentro do limite regulatório global, de 7,38 horas;
- Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) 10,3% melhor no 3T20, totalizando 3,66 vezes, em comparação a 4,08 vezes registrado no 3T19, também dentro do limite regulatório global, de 5,13 vezes;

#### Mercado e Comercial

- Mercado total registrou contração de 5,0% no 3T20, em comparação ao 3T19, com redução do mercado cativo em 5,5%, principalmente em decorrência dos efeitos da atual pandemia.

#### Regulatório

- Reajuste Tarifário Anual da Companhia, vigente a partir de 4 de julho de 2020, com efeito médio de 4,23%.
- Em 03 de julho de 2020, a Companhia declarou junto a ANEEL os recursos financeiros requeridos por meio Conta-COVID, no valor total de R\$ 1.389,2 milhões, os quais foram recebidos integralmente no 3T20.

#### Financeiro

- EBITDA de R\$ 598,3 milhões no 3T20, 9,2% inferior em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior (R\$ 659,1 milhões).
- Lucro líquido de R\$ 159,4 milhões no 3T20, ante um lucro líquido de R\$ 345,7 milhões registrado no 3T19.



# Comentário do Desempenho

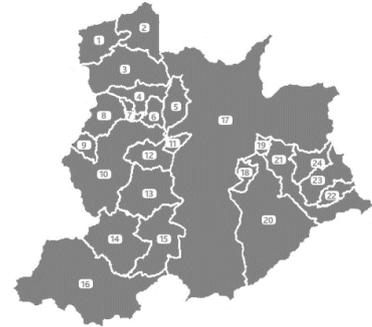
## PERFIL CORPORATIVO

### Área de Concessão

#### DADOS GERAIS

	3T20	3T19	Var. %
Área de Concessão (Km <sup>2</sup> )	4.526	4.526	0,0%
Municípios (Qtde.)	24	24	0,0%
Habitantes (Qtde.) (1)	18.292.233	18.046.018	1,4%
Consumidores (Unid.)	7.414.535	7.285.574	1,8%
Linhas de Distribuição (Km)	42.162	41.946	0,5%
Linhas de Transmissão (Km)	1.836	1.829	0,4%
Subestações (Unid.)	162	162	0,0%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	40.630	42.996	-5,5%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	8,62%	8,63%	0 p.p.
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	8,62%	8,99%	-0,4 p.p.

- 1 Pirapora do Bom Jesus
- 2 Cajamar
- 3 Santana de Parnaíba
- 4 Barueri
- 5 Osasco
- 6 Carapicuíba
- 7 Jandira
- 8 Itapevi
- 9 Vargem Grande Paulista
- 10 Cotia
- 11 Taboão da Serra
- 12 Embu das Artes
- 13 Itapeverica da Serra
- 14 São Lourenço da Serra
- 15 Embu-Guaçu
- 16 Juquitiba
- 17 São Paulo
- 18 Diadema
- 19 São Caetano do Sul
- 20 São Bernardo do Campo
- 21 Santo André
- 22 Rio Grande da Serra
- 23 Ribeirão Pires
- 24 Mauá



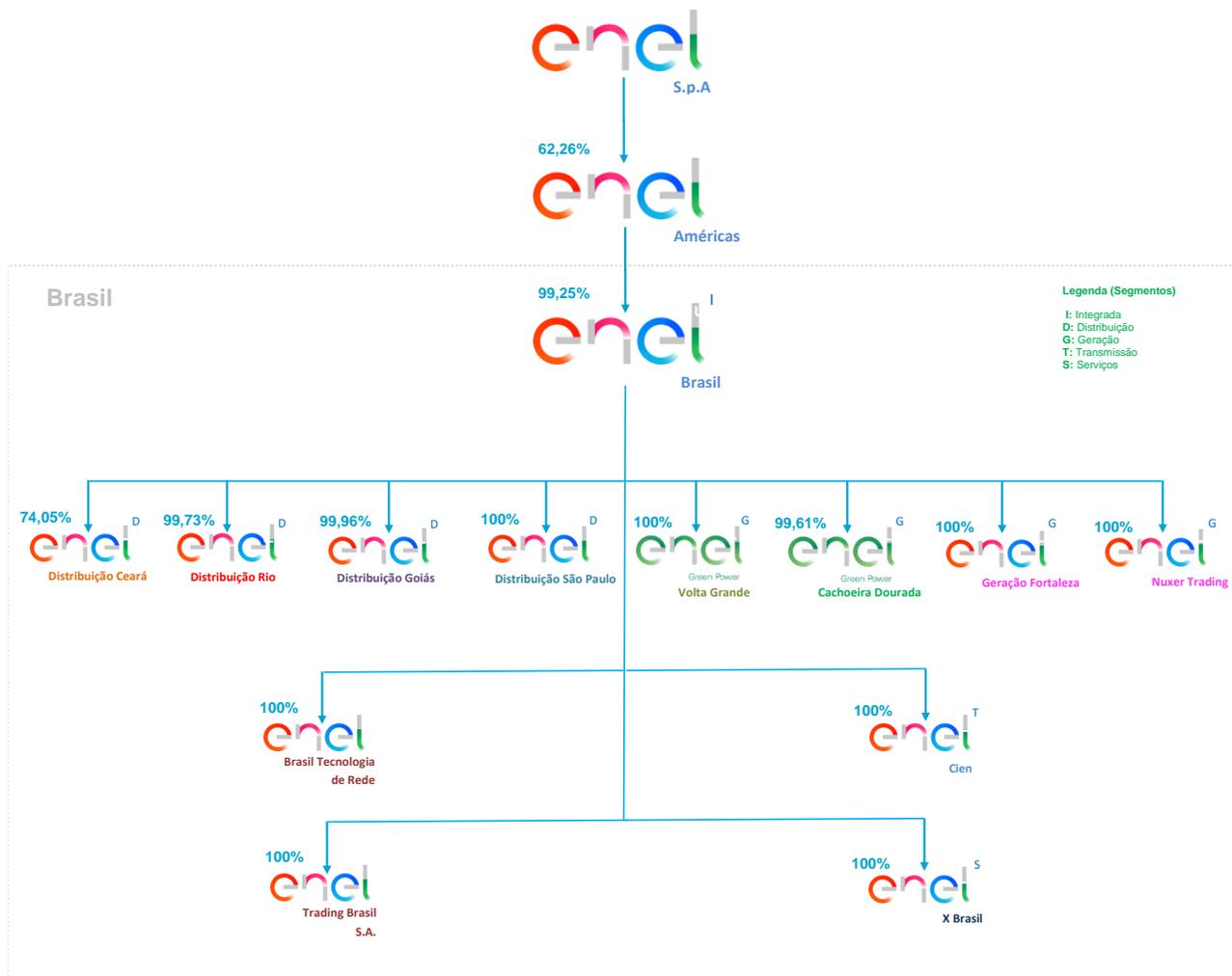
(1) Para ambos os trimestres foi utilizado o censo IBGE 2010 com projeção de população oficial  
 (2) Estimativa do número de Consumidores Brasil de acordo com ABRADÉE  
 (3) Volume de Energia do Brasil de acordo com Empresa de Pesquisa Econômica - EPE

A Enel Distribuição São Paulo é a maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em volume de energia vendida, estando presente em 24 cidades da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país. A área de concessão, de 4.526 km<sup>2</sup>, com 1.638,2 unidades consumidoras faturadas por km<sup>2</sup>.

### Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

#### ESTRUTURA DE CONTROLE

	ON	%	TOTAL	%
Enel Brasil S.A	197.466.862	100%	197.466.862	100%
Total	197.466.862	100%	197.466.862	100%





## Comentário do Desempenho

3

### DESEMPENHO OPERACIONAL / COMERCIAL

#### Mercado de Energia

#### Unidades Consumidoras

##### NÚMERO DE CONSUMIDORES

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
<b>Mercado Cativo</b>	<b>7.412.471</b>	<b>7.284.067</b>	<b>1,8%</b>	<b>7.136.838</b>	<b>3,9%</b>	<b>7.412.471</b>	<b>7.284.067</b>	<b>1,8%</b>
Residencial	6.957.936	6.832.854	1,8%	6.701.599	3,8%	6.957.936	6.832.854	1,8%
Industrial	25.390	25.846	-1,8%	24.832	2,2%	25.390	25.846	-1,8%
Comercial	408.805	406.450	0,6%	390.970	4,6%	408.805	406.450	0,6%
Rural	562	562	0,0%	553	1,6%	562	562	0,0%
Setor Público	19.778	18.355	7,8%	18.884	4,7%	19.778	18.355	7,8%
<b>Clientes Livres</b>	<b>2.064</b>	<b>1.507</b>	<b>37,0%</b>	<b>1.876</b>	<b>10,0%</b>	<b>2.064</b>	<b>1.507</b>	<b>37,0%</b>
Industrial	527	459	14,8%	509	3,5%	527	459	14,8%
Comercial	1.484	1.000	48,4%	1.314	12,9%	1.484	1.000	48,4%
Setor Público	46	41	12,2%	46	0,0%	46	41	12,2%
Cias Energéticas	7	7	0,0%	7	0,0%	7	7	0,0%
<b>Total - Número de Consumidores (faturados)</b>	<b>7.414.535</b>	<b>7.285.574</b>	<b>1,8%</b>	<b>7.138.714</b>	<b>3,9%</b>	<b>7.414.535</b>	<b>7.285.574</b>	<b>1,8%</b>

(1) Variação entre 3T20 e 2T20 | (2) Variação entre 9M20 e 9M19

A Companhia encerrou o 3T20 com um aumento de 1,8% no número de unidades consumidoras faturadas em relação ao registrado no 3T19, justificado principalmente pelo crescimento da classe de consumo setor público, de 7,8%. O efeito foi parcialmente compensado pela redução de 1,8% na classe industrial, explicado principalmente pela contração na atividade econômica decorrente da pandemia do Covid-19. Contudo, já é possível observar os feitos da gradual retomada das atividades comerciais, evidenciado pelo aumento de 0,6% na classe comercial.

#### Venda de Energia na Área de Concessão<sup>1</sup>

A venda de energia na área de concessão da Enel Distribuição São Paulo, conforme demonstrado na tabela a seguir, encerrou o 3T20 em 9.750 GWh, redução de 5% em relação ao 3T19. No 9M20, o mercado total teve retração de 8,2% em relação ao 9M19, totalizando 29.712 GWh, principalmente em função dos efeitos apresentados a seguir.

##### VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. %
Mercado Cativo	7.234	7.658	-5,5%	6.886	5,1%	21.970	24.198	-9,2%
Clientes Livres	2.557	2.651	-3,6%	2.366	8,1%	7.742	8.170	-5,2%
<b>Total - Venda e Transporte de Energia</b>	<b>9.790</b>	<b>10.309</b>	<b>-5,0%</b>	<b>9.251</b>	<b>5,8%</b>	<b>29.712</b>	<b>32.368</b>	<b>-8,2%</b>

(1) Variação entre 3T20 e 2T20 | (2) Variação entre 9M20 e 9M19

#### Mercado Cativo

O mercado cativo somou 7.234 GWh no 3T20, o que correspondeu a uma redução de 5,5% comparado ao 3T19. Essa variação explica-se, sobretudo, pelos impactos decorrentes da pandemia do Covid-19, incluindo medidas de restrição de atividade vigentes em nossa área de concessão, resultando em significativa redução de consumo, principalmente, nas classes comercial e industrial. Contribuíram também os efeitos da migração de clientes do Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") para o Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

No 9M20, o mercado cativo totalizou 21.970 GWh, uma redução de 9,2% ante o 9M19, sobretudo, devido aos efeitos já mencionados da atual pandemia e medidas de restrição relacionadas, fortemente presentes no segundo trimestre de 2020. Adicionalmente, também contribuiu para a redução, a migração de clientes ao ACL.

##### VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. %
Residencial	4.296	3.986	7,8%	3.942	9,0%	12.288	12.254	0,3%
Industrial	578	695	-16,8%	486	19,1%	1.688	2.164	-22,0%
Comercial	1.847	2.386	-22,6%	1.925	-4,1%	6.353	7.927	-19,9%
Rural	8	8	-0,9%	8	2,0%	24	24	-0,8%
Setor Público	505	581	-13,1%	525	-3,8%	1.617	1.829	-11,6%
<b>Total - Venda de Energia no Mercado Cativo</b>	<b>7.234</b>	<b>7.657</b>	<b>-5,5%</b>	<b>6.886</b>	<b>5,1%</b>	<b>21.970</b>	<b>24.198</b>	<b>-9,2%</b>

(1) Variação entre 3T20 e 2T20 | (2) Variação entre 9M20 e 9M19

<sup>1</sup> Não Inclui Consumo Próprio



## Comentário do Desempenho

### VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONSUMIDOR)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. %
Residencial	641	583	9,9%	588	9,0%	1.766	1.793	-1,5%
Industrial	23.285	26.880	-13,4%	19.557	19,1%	66.490	83.727	-20,6%
Comercial	4.725	5.871	-19,5%	4.925	-4,1%	15.539	19.503	-20,3%
Rural	14.330	14.415	-0,6%	14.052	2,0%	42.355	42.705	-0,8%
Setor Público	26.722	31.650	-15,6%	27.786	-3,8%	81.771	99.646	-17,9%
<b>Total - Venda per Capita no Mercado Cativo</b>	<b>976</b>	<b>1.051</b>	<b>-7,2%</b>	<b>965</b>	<b>1,1%</b>	<b>2.964</b>	<b>3.322</b>	<b>-10,8%</b>

(1) Variação entre 3T20 e 2T20 | (2) Variação entre 9M20 e 9M19

### Clientes Livres

O mercado faturado dos clientes livres foi de 2.557 GWh no 3T20, uma redução de 3,6% quando comparado ao 3T19, reflexo, principalmente, dos efeitos percebidos da atual pandemia na atividade econômica, parcialmente compensados pelo efeito líquido da migração de clientes. No 3T20, entre migrações ao ACL, retornos ao ACR e novos clientes, foram adicionadas 206 unidades, totalizando 2.135 unidades

No 9M20, o mercado livre somou 7.742 GWh, uma redução de 5,2% em relação ao 9M19.

### TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. %
Industrial	1.252	1.326	-5,6%	1.097	14,1%	3.600	3.908	-7,9%
Comercial	934	946	-1,3%	895	4,3%	2.981	3.038	-1,9%
Setor Público	371	379	-2,2%	373	-0,7%	1.161	1.224	-5,1%
<b>Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres</b>	<b>2.557</b>	<b>2.651</b>	<b>-3,6%</b>	<b>2.366</b>	<b>8,1%</b>	<b>7.742</b>	<b>8.170</b>	<b>-5,2%</b>

(1) Variação entre 3T20 e 2T20 | (2) Variação entre 9M20 e 9M19

### VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh/CONSUMIDOR)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. %
Industrial	2.376	2.889	-17,8%	2.155	10,2%	6.831	8.514	-19,8%
Comercial	629	946	-33,5%	681	-7,6%	2.009	3.038	-33,9%
Setor Público (3)	6.992	7.896	-11,4%	7.044	-0,7%	21.914	25.500	-14,1%
<b>Média - Transporte per Capita para Clientes Livres</b>	<b>1.239</b>	<b>1.759</b>	<b>-29,6%</b>	<b>1.261</b>	<b>-1,8%</b>	<b>3.751</b>	<b>5.421</b>	<b>-30,8%</b>

(1) Variação entre 3T20 e 2T20 | (2) Variação entre 9M20 e 9M19

## Compra de Energia

### FONTES DE COMPRA DE ENERGIA (GWh)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Itaipu	2.092	2.167	-3,5%	2.059	1,6%	6.221	6.407	-2,9%
Leilão (3)	6.886	7.145	-3,6%	6.919	-0,5%	20.756	21.567	-3,8%
Angra 1 e 2	390	406	-3,8%	386	1,1%	1.162	1.204	-3,5%
Proinfra	200	207	-3,2%	(435)	-146,0%	562	584	-3,7%
<b>Total - Compra de Energia</b>	<b>9.568</b>	<b>9.925</b>	<b>-3,6%</b>	<b>8.930</b>	<b>7,2%</b>	<b>28.701</b>	<b>29.761</b>	<b>-3,6%</b>

(1) Variação entre 3T20 e 2T20 | (2) Variação entre 9M20 e 9M19 | (3) Inclui Leilão CCEAR, Compra CCEE e Quotas de garantia física

### BALANÇO DE ENERGIA (GWh)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
<b>Energia Consumida (GWh)</b>	<b>9.790</b>	<b>10.308</b>	<b>-5,0%</b>	<b>9.251</b>	<b>5,8%</b>	<b>29.712</b>	<b>32.368</b>	<b>-8,2%</b>
Residencial	4.296	3.986	7,8%	3.942	9,0%	12.288	12.254	0,3%
Industrial	578	695	-16,8%	486	19,0%	1.688	2.164	-22,0%
Comercial	1.847	2.386	-22,6%	1.925	-4,0%	6.353	7.927	-19,9%
Rural	8	8	-0,9%	8	2,0%	24	24	-0,8%
Setor público	505	581	-13,1%	525	-3,8%	1.617	1.829	-11,6%
Clientes Livres	2.557	2.651	-3,6%	2.366	8,1%	7.742	8.170	-5,2%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (GWh)	1.232	1.154	6,8%	1.164	5,8%	3.555	3.433	3,5%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (%)	10,96%	9,9%	1,1 p.p.	11,47%	-0,5 p.p.	10,69%	9,5%	1,2 p.p.

(1) Variação entre 3T20 e 2T20 | (2) Variação entre 9M20 e 9M19

## Indicadores Operacionais

### INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

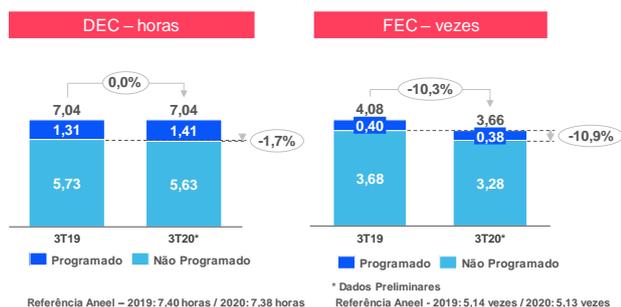
	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
DEC - horas (12 meses)	7,04	7,04	0,0%	6,42	9,7%	7,04	7,04	-8,8%
FEC - vezes (12 meses)	3,66	4,08	-10,3%	3,38	8,3%	3,66	4,08	-17,2%
Perdas de Energia (12 meses) (%)	10,42%	9,6%	0,8 p.p.	10,15%	0,3 p.p.	10,4%	9,57%	0,8 p.p.
Índice de Arrecadação (YTD) (%)	96,99%	103,9%	-6,9 p.p.	94,58%	2,4 p.p.	94,58%	103,9%	-6,9 p.p.
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	367	440	-16,5%	294	24,9%	1.115	1.380	-19,3%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	278	311	-10,6%	227	22,5%	278	311	-10,5%
PMSO (3) / Consumidor	46,1	48,0	-4,0%	53,1	-13,2%	148,9	145,5	2,3%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	26.659	23.450	13,7%	31.450	-15,2%	26.659	23.450	13,7%

(1) Variação entre 3T20 e 2T20 | (2) Variação entre 9M20 e 9M19 | (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros



## Comentário do Desempenho

### Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

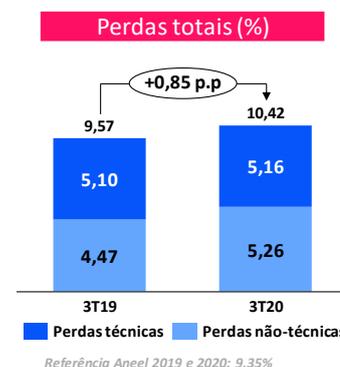
No 3T20, embora condições climáticas desfavoráveis marcadas por fortes ventos e desligamentos ocasionados pela transmissora tenham impactado os indicadores de continuidade, a evolução destas

permaneceu em linha com a tendência de melhoria registrada nos últimos trimestres, resultado dos investimentos em tecnologia de rede focados em automação, como o aumento de religadoras telecomandadas e automatizadas para o restabelecimento de energia e de intensificação das ações de manutenção da rede. O DEC e o FEC continuam dentro dos limites regulatórios globais para o ano de 2020, como reflexo do plano de ações implementado pela Companhia.

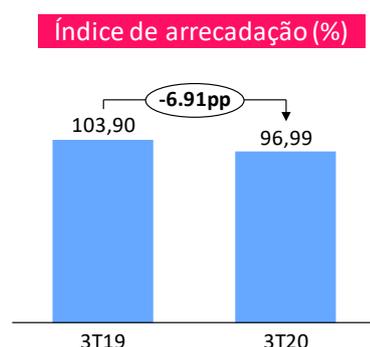
### Disciplina de Mercado (Perdas)<sup>2</sup>

As perdas totais apuradas os últimos 12 meses totalizaram 10,42%<sup>3</sup>, sendo divididas entre perdas técnicas (5,16%) e não técnicas (5,26%). Em comparação ao 3T19, as perdas totais apresentaram aumento de 0,85 p.p., decorrente do aumento na agressividade de perdas ocasionada pelo Covid-19.

A Companhia tem intensificado suas ações de combate às perdas comerciais para os segmentos de baixa renda, com o programa de mapeamento e cadastramento na Tarifa Social de Energia Elétrica das famílias que possuem o perfil de renda previsto na atual legislação. Podemos destacar, ainda, os programas de: (i) Inspeções de Fraude; (ii) Recuperação de Instalações Cortadas; e (iii) Regularização de Ligações Informais; que contribuem para desses indicadores.



### Arrecadação



O índice de arrecadação da companhia atingiu 96,99% nos nove primeiros meses de 2020 contra 103,9% do mesmo período do ano anterior, redução de 6,9 p.p., decorrente dos efeitos percebidos pela pandemia do COVID-19, incluindo a deterioração do cenário econômico e restrições de circulação. Vale destacar, que estava vigente, até 31 de julho de 2020, a Resolução Normativa 878/20 da ANEEL, que determinava a suspensão de cortes de energia, medida mais efetiva no combate a inadimplência, para a classe residencial e atividades essenciais. Os cortes foram retomados gradualmente no trimestre.

De forma a mitigar os efeitos mencionados e melhorar seu índice de arrecadação, a Companhia tem realizado diversas ações para reduzir os níveis de inadimplência, como ações de comunicação, envio massivo de SMS e e-mails das faturas em atraso, incentivado a utilização de meios digitais para pagamento, parcelamento de faturas, além da disponibilização do canal de negociação para equação de valores em aberto.

<sup>2</sup> Perdas Técnicas: Valores calculados pela Companhia para torná-los comparáveis ao referencial para perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão determinado pela ANEEL. Referência Aneel: Referência de perdas para o ano regulatório normalizada para o ano civil.

<sup>3</sup> A partir do 4T18, a metodologia de apuração de Perdas foi adequada aos padrões do Grupo Enel, retroagindo seu efeito a partir de janeiro de 2018.



## Comentário do Desempenho

4

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

#### Resultado

##### PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Receita Operacional Bruta	5.901.220	6.403.186	-7,8%	5.156.210	14,4%	16.866.437	17.828.136	-5,4%
Deduções à Receita Operacional	(2.039.607)	(2.537.200)	-19,6%	(1.819.930)	12,1%	(6.005.434)	(7.141.409)	-15,9%
Receita Operacional Líquida	3.861.613	3.865.986	-0,1%	3.336.280	15,7%	10.861.003	10.686.727	1,6%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais (3)	(3.439.711)	(3.245.355)	6,0%	(3.265.680)	5,3%	(10.002.887)	(9.471.338)	5,6%
<b>EBITDA</b>	<b>598.309</b>	<b>659.107</b>	<b>-9,2%</b>	<b>236.159</b>	<b>153,4%</b>	<b>1.367.087</b>	<b>1.572.113</b>	<b>-13,0%</b>
Margem EBITDA	15,5%	17,0%	-9,1%	7,1%	118,9%	12,6%	14,7%	-2,1 p.p.
<b>EBIT</b>	<b>421.902</b>	<b>620.631</b>	<b>-32,0%</b>	<b>70.600</b>	<b>497,6%</b>	<b>858.116</b>	<b>1.215.389</b>	<b>-29,4%</b>
Margem EBIT	10,9%	16,1%	-31,9%	2,1%	416,3%	7,9%	11,4%	-3,5 p.p.
Resultado Financeiro	(163.891)	(88.422)	85,4%	(156.626)	4,6%	(449.226)	(402.054)	11,7%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(98.650)	(186.512)	-47,1%	27.389	-460,2%	(152.935)	(267.274)	-42,8%
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>159.361</b>	<b>345.697</b>	<b>-53,9%</b>	<b>(58.637)</b>	<b>-371,8%</b>	<b>255.955</b>	<b>546.061</b>	<b>-53,1%</b>
Margem Líquida	4,1%	8,9%	-53,8%	-1,8%	-334,8%	2,4%	5,1%	-53,9%
Margem Líquida ex-Receita de Construção	4,4%	9,4%	-53,0%	-1,9%	-330,5%	2,5%	5,4%	-53,0%
<b>Lucro (Prejuízo) por Ação (R\$/ação)</b>	<b>0,81</b>	<b>0,62</b>	<b>30,2%</b>	<b>-0,30</b>	<b>-3,72</b>	<b>1,30</b>	<b>0,94</b>	<b>37,9%</b>

(1) Variação entre 3T20 e 2T20 | (2) Variação entre 9M20 e 9M19 | (3) Não considera custo de construção, depreciação e amortização

#### Receita Operacional Bruta

##### RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
<b>Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo</b>	<b>2.370.660</b>	<b>2.880.008</b>	<b>-17,7%</b>	<b>2.175.600</b>	<b>9,0%</b>	<b>7.281.822</b>	<b>8.825.476</b>	<b>-17,5%</b>
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	424.234	379.710	11,7%	384.151	10,4%	1.254.640	1.052.322	19,2%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Cativo)	2.337.470	2.238.940	4,4%	1.960.284	n.a	6.674.839	6.337.954	5,3%
(-) DIC / FIC / DMIC / DICRI	(24.528)	(3.689)	564,9%	(175)	13916,0%	(40.186)	(38.755)	3,7%
Receita de Construção	264.009	197.737	33,5%	284.609	-7,2%	750.679	550.083	36,5%
Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes	176.264	386.570	-54,4%	101.565	73,5%	194.473	256.578	-24,2%
<b>Total - Outras Receitas Originadas com Clientes</b>	<b>3.177.449</b>	<b>3.199.268</b>	<b>-0,7%</b>	<b>2.730.434</b>	<b>16,4%</b>	<b>8.834.445</b>	<b>8.158.182</b>	<b>8,3%</b>
Subvenção de Recursos da CDE	123.955	95.347	30,0%	143.611	-13,7%	362.844	267.965	35,4%
Ativo Financeiro Setorial, Líquido	181.370	219.729	-17,5%	133.134	36,2%	322.355	479.371	-32,8%
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	47.786	8.834	440,9%	(26.569)	-279,9%	64.971	97.142	-33,1%
<b>Total - Outras Receitas</b>	<b>353.111</b>	<b>323.910</b>	<b>9,0%</b>	<b>250.176</b>	<b>41,1%</b>	<b>750.170</b>	<b>844.478</b>	<b>-11,2%</b>
<b>Total - Receita Operacional Bruta</b>	<b>5.901.220</b>	<b>6.403.186</b>	<b>-7,8%</b>	<b>5.156.210</b>	<b>14,4%</b>	<b>16.866.437</b>	<b>17.828.136</b>	<b>-5,4%</b>

(1) Variação entre 3T20 e 2T20 | (2) Variação entre 9M20 e 9M19

A receita operacional bruta da Enel Distribuição São Paulo totalizou R\$ 5.901,2 milhões no 3T20, apresentando uma redução de 7,8% quando comparada ao 3T19. Esta variação é explicada, principalmente, por:

- I. redução de (i) R\$ 509,3 milhões em receita de fornecimento de energia elétrica no mercado cativo, principalmente nos segmentos comercial e industrial, reflexos da pandemia do Covid-19; (ii) menor ativo e passivo financeiro setorial no período, em R\$ 38,4 milhões, devido, principalmente aos efeitos do reajuste tarifário; (iii) menor valor registrado em outras receitas originadas com clientes, principalmente devido à menor venda de energia no curto prazo, com impacto de R\$ 90,7 milhões. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo:
- II. aumento de (i) R\$ 66,3 milhões na receita de construção, em função do maior investimento registrado no período; e (iii) R\$ 28,6 milhões oriundas da subvenção de Recursos da CDE, impacto pela cobertura tarifária aos clientes de baixa renda, relacionado as medidas aplicadas pelo governo em mitigação aos efeitos da pandemia.

No acumulado do ano, a receita bruta da Companhia totalizou R\$ 16.866,4 milhões, apresentando uma redução de 5,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. As principais variações são explicadas a seguir:

- I. redução de (i) R\$ 1.543,6 milhões devido à menor receita de fornecimento de energia elétrica no mercado cativo, principalmente nos segmentos industrial e comercial; e (ii) R\$ 157 milhões devido ao menor ativo e passivo financeiro setorial no período; parcialmente compensados pelo
- II. aumento de (i) R\$ 539,2 milhões na receita pela disponibilidade do sistema – TUSD, incluindo os mercados cativo, decorrente do ganho tarifário com reajuste/revisão no período, e livre, reflexo dos reajuste/revisão tarifária e migração de clientes ao ambiente de contratação livre; (ii) maior receita de construção, em R\$ 200,6 milhões; e (iii) maior receita com venda de energia no curto prazo, conforme explicado.



## Comentário do Desempenho

### Deduções da Receita

#### DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
ICMS	(993.585)	(1.024.242)	-3,0%	(847.714)	17,2%	(1.881.125)	(2.012.019)	-6,5%
PIS	(76.348)	(97.638)	-21,8%	(62.894)	21,4%	(143.490)	(181.034)	-20,7%
COFINS	(351.706)	(450.086)	-21,9%	(289.862)	21,3%	(661.317)	(834.652)	-20,8%
ISS	(45)	(49)	-8,2%	(41)	9,8%	(87)	(95)	-8,4%
<b>Total - Tributos</b>	<b>(1.421.684)</b>	<b>(1.572.015)</b>	<b>-9,6%</b>	<b>(1.200.511)</b>	<b>18,4%</b>	<b>(2.686.019)</b>	<b>(3.027.800)</b>	<b>-11,3%</b>
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(35.332)	(36.231)	-2,5%	(30.581)	15,5%	(99.842)	(99.642)	0,2%
Encargo Setorial CDE (3)	(559.893)	(655.028)	-14,5%	(559.888)	0,0%	(1.679.668)	(2.089.721)	-19,6%
TFSEE (4)	(4.976)	(4.738)	5,0%	(4.738)	5,0%	(14.452)	(11.604)	24,5%
Encargos do consumidor - PROINFA	(17.584)	(24.971)	-29,6%	(23.996)	-26,7%	(67.752)	(69.220)	-2,1%
Encargos do consumidor - CCRBT (5)	(138)	(244.217)	-99,9%	(216)	-36,1%	(36.017)	(271.407)	-86,7%
<b>Total - Encargos Setoriais</b>	<b>(617.923)</b>	<b>(965.185)</b>	<b>-36,0%</b>	<b>(619.419)</b>	<b>18,4%</b>	<b>(1.897.731)</b>	<b>(2.541.594)</b>	<b>-25,3%</b>
<b>Total - Deduções da Receita</b>	<b>(2.039.607)</b>	<b>(2.537.200)</b>	<b>-19,6%</b>	<b>(1.819.930)</b>	<b>12,1%</b>	<b>(4.583.750)</b>	<b>(5.569.394)</b>	<b>-17,7%</b>

(1) Variação entre 3T20 e 2T20 | (2) Variação entre 9M20 e 9M19

(3) Conta de Desenvolvimento Energético | (4) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica | (5) Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira Tarifária

As deduções totalizaram R\$ 2.039,6 milhões no 3T20, uma redução de 19,6% em relação ao apresentado no mesmo período do ano anterior. Esse desempenho é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) redução de R\$ 95,1 milhões na rubrica de encargo CDE, em razão, sobretudo, do fim da obrigação de pagamento das quotas da CDE – Conta ACR, em agosto de 2019, conforme Resolução Homologatória nº 2.521/2019; (ii) menor recolhimento de ICMS, PIS/COFINS e ISS, no valor total de R\$ 150,3 milhões, em linha com o menor faturamento no período; e (iii) redução na linha de bandeira tarifária – CCRBT – como resultado da hidrologia do período e decisão de manutenção da bandeira verde até o final do ano de 2020.

No acumulado do ano, as deduções totalizaram R\$ 5.569,4 milhões, uma redução de R\$985,6 milhões, ou 17,7%, em relação ao mesmo período de 2019, sendo explicada principalmente por: (i) redução de R\$ 410 milhões na rubrica de encargo CDE, conforme mencionado; (ii) redução de R\$ 341,8 milhões no recolhimento de tributos, em linha com o menor faturamento do período; e (iii) efeito positivo relacionado a CCRBT, conforme explicado anteriormente.

### Custos e Despesas operacionais

#### CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Parcela A								
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(1.977.192)	(2.194.424)	-9,9%	(1.965.196)	0,6%	(5.945.574)	(6.029.298)	-1,4%
Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(567.876)	(425.417)	33,5%	(307.868)	84,5%	(1.288.923)	(1.255.151)	2,7%
<b>Total - Não Gerenciáveis</b>	<b>(2.545.068)</b>	<b>(2.619.841)</b>	<b>-2,9%</b>	<b>(2.273.064)</b>	<b>12,0%</b>	<b>(7.234.497)</b>	<b>(7.284.449)</b>	<b>-0,7%</b>
Despesas Operacionais								
Pessoal	(168.195)	(191.939)	-12,4%	(169.902)	-1,0%	(522.159)	(564.946)	-7,6%
Previdência Privada	(7.817)	(6.090)	28,4%	(7.611)	2,7%	(21.614)	(19.013)	13,7%
Serviços de Terceiros	(153.013)	(137.410)	11,4%	(157.370)	-2,8%	(461.660)	(379.401)	21,7%
Material	(16.493)	(14.328)	15,1%	(26.280)	-37,2%	(70.469)	(44.553)	58,2%
Depreciação e Amortização	(176.407)	(38.476)	358,5%	(165.559)	6,6%	(508.971)	(356.724)	-50,5%
PECLD (3)	(90.864)	(41.732)	117,7%	(139.998)	-35,1%	(334.970)	(184.390)	81,7%
Custo de Construção	(264.009)	(197.737)	33,5%	(284.609)	-7,2%	(750.679)	(550.083)	-52,0%
Provisão para processos judiciais e outros	(21.801)	2.040	-1168,7%	(23.152)	-5,8%	(69.986)	(36.003)	94,4%
Outras Despesas Operacionais	3.956	158	2403,8%	(18.135)	-121,8%	(27.882)	(51.776)	-46,1%
<b>Total - Despesas Operacionais (4)</b>	<b>(454.227)</b>	<b>(389.301)</b>	<b>16,7%</b>	<b>(542.448)</b>	<b>-16,3%</b>	<b>(1.508.740)</b>	<b>(1.280.082)</b>	<b>17,9%</b>
<b>Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais (4)</b>	<b>(2.999.295)</b>	<b>(3.009.142)</b>	<b>-0,3%</b>	<b>(2.815.512)</b>	<b>6,5%</b>	<b>(8.743.237)</b>	<b>(8.564.531)</b>	<b>2,1%</b>

(1) Variação entre 3T20 e 2T20 | (2) Variação entre 9M20 e 9M19 | (3) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa | (4) Não considera Custo de Construção e Depreciação e Amortização

Os custos e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo, excluindo depreciação e custo de construção, totalizaram R\$ 2.999,3 milhões no 3T20, permanecendo estável em relação ao 3T19. Esses efeitos são resultado principalmente, das seguintes variações:

Aumento nos custos e despesas não-gerenciáveis (Parcela A), de R\$ 74,8 milhões:

Os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 2.545,0 milhões no 3T20, uma redução de 2,9% em comparação ao 3T19 (R\$ 2.619,8 milhões). As principais variações devem-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

- Custo com Energia Elétrica Comprada para Revenda: redução de 9,9% ou R\$ 217,2 milhões no 3T20, em comparação ao 3T19, decorrente, principalmente, (i) de menor custo com compra de energia (CCEE, CCEAR, Cotas), em linha com a redução do Preço de Liquidação de Diferença (PLD) e da carga; (ii) menor risco hidrológico no período. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo maior custo com compra de energia de Itaipu, em R\$175,9 milhões, decorrente da desvalorização cambial.
- Custo com Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição: aumento de 33,5% ou R\$ 142,5 milhões, em comparação ao 3T19, decorrente, principalmente, de (i) maiores custos encargos com uso da rede básica, no valor de R\$ 89,3 milhões, em função, sobretudo, do reajuste anual das transmissoras e com Encargos do Serviço do Sistema, no valor de R\$ 52,5 milhões, principalmente pelo



## Comentário do Desempenho

maior Encargo de Energia de Reserva (EER); (ii) aumento no custo de transporte de energia Furnas/Itaipu, no valor de R\$11,1 milhões.

No acumulado do ano, esses custos totalizaram R\$ 7.234,5 milhões, 0,7% inferior ao valor registrado no 9M19, de R\$ 7.284,5 milhões. As principais variações são demonstradas a seguir:

- Custo com Energia Elétrica Comprada para Revenda: redução de 1,4% ou R\$ 83,7 milhões no 9M20, em comparação ao 9M19, decorrente, principalmente, (i) de menor custo com compra de energia (CCEE, CCEAR e Cotas); (ii) menor risco hidrológico registrado no período e; (iii) menor custo de PROINFA. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo maior custo com compra de energia de Itaipu, em R\$598,2 milhões, decorrente da desvalorização cambial.
- Custo com Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição: aumento de 2,7% ou R\$ 33,8 milhões, em comparação ao 9M19, decorrente, principalmente, de (i) maiores custos encargos com uso da rede básica, no valor de R\$ 83,0 milhões e com Encargos do Serviço do Sistema, no valor de R\$ 17,9 milhões, conforme mencionado e; (ii) aumento no custo de transporte de energia Furnas/Itaipu, no valor de R\$13,5 milhões.

### Aumento no grupo de despesas operacionais, de R\$ 64,9 milhões:

No 3T20, as despesas operacionais, registraram um incremento de 16,7% em comparação ao 3T19, excluindo custo de construção e depreciação e amortização. Esse aumento deve-se, principalmente a:

- Aumento de despesas com PECLD, no valor de R\$ 49,1 milhões, sobretudo em decorrência da pandemia do COVID-19, levando a deterioração econômica no trimestre, além da suspensão dos cortes de energia por inadimplência (Resolução Normativa nº 878/20, da ANEEL), medida eficaz de combate a inadimplência. Mesmo após fim da validade da REN 878/20, os cortes seguiram suspensos no período, por decisão do PROCON;
- Maior custo com materiais e serviços de terceiros, em R\$ 15,6 milhões, em decorrência, principalmente, (i) do contrato de compartilhamento de infraestrutura e recursos humanos, conforme despacho Aneel nº 560/2020; (ii) realização de melhorias e atualizações tecnológicas, principalmente em processos comerciais; (iii) maior execução nas atividades de manutenção da rede de distribuição e; (iv) da aquisição equipamentos de proteção individual no contexto de prevenção ao COVID-19.
- Aumento de R\$ 23,8 milhões na rubrica de provisão para processos judiciais, devido principalmente à reversão de provisões ocorrida no 3T19 com processos antigos de causa ganha.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Menores custos com pessoal, incluindo entidade de previdência privada, no valor de R\$ 23,7 milhões, resultado, sobretudo, de maior eficiência nas estruturas de apoio e digitalização de processos.
- Maior receita operacional, no valor de R\$ 3,8 milhões, resultante da venda de terrenos previamente destinados à alienação.

No acumulado do ano as despesas operacionais, excluindo custo de construção e depreciação e amortização, totalizaram R\$ 1.508,7 milhões no 9M20, um aumento de 17,9% em comparação ao 9M19 (R\$ 1.280 milhões). Esse aumento deve-se, principalmente a:

- Aumento de despesas com PECLD, no valor de R\$ 150,6 milhões, decorrente do agravamento do contexto econômico e da paralisação do corte por inadimplência devido à Covid-19 (Resolução Normativa nº 878 da Aneel), como já mencionado;
- Maior custo com materiais e serviços de terceiros, em R\$ 82,3 milhões, em decorrência, principalmente (i) do aumento no volume de serviços frente as fortes chuvas registradas no 1T20; (ii) da aquisição de equipamentos de proteção individual para colaboradores, no contexto do COVID-19 e (iii) do compartilhamento de infraestrutura e recursos humanos, conforme despacho Aneel nº 560/2020.

Efeitos foram parcialmente compensados por:

- Diminuição de R\$ 23,9 milhões na rubrica de outras despesas operacionais, resultante, sobretudo, por menores despesas com desativações de ativos, ressarcimento de danos elétricos (PID) no período, além de ganhos referentes a alienação de bens (venda de imóveis);



## Comentário do Desempenho

- Menor custo com pessoal e encargos no total de R\$ 42,8 milhões em comparação ao 9M19, derivado, sobretudo, do efeito positivo obtido com o programa de saída voluntária ("PSV") concluído em 2019, e de ganhos de eficiência e digitalização de processos;

### EBITDA

Segue abaixo a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações contábeis da companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

#### CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Período</b>	<b>159.361</b>	<b>345.697</b>	<b>-53,9%</b>	<b>(58.637)</b>	<b>-371,8%</b>	<b>255.955</b>	<b>546.061</b>	<b>-53,1%</b>
(+) Tributos sobre o Lucro	98.650	186.512	-47,1%	(27.389)	-460,2%	152.935	267.274	-42,8%
(+) Resultado Financeiro	163.891	88.422	85,4%	156.626	4,6%	449.226	402.054	11,7%
<b>(=) EBIT</b>	<b>421.902</b>	<b>620.631</b>	<b>-32,0%</b>	<b>70.600</b>	<b>497,6%</b>	<b>858.116</b>	<b>1.215.389</b>	<b>-29,4%</b>
(+) Depreciações e Amortizações	176.407	38.476	358,5%	165.559	6,6%	508.971	356.724	42,7%
<b>(=) EBITDA</b>	<b>598.309</b>	<b>659.107</b>	<b>-9,2%</b>	<b>236.159</b>	<b>153,4%</b>	<b>1.367.087</b>	<b>1.572.113</b>	<b>-13,0%</b>

(1) Variação entre 3T20 e 2T20 | (2) Variação entre 9M20 e 9M19

### Resultado Financeiro

#### RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
<b>Receitas Financeiras</b>								
Renda de Aplicações Financeiras	4.250	8.336	-49,0%	7.535	-43,6%	18.679	34.247	-45,5%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	34.224	18.742	82,6%	18.926	80,8%	81.888	61.142	33,9%
Atualização de Créditos Tributários	624	1.319	-52,7%	216	188,9%	1.102	22.754	-95,2%
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	4.573	12.005	-61,9%	5.367	-14,8%	18.460	24.799	-25,6%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	590	27.603	-97,9%	8.243	-92,8%	22.744	89.161	-74,5%
Atualização Monetária Swap - Debêntures	11.371	-	n.a	(7.820)	n.a	15.612	-	n.a
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	55	860	n.a	1.098	n.a	4.618	2.610	n.a
Outras Receitas Financeiras (incluindo partes relacionadas)	2.986	12.146	-75,4%	3.156	-5,4%	10.903	23.729	-54,1%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(2.078)	(2.352)	-11,6%	(1.688)	23,1%	(6.214)	(7.740)	-19,7%
<b>Total - Receitas Financeiras</b>	<b>56.595</b>	<b>78.659</b>	<b>-28,1%</b>	<b>35.033</b>	<b>61,5%</b>	<b>167.792</b>	<b>250.702</b>	<b>-33,1%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>								
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(33.345)	(79.456)	-58,0%	(37.885)	-12,0%	(116.677)	(244.265)	-52,2%
Variação monetária - Debêntures	(9.612)	-	n.a	7.702	n.a	(13.968)	-	n.a
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(5.502)	(4.842)	13,6%	(5.151)	6,8%	(16.126)	(17.824)	-9,5%
Juros Swap - Debêntures e Empréstimos Moeda Estrangeira	(9.557)	-	n.a	-	n.a	(14.863)	-	n.a
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(4.984)	(5.741)	-13,2%	(3.790)	31,5%	(10.628)	(11.823)	-10,1%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	716	1.845	-61,2%	778	-8,0%	2.591	5.662	-54,2%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(8.139)	(9.294)	-12,4%	(8.148)	-0,1%	(24.004)	(34.704)	-30,8%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(26.885)	(11.442)	135,0%	(14.574)	84,5%	(45.350)	(58.888)	-23,0%
Obrigação consumidores - Resoluções 250/2007 e 368/2009	-	19.746	-100,0%	-	n.a	-	19.746	-100,0%
Atualização Acordo Eletrobras	(8.030)	(24.334)	-67,0%	(12.940)	-37,9%	(38.164)	(79.784)	-52,2%
Custo dos Juros (líquidos) do Plano de Pensão	(103.309)	(81.038)	27,5%	(103.304)	0,0%	(309.918)	(243.112)	27,5%
Outras Despesas Financeiras	(12.631)	27.865	-145,3%	(11.717)	7,8%	(26.663)	12.803	-308,3%
<b>Total - Despesas Financeiras</b>	<b>(221.278)</b>	<b>(166.691)</b>	<b>32,7%</b>	<b>(189.029)</b>	<b>17,1%</b>	<b>(613.770)</b>	<b>(652.189)</b>	<b>-5,9%</b>
<b>Variações Cambiais</b>	<b>792</b>	<b>(390)</b>	<b>-303,1%</b>	<b>(2.630)</b>	<b>-130,1%</b>	<b>(3.248)</b>	<b>(567)</b>	<b>472,8%</b>
<b>Total - Receitas e Despesas Financeiras</b>	<b>(163.891)</b>	<b>(88.422)</b>	<b>85,4%</b>	<b>(156.626)</b>	<b>4,6%</b>	<b>(449.226)</b>	<b>(402.054)</b>	<b>11,7%</b>

(1) Variação entre 3T20 e 2T20 | (2) Variação entre 9M20 e 9M19

A Companhia registrou no 3T20 uma despesa financeira de R\$ 163,9 milhões, um montante R\$ 75,5 milhões superior ao resultado financeiro negativo de R\$ 88,4 milhões reconhecido no 3T19.

As principais variações observadas nas rubricas de receitas e despesas financeiras foram: (i) efeito negativo da redução de R\$27,0 milhões com atualização monetária de ativo e passivo financeiro setorial, relacionado ao processo anual de reajuste tarifário; (ii) maior custo dos juros (líquidos) do Plano de Pensão, no valor de R\$ 22,3 milhões decorrente do aumento na base de cálculo dos juros; (iii) efeito negativo de R\$19,7 milhões com obrigação de consumidores referentes às Resoluções 250/07 e 368/09, devido a reversão, em 2019, do saldo de obrigação relacionada à devolução aos consumidores, após decisão legal; e (iv) aumento de R\$15,4 milhões com atualizações monetárias de processos judiciais.

Esses efeitos foram compensados pela (v) redução de R\$46,1 milhões em despesa com encargos de dívidas, que incluem empréstimos, debêntures e mútuos, por conta da menor taxa de juros média do período; (vi) menor despesa com atualização do acordo com a Eletrobras, em R\$16,3 milhões; e (vi) aumento em R\$ 15,4 milhões na receita oriunda de atualização monetária sobre contas de energia em atraso.

No 9M20, a Companhia reportou um resultado financeiro negativo de R\$ 449,2 milhões, montante 11,7% superior ao registrado 9M19.



## Comentário do Desempenho

As principais variações registradas foram: (i) efeito positivo da redução de R\$ 127,6 milhões com encargos da dívida (empréstimo, debêntures e mútuos), reflexo da queda na taxa de juros média do período; (ii) menor despesa com atualização do acordo com a Eletrobras, no montante de R\$ 41,6 milhões e (iii) aumento de R\$20,7 milhões em receita oriunda de atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo (iii) aumento de R\$ 66,8 milhões com custo dos juros líquidos do Plano de Pensão, decorrente do aumento na base de cálculo dos juros; (iv) menor atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial, em um montante de R\$ 66,4 milhões; (v) menor receita com atualização de créditos tributários, em R\$21,6 milhões e; (vi) redução de R\$15,6 milhões em receita oriunda de aplicação financeira, consequência do menor saldo médio de caixa no período e da queda na taxa de juros<sup>4</sup>.

### Tributos (IR/CSLL)

#### TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(9.977)	-	n.a	22.204	-144,9%	(9.977)	22.287	-144,8%
Contribuição Social Diferida	(23.472)	(49.372)	-52,5%	1.372	-1810,8%	(37.842)	(76.651)	-50,6%
Imposto de Renda Diferido	(65.201)	(137.140)	-52,5%	3.813	-1810,0%	(105.116)	(212.910)	-50,6%
<b>Total</b>	<b>(98.650)</b>	<b>(186.512)</b>	<b>-47,1%</b>	<b>27.389</b>	<b>-460,2%</b>	<b>(152.935)</b>	<b>(267.274)</b>	<b>-42,8%</b>

(1) Variação entre 3T20 e 2T20 | (2) Variação entre 9M20 e 9M19

No 3T20, as despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) totalizaram R\$ 98,7 milhões, uma redução de R\$ 87,9 milhões em relação ao 3T19, explicado pelo menor resultado tributável. No 9M20, as despesas com IR e CSLL totalizaram R\$ 152,9 milhões, valor 42,8% menor em relação ao 9M19, decorrente do menor resultado tributável observado.

### Endividamento

#### Indicadores de Endividamento

##### INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	3T20	3T19	Var. % (1)	2T20	Var. % (2)	9M20	9M19	Var. % (3)
Empréstimos, Financiamentos, Deb. E Derivativos	4.466.701	4.285.602	4%	4.464.313	0%	4.466.701	4.285.602	4%
Fundo de Pensão	1.133.255	1.176.676	-4%	1.143.343	-1%	1.133.255	1.176.676	-4%
(-) Disponibilidades	(2.312.946)	(758.815)	205%	(1.056.163)	119%	(2.312.946)	(758.815)	205%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>3.287.010</b>	<b>4.703.464</b>	<b>-30%</b>	<b>4.551.493</b>	<b>-28%</b>	<b>3.287.010</b>	<b>4.703.464</b>	<b>-30%</b>
<b>EBITDA (4)</b>	<b>2.163.100</b>	<b>1.790.474</b>	<b>21%</b>	<b>2.223.898</b>	<b>-3%</b>	<b>2.163.100</b>	<b>1.790.474</b>	<b>21%</b>
Dívida Bruta/EBITDA	2,59	3,05	-15,14%	2,52	2,67%	2,59	3,05	-15,14%
Dívida Líquida/EBITDA	1,52	2,63	-42,15%	2,05	-25,75%	1,52	2,63	-42,15%
Dívida Bruta/(Dívida Bruta + PL)	0,64	0,65	-1,40%	0,60	7,50%	0,64	0,65	-1,40%
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + PL)	0,52	0,62	-16,74%	0,55	-6,04%	0,52	0,62	-16,74%

(1) Variação entre 2T20 e 2T19; (2) Variação entre 3T20 e 1T20; (3) Variação entre 9M20 e 9M19; (4) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

A Dívida Bruta<sup>5</sup> da Companhia encerrou o 3T20 em R\$ 5.600 milhões, um aumento de R\$ 138 milhões em relação ao 3T19. Essa variação deve-se principalmente às novas captações de empréstimos para capital de giro no valor de R\$ 860 milhões realizados em março e abril de 2020, somados às provisões de encargos no período R\$ 178 milhões, parcialmente compensadas por liquidações de dívidas no valor total de R\$ 861 milhões no período e redução de R\$ 43 milhões referente à dívida com fundo de pensão devido à pagamentos no período.

Em relação às liquidações realizadas, destaca-se o pagamento do Intercompany que a companhia possuía com a Enel Finance, em 18 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 454 milhões e a liquidação da 6ª emissão de Nota Promissória em 07 de março de 2020 no valor de R\$ 220 milhões, somados ao pagamento de juros das operações de 23ª e 24ª Emissão de debêntures em novembro de 2019, março e maio de 2020, no valor de R\$ 160 milhões.

As disponibilidades somaram R\$ 2.313 milhões no 3T20, ante R\$ 759 milhões no 3T19, um aumento de R\$ 1.554 milhões devido principalmente ao recebimento dos recursos da Conta COVID no valor de R\$ 1.389 milhões somados à compensação de PIS/COFINS que a Companhia obteve no 3T20 no valor de R\$ 105 milhões. Dessa forma, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 3.287 milhões no 3T20, uma redução de R\$ 1.416 milhões em relação ao saldo de R\$ 4.703 milhões do 3T19.

<sup>4</sup> O CDI médio reportado no 3T19 foi de 6,01%, no 3T19 e de 2,00 %, no 3T20. Já nos 9M20, o CDI médio reportado foi de 3,07%, contra 6,26% no 9M19.

<sup>5</sup> Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo, além do saldo devedor com o fundo de pensão e saldo líquido do derivativo. O saldo com fundo de pensão não considera o efeito líquido de ganhos/perdas atuariais no montante de R\$ 5.646,3 milhões em 30 de setembro de 2020, R\$ 4.383,1 milhões em 30 de junho de 2020, e R\$ 4.609,4 milhões em 31 de dezembro de 2019.



## Comentário do Desempenho

A Companhia encerrou o 3T20 com o custo médio da dívida no período de 5,70% a.a., ou CDI + 2,56% a.a e prazo médio de 3,29 anos, considerando a dívida com Funcesp. Sem considerar a dívida com a fundação tem-se um custo de 3,73% a.a (CDI + 0,65%) e prazo médio de 2,71 anos.

### Índices Financeiros - Covenants

#### INDICADORES FINANCEIROS (R\$ mil)

	3T20
Empréstimos, Financiamentos, Deb. E Derivativos	4.466.701
Fundo de Pensão	1.133.255
(-) Disponibilidades	(2.312.946)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>3.287.010</b>
<b>EBITDA (1) (12 meses)</b>	<b>2.163.100</b>
(+)PDD	382.017
(+)Contingências	91.727
(+)Despesas com Funcesp (últimos 12 meses)	29.103
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	28.125
<b>EBITDA (12 meses) - Ajustado 24ª Emissão</b>	<b>2.694.072</b>
(-) Impacto arrendamento operacional (CPC 06 /IFRS 16)	(52.352)
(-) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	(28.125)
<b>EBITDA (12 meses) - Ajustado 23ª Emissão</b>	<b>2.613.595</b>

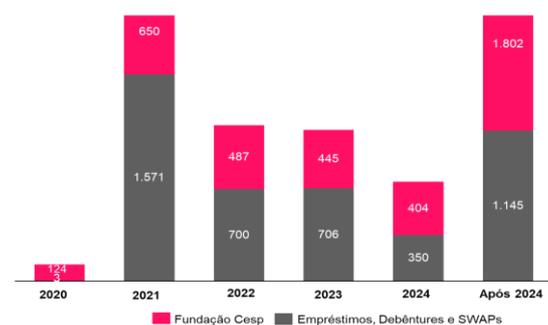
(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses).

#### Covenant Financeiro

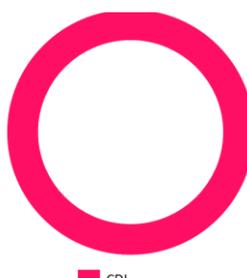
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 24ª Debênture	1,22
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - 23ª Debênture	1,26

A Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Contábeis Anuais, os quais foram atingidos em 30 de setembro de 2020. Segue abaixo o cálculo do covenant financeiro exigido nas debêntures de emissão da companhia (23ª e 24ª emissão).

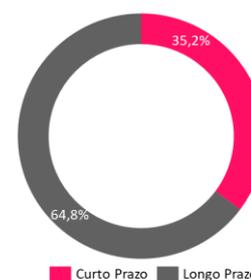
### Cronograma de Amortização (R\$ milhões)<sup>6</sup>



### Abertura da Dívida Bruta Indexadores



### Abertura da Dívida Bruta Curto/Longo prazo



### Rating da Companhia<sup>7</sup>

Escala	Ratings	Nacional	Internacional	Perspectiva
	Fitch	AAA	BBB <sup>-1</sup> e BB <sup>+2</sup>	Estável
Moody's	Aaa	Ba1	Estável	

Últimas atualizações: Fitch - set/2020; Moody's - set/2020; 1 - Moeda Local; 2 - Moeda Estrangeira

### Investimentos

#### INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	3T20	3T19	Var. %	2T20	Var. % (1)	9M20	9M19	Var. % (2)
Manutenção	108.377	112.605	-3,8%	107.872	0,5%	317.836	313.166	1,5%
Crescimento	103.347	88.652	16,6%	87.206	18,5%	244.425	229.794	6,4%
Novas Conexões	45.666	16.140	182,9%	41.464	10,1%	128.103	50.056	155,9%
<b>Financiado pela Companhia</b>	<b>257.390</b>	<b>217.398</b>	<b>18,4%</b>	<b>236.542</b>	<b>8,8%</b>	<b>690.364</b>	<b>593.016</b>	<b>16,4%</b>
Financiado pelo Cliente	14.669	13.062	12,3%	6.210	136,2%	25.763	56.639	-54,5%
<b>Total</b>	<b>272.058</b>	<b>230.460</b>	<b>18,1%</b>	<b>242.752</b>	<b>12,1%</b>	<b>716.127</b>	<b>649.655</b>	<b>10,2%</b>

(1) Variação entre 3T20 e 2T20 | (2) Variação entre 9M20 e 9M19

No 3T20, a Companhia investiu R\$ 272,1 milhões, montante 18,1% superior ao registrado no 3T19, alocados, principalmente, em atividades de crescimento e de novas conexões, ou seja, adequação de infraestrutura para

<sup>6</sup> Fluxo composto por amortização de principal e custos a amortizar. Não considera arrendamento financeiro e não considera diferenças de premissas entre PREVIC e CVM no montante de R\$ 370,3 milhões (Resolução CVM 695/2012).

<sup>7</sup> Quadro considera ratings válidos em 30 de Setembro de 2020.



## Comentário do Desempenho

maior carga e expansão do sistema. Do total investido, R\$ 257,4 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 14,7 milhões correspondem a projetos financiados pelos clientes.

No acumulado do ano, a Companhia investiu R\$ 716,1 milhões, sobretudo em novas conexões, volume 10,2% superior ao investido no 9M19.

### 5 OUTROS TEMAS

#### Revisão Tarifária Periódica 2019

Em 02 de julho de 2019, a ANEEL deliberou sobre os resultados da revisão tarifária periódica de 2019, com aplicação a partir de 04 de julho de 2019.

Foi aprovado o índice de reposicionamento de +12,79% composto por: (i) reposicionamento econômico de +1,72%, sendo -1,57% de Parcela A e +3,29% de Parcela B e (ii) componentes financeiros de +11,07%. Descontados os componentes financeiros considerados no último processo tarifário, no valor de -5,75%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores foi de +7,03%, conforme detalhado na tabela ao lado.

Composição		
Parcela A	Encargos Setoriais	-4,58%
	Energia Comprada	1,67%
	Encargos de Transmissão	1,33%
	<b>Parcela A</b>	<b>-1,57%</b>
<b>Parcela B</b>		<b>3,29%</b>
<b>Reajuste Econômico</b>		<b>1,72%</b>
CVA Total		10,47%
Outros Itens Financeiros da Parcela A		0,60%
<b>Reajuste Financeiro</b>		<b>11,07%</b>
<b>Reajuste Total</b>		<b>12,79%</b>
Componentes Financeiros do Processo Anterior		-5,75%
<b>Efeito para o Consumidor</b>		<b>7,03%</b>

Por fim, vale destacar que foram definidos os componentes do Fator X que serão deduzidos da variação do IGP-M na atualização anual dos custos da Parcela B da Companhia: (i) Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,77%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia; (ii) Componente X-T (trajetória dos custos operacionais) de -2,07%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Companhia.

O efeito líquido da aplicação destes componentes à Parcela B representará um acréscimo de 1,30% além do IGP-M anual. Em adição a esses efeitos, anualmente é apurado o Fator XQ, de incentivo à melhoria da qualidade, que nesta revisão foi apurado em -1,03%.

O reajuste tarifário médio de +7,03% (efeito médio a ser percebido pelos consumidores) apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado ao lado.

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	8,46%
Baixa Tensão	6,48%
<b>Efeito Médio</b>	<b>7,03%</b>

#### Reajuste Tarifário Anual 2020

Em 30 de junho de 2020, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2020 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2020.

Foi aprovado Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +15,60% composto por: (i) reajuste econômico de +15,27%, sendo +13,18% de Parcela A e +2,09% de Parcela B; e (ii) componente financeiro de +0,33%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +4,23%, conforme detalhado na tabela ao lado:

O efeito líquido da aplicação destes componentes à Parcela B representará um acréscimo de 1,30% além do IGP-M anual, de 6,66%, no período de 12 meses findos em junho de 2020.

Reajuste Tarifário		
Parcela A	Encargos Setoriais	2,11%
	Energia Comprada	6,77%
	Encargos de Transmissão	4,30%
	<b>Parcela A</b>	<b>13,18%</b>
<b>Parcela B</b>		<b>2,09%</b>
<b>Reajuste Econômico</b>		<b>15,27%</b>
CVA Total		6,27%
Conta COVID		-8,70%
Outros Itens Financeiros da Parcela A		2,76%
<b>Reajuste Financeiro</b>		<b>0,33%</b>
<b>Reajuste Total</b>		<b>15,60%</b>
Componentes Financeiros do Processo Anterior		-11,38%
<b>Efeito para o Consumidor</b>		<b>4,23%</b>



## Comentário do Desempenho

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	6,00%
Baixa Tensão	3,58%
Efeito Médio	4,23%

O reajuste tarifário médio de +4,23% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado na tabela ao lado.

### Bandeiras Tarifárias

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 13,43/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 41,69/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 62,43/MWh

Em maio de 2018, um novo critério de acionamento das bandeiras tarifárias entrou em vigor, decorrente da audiência pública nº 061/17, que discutiu a revisão da metodologia das bandeiras e dos valores de suas faixas de acionamento.

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2019 e nos 9 primeiros meses de 2020, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

	2019	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
		Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Verde	Amarela	Vermelha 1	Vermelha 1	Amarela	Vermelha 1	Amarela
PLD gatilho - R\$/MWh		116,53	283,16	286,02	167,83	114,92	42,35	175,44	224,19	200,18	233,59	292,87	225,92
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE													
	2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
		Amarela	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde
PLD gatilho - R\$/MWh		291,00	185,56	57,23	39,68	39,68							
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE													

Vale destacar que em função da pandemia causada pelo coronavírus, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº 1.511/20, de 26 de maio de 2020, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020.

### COVID-19 – Contexto e Impactos da Pandemia

No contexto de prevenção a pandemia declarada no dia 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde – OMS – referente ao novo-coronavírus (COVID-19), a ANEEL estabeleceu, no dia 24 de março, conjunto de medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, anunciadas por meio da Resolução Normativa (REN) 878.

Entre as principais medidas anunciadas, ficou estabelecida, pelo prazo de 90 dias a partir de 25 de março de 2020, a suspensão do fornecimento de energia aos consumidores residenciais, além dos serviços essenciais já previstos em lei, além da suspensão, pelo mesmo prazo, das compensações relacionadas aos indicadores de continuidade no fornecimento (DIC/FIC/DMIC/DICRI). A vigências das medidas estabelecidas pela REN 878 foram prorrogadas até o dia 31 de julho.

Adicionalmente a essas medidas, como forma de mitigar eventuais impactos do COVID-19, em 08 de abril de 2020, o governo federal publicou Medida Provisória (MP 950) concedendo isenção no período de 01 de abril a 30 de junho, aos consumidores da categoria Baixa Renda, cujo consumo é inferior a 220 KWh/mês, a



## Comentário do Desempenho

vigência dessa isenção foi, posteriormente, estendida. Como contrapartida, ficou estabelecido o ressarcimento às companhias de distribuição através da utilização de recursos da CDE para a cobertura do desconto tarifário concedido.

Ainda em 08 de abril, a ANEEL publicou despacho 986, autorizando a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a repassar aos agentes do setor os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos, totalizando R\$ 2 bilhões, com o objetivo de reforçar a liquidez do setor em meio a pandemia. O despacho autorizou a CCEE a efetuar novos repasses ao longo do ano.

Com o objetivo de minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez às distribuidoras, e o setor, foi estabelecida por meio do Decreto 10.350 a Conta-COVID, posteriormente regulamentada pela ANEEL na Resolução Normativa 885/20, em 23 de junho. A Conta-COVID prevê auxílio às distribuidoras por meio da antecipação de recursos setoriais, cuja gestão de repasses é responsabilidade da CCEE, centralizando a contratação de recursos junto as instituições financeiras e repasses às distribuidoras dos montantes homologados pela ANEEL.

A Conta permite o adiantamento de recursos financeiros para cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), compensando os efeitos financeiros da pandemia, ao cobrir os seguintes itens:

- Efeitos financeiros da sobrecontratação;
- Saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA;
- Neutralidade dos encargos setoriais;
- Saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados;
- Postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; e
- Antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”, conforme o disposto em regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel.

A equalização desse fluxo será diluída em um prazo total de 60 meses, a partir de 2021. O fluxo utiliza recursos arrecadados através por meio de encargo setorial.

Em 03 de julho de 2020, a Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da CONTA-COVID, no valor total de R\$ 1.389,2 milhões. Os recursos foram recebidos em parcela única em 31 de julho de 2020, e foram contabilizados contra os saldos de ativos e passivos setoriais. Tal encargo será arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE, que por sua vez, deverá amortizar o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

### Sobrecontratação Involuntária

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando dos processos tarifários de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório.

Em 27 de agosto de 2020, por meio do Despacho nº 2.508, a ANEEL determinou os valores definitivos de sobrecontratação involuntárias de 2016 e 2017, porém em montantes inferiores ao reconhecido pela Companhia. Os valores determinados pela agência não levam em consideração fatos extraordinários como a compra compulsória no leilão A-1 de 2015 e as ações de máximo esforço que a Companhia tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual se encontra em fase de análise na Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL deverá instruir processo para determinar a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020.

# Formulário de Informações Trimestrais

## 30 de setembro de 2020

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.  
Enel Distribuição São Paulo

## Notas Explicativas

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<b>Notas</b>	<b>30.09.2020</b>	<b>31.12.2019</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>4</b>	2.274.132	1.280.195
Investimentos de curto prazo	<b>4</b>	38.813	5.496
Consumidores, revendedores e outros	<b>5</b>	2.356.246	2.447.175
Operação com instrumento derivativo	<b>30.1</b>	105.136	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	<b>8</b>	51.448	68.086
Outros tributos compensáveis	<b>8</b>	928.333	697.049
Contas a receber - acordos	<b>6</b>	459.979	216.840
Ativo financeiro setorial	<b>11</b>	578.162	1.608.152
Outros créditos		296.105	195.581
Almoxarifado		34.180	15.830
Serviços em curso		203.381	188.528
Despesas pagas antecipadamente		49.019	33.166
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>7.374.934</b>	<b>6.756.098</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Consumidores, revendedores e outros	<b>5</b>	23.899	25.920
Ativo financeiro setorial	<b>11</b>	733.101	444.594
Operação com instrumento derivativo	<b>30.1</b>	58.511	49.881
Outros tributos compensáveis	<b>8</b>	6.414.979	4.495.140
Tributos e contribuições sociais diferidos	<b>9</b>	4.375.086	4.327.475
Depósitos vinculados	<b>17</b>	848.467	808.869
Contas a receber - acordos	<b>6</b>	8.052	8.605
Outros créditos		88.808	41.713
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	<b>10.1</b>	686.535	466.563
Ativo financeiro da concessão	<b>10.2</b>	4.910.002	4.532.124
Investimento		41.250	41.250
Imobilizado arrendado	<b>15</b>	191.622	230.806
Intangível	<b>10.3</b>	3.974.801	4.240.506
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>22.355.113</b>	<b>19.713.446</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>29.730.047</b>	<b>26.469.544</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas****BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<b>Notas</b>	<b>30.09.2020</b>	<b>31.12.2019</b>
<b><u>PASSIVO CIRCULANTE</u></b>			
Fornecedores	12	1.730.153	1.865.919
Empréstimos e financiamentos	14	981.888	230.884
Debêntures	14	725.214	42.624
Obrigações por arrendamentos	15	60.703	69.848
Subvenções governamentais		2.741	3.273
Imposto de renda e contribuição social a pagar		9.978	-
Outros tributos a pagar	13	540.982	515.091
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.5	584.681	214.054
Obrigações sociais e trabalhistas		121.057	134.354
Encargos setoriais	18	415.286	419.534
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	9.607	12.358
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	353.257	342.811
Provisão para processos judiciais e outros	17	239.132	348.486
Reserva de reversão		7.343	7.342
Operação com instrumento derivativo	30.1	1.491	1.274
Outras obrigações		369.620	295.140
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	801.466	578.763
Passivo financeiro setorial	11	1.172.753	957.969
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>8.127.352</b>	<b>6.039.724</b>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Empréstimos e financiamentos	14	34.552	43.539
Debêntures	14	2.887.203	3.570.365
Obrigações por arrendamentos	15	160.890	192.034
Subvenções governamentais		3.233	5.215
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	6.430.926	5.982.423
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	695.810	1.019.775
Provisão para processos judiciais e outros	17	685.110	573.606
Encargos setoriais	18	37.005	34.553
Reserva de reversão		38.549	44.056
Outras obrigações		35.382	77.597
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	6.488.962	4.395.313
Passivo financeiro setorial	11	720.460	522.128
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>18.218.082</b>	<b>16.460.604</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
Capital social	21.1	3.079.525	3.079.525
Reservas de capital	21.3	2.268.430	2.268.430
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	21.4	(2.639.954)	(2.217.271)
Reservas de lucros:			
Reserva legal		196.766	196.766
Reserva especial para reforço de capital de giro		171.137	171.137
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	470.629
Lucros acumulados		308.709	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.384.613</b>	<b>3.969.216</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>29.730.047</b>	<b>26.469.544</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

		01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019
	<b>Notas</b>				
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>23</b>	<b>3.861.613</b>	<b>10.861.003</b>	<b>3.865.986</b>	<b>10.686.727</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
<b>Custo com energia elétrica</b>					
Energia elétrica comprada para revenda	24	(1.916.420)	(5.778.257)	(2.122.376)	(5.807.460)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	24	(60.772)	(167.317)	(72.048)	(221.838)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	24	(567.876)	(1.288.923)	(425.417)	(1.255.151)
<b>Custo de operação</b>					
Pessoal e administradores		(168.195)	(522.159)	(191.939)	(564.946)
Entidade de previdência privada		(7.817)	(21.614)	(6.090)	(19.013)
Serviços de terceiros		(153.013)	(461.660)	(137.410)	(379.401)
Material		(16.493)	(70.469)	(14.328)	(44.553)
Custo de construção		(264.009)	(750.679)	(197.737)	(550.083)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa		(90.864)	(334.970)	(41.732)	(184.390)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	7	(21.801)	(69.986)	2.040	(36.003)
Depreciação e amortização		(176.407)	(508.971)	(38.476)	(356.724)
Outras receitas e despesas operacionais	25	3.956	(27.882)	158	(51.776)
<b>TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>		<b>(3.439.711)</b>	<b>(10.002.887)</b>	<b>(3.245.355)</b>	<b>(9.471.338)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)</b>		<b>421.902</b>	<b>858.116</b>	<b>620.631</b>	<b>1.215.389</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Receitas financeiras	26	56.595	167.792	78.659	250.702
Despesas financeiras	26	(221.278)	(613.770)	(166.691)	(652.189)
Variações cambiais, líquidas	26	792	(3.248)	(390)	(567)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(163.891)</b>	<b>(449.226)</b>	<b>(88.422)</b>	<b>(402.054)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>258.011</b>	<b>408.890</b>	<b>532.209</b>	<b>813.335</b>
Contribuição social	27	(2.767)	(2.767)	-	-
Imposto de renda	27	(7.210)	(7.210)	-	22.287
Contribuição social diferida	9.4/27	(23.472)	(37.842)	(49.372)	(76.651)
Imposto de renda diferido	9.4/27	(65.201)	(105.116)	(137.140)	(212.910)
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>(98.650)</b>	<b>(152.935)</b>	<b>(186.512)</b>	<b>(267.274)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>159.361</b>	<b>255.955</b>	<b>345.697</b>	<b>546.061</b>
<b>Lucro líquido básico/diluído por ação ordinária</b>	<b>22.1</b>	<b>0,80703</b>	<b>1,29619</b>	<b>1,75075</b>	<b>2,76547</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>159.361</b>	<b>255.955</b>	<b>345.697</b>	<b>546.061</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>				
<b>- Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado</b>				
Ajuste de avaliação atuarial - Previdência privada	(823.152)	(596.895)	-	-
Ajuste de avaliação atuarial - FGTS - PIA (multa 40%)	30.787	35.045	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliações atuariais	269.404	191.029	-	-
<b>- Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado</b>				
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	(4.442)	1.352	22.530	27.384
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	1.510	(460)	(7.659)	(9.310)
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS</b>	<b>(366.532)</b>	<b>(113.974)</b>	<b>360.568</b>	<b>564.135</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas



## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Reservas de capital					Reservas de lucros					Total do patrimônio líquido
	Capital social	Opções de ações outorgadas	Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva especial para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros (prejuízos) acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.823.486</b>	<b>20.573</b>	<b>670.897</b>	-	<b>(49.236)</b>	<b>(781.506)</b>	<b>196.766</b>	-	-	-	<b>2.880.980</b>
<u>Resultado abrangente total:</u>											
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	546.061	546.061
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	27.384	-	-	-	-	27.384
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(9.310)	-	-	-	-	(9.310)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido:</u>											
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(83.465)	-	-	-	83.465	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	28.378	-	-	-	28.378	-
<b>Saldos em 30 de setembro de 2019</b>	<b>2.823.486</b>	<b>20.573</b>	<b>670.897</b>	-	<b>(49.236)</b>	<b>(818.519)</b>	<b>196.766</b>	-	-	<b>601.148</b>	<b>3.445.115</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>3.079.525</b>	-	<b>2.267.883</b>	<b>547</b>	-	<b>(2.217.271)</b>	<b>196.766</b>	<b>171.137</b>	<b>470.629</b>	-	<b>3.969.216</b>
<u>Resultado abrangente total:</u>											
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	255.955	255.955
Ajuste de avaliação atuarial (previdência privada e multa FGTS)	-	-	-	-	-	(561.850)	-	-	-	-	(561.850)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	-	191.029	-	-	-	-	191.029
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	1.352	-	-	-	-	1.352
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(460)	-	-	-	-	(460)
<u>Transações com os acionistas</u>											
Dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(470.629)	-	(470.629)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido:</u>											
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(79.931)	-	-	-	79.931	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	27.177	-	-	-	(27.177)	-
<b>Saldos em 30 de setembro de 2020</b>	<b>3.079.525</b>	-	<b>2.267.883</b>	<b>547</b>	-	<b>(2.639.954)</b>	<b>196.766</b>	<b>171.137</b>	-	<b>308.709</b>	<b>3.384.613</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.01.2020 a 30.09.2020	01.01.2019 a 30.09.2019
<b>Atividades operacionais:</b>		
Lucro líquido do período	255.955	546.061
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização	512.289	356.724
Variações monetárias	37.354	(12.094)
Atualização do ativo financeiro da concessão	(64.971)	(97.142)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	336.607	185.434
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	87.105	60.878
Atualização acordo Eletrobras	38.164	79.784
Custo de empréstimos e debêntures (encargos de dívidas)	231.491	238.603
Juros sobre obrigações de arrendamento	16.126	17.824
Juros sobre operação com instrumento derivativo	(98.313)	2.744
Benefícios pós-emprego	335.299	265.001
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(1.777)	(1.542)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	30.669	41.766
Tributos e contribuições sociais diferidos	142.958	289.561
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>		
Consumidores, revendedores e outros	(144.109)	(309.608)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(21.754)	(22.288)
Outros tributos compensáveis	(2.151.123)	(4.949.336)
Almoxarifado	(18.350)	13.451
Serviços em curso	(14.853)	(16.771)
Contas a receber - acordos	(338.767)	(52.004)
Despesas pagas antecipadamente	(15.853)	(3.697)
Outros créditos	(158.393)	1.914
Ativo financeiro setorial	741.483	320.307
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>		
Fornecedores	(225.803)	203.587
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.316.352	4.940.984
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9.978	-
Outros tributos a pagar	70.696	43.527
Obrigações sociais e trabalhistas	(13.297)	(54.715)
Encargos setoriais	8.832	(53.780)
Outras obrigações	26.759	(35.642)
Passivo financeiro setorial	413.116	(562.532)
	<b>2.343.870</b>	<b>1.436.999</b>
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(125.572)	(237.494)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(15.577)	(14.000)
Pagamento de juros de operações com derivativo	(8.013)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(4.905)	(13.741)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(451.397)	(343.432)
Pagamento de processos judiciais e outros	(121.407)	(87.337)
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	(351.683)	(337.909)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	(1.332)	92
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>1.263.984</b>	<b>403.178</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>		
Adições para ativo contratual e intangível da concessão	(713.515)	(649.656)
Consumidores participação financeira	49.927	98.729
Aplicações em investimento de curto prazo	(79.394)	(864)
Resgates de investimento de curto prazo	48.736	3.338
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(57.213)	(240.391)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	6.562	1.471
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<b>(744.897)</b>	<b>(787.373)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	859.997	2.215.000
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(226.986)	(1.955.535)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-	(19.800)
Pagamento de obrigações por arrendamento	(58.161)	(37.065)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(100.000)	(1)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos</b>	<b>474.850</b>	<b>202.599</b>
<b>Varição no caixa líquido da Companhia</b>	<b>993.937</b>	<b>(181.596)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.280.195	936.678
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.274.132</b>	<b>755.082</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



## Notas Explicativas

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	01.01.2020 a 30.09.2020	01.01.2019 a 30.09.2019
<b>1. RECEITAS</b>	<b>16.531.467</b>	<b>17.643.746</b>
<b>Receita bruta de venda de energia e outras receitas</b>	<b>16.866.437</b>	<b>17.828.136</b>
Fornecimento de energia elétrica	7.281.822	8.825.476
Outras receitas - originadas de contratos com clientes	8.083.766	7.608.099
Outras receitas	750.170	844.478
Receita relativa à construção de ativos próprios	750.679	550.083
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(334.970)	(184.390)
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(9.196.990)</b>	<b>(8.945.333)</b>
Materiais	(452.569)	(276.836)
Outros custos operacionais	(53.462)	(52.236)
Custo da energia comprada e transmissão	(7.933.664)	(7.996.724)
Serviços de terceiros	(757.295)	(619.537)
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>7.334.477</b>	<b>8.698.413</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>(512.289)</b>	<b>(356.724)</b>
Depreciação e amortização	(512.289)	(356.724)
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>6.822.188</b>	<b>8.341.689</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>167.792</b>	<b>250.702</b>
Receitas financeiras	167.792	250.702
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>6.989.980</b>	<b>8.592.391</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>6.989.980</b>	<b>8.592.391</b>
<b>Empregados (Colaboradores)</b>	<b>559.208</b>	<b>577.349</b>
Salários e encargos	318.350	295.006
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	54.248	66.565
Benefícios	157.954	190.185
FGTS	28.656	25.593
<b>Tributos (Governo)</b>	<b>5.541.763</b>	<b>6.806.544</b>
<b>Federais</b>	<b>729.256</b>	<b>1.187.439</b>
Imposto de renda e contribuição social	152.935	267.274
COFINS	409.260	686.884
PIS	88.758	148.233
INSS	53.445	59.198
Encargos sociais - Outros	24.858	25.850
<b>Estaduais</b>	<b>2.880.924</b>	<b>3.043.529</b>
ICMS	2.874.997	3.036.265
Outros	5.927	7.264
<b>Municipais</b>	<b>33.852</b>	<b>33.982</b>
ISS	132	144
IPDU	33.670	33.787
Outros	50	51
<b>Encargos setoriais</b>	<b>1.897.731</b>	<b>2.541.594</b>
CDE - Conta de desenvolvimento energético	1.679.668	2.089.721
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	99.842	99.642
Encargos do consumidor - PROINFA	67.752	69.220
Encargos do consumidor - CCRBT	36.017	271.407
Taxa de fiscalização - ANEEL	14.452	11.604
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>633.054</b>	<b>662.437</b>
Juros	615.551	652.756
Aluguéis	17.503	9.681
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>255.955</b>	<b>546.061</b>
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(52.754)	(55.087)
Lucros retidos	308.709	601.148

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo”, ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria “B”, controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Pentead de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2019.

#### 1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

##### Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil têm adotado o trabalho remoto há alguns anos. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia decidiu estender o trabalho remoto para todos os dias úteis até dezembro de 2020 para todos os profissionais elegíveis.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, cujas atividades são imprescindíveis para a manutenção da prestação do serviço com a qualidade que sempre foi entregue, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, a Companhia também estendeu o benefício de saúde, com apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19.

O trabalho remoto tem propiciado novas possibilidades de comunicação e operação. A determinação dessa forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só foi possível pelos investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias no decorrer dos últimos anos. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

##### Monitoramento e plano estratégico

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

A Enel e suas subsidiárias, adicionaram indicadores de performance para cada área de negócio, o que tem proporcionado de forma tempestiva informações relacionadas às operações, transações e resultados operacionais. Nesse contexto, o alto nível de digitalização foi um fator imprescindível para a aplicação destes indicadores. Através destes indicadores, é possível, de forma confiável, monitorar o nível de operação de suas atividades, a qualidade do serviço prestado, bem como, se aplicável, eventuais reduções em atividades suportes em decorrência do trabalho remoto.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

#### **Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa**

A Companhia tem observado uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, parcialmente explicado pela crise financeira, principalmente a deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19. Diversos estados e municípios, adotaram e ainda adotam o distanciamento social, o que, por sua vez, tem causado a deterioração de diversos setores da economia, colocando em dificuldades financeiras e operacionais empresas de pequeno e médio porte e, conseqüentemente, aumentado o desemprego.

Em setembro de 2020 é possível observar uma retomada econômica com o afrouxamento do distanciamento e liberação gradativa do comércio

O CPC 39, equivalente à norma internacional IFRS 9, prevê que as entidades devem reavaliar o risco de crédito sempre que houver indicativos de deterioração deste, e, dessa forma, a Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor refletem a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela instrução normativa nº 878 emitida pela ANEEL em 23 março de 2020, que determinava a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: residencial, rural e consumidores classificados como serviços essenciais), e tal impedimento perdurou até 31 de julho de 2020. A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas informações contábeis intermediárias, e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores.

A Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a cobrabilidade de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação da política de corte e (iv) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, a possibilidade de utilizar cartões de crédito com opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis, têm sido aplicados de forma consistente na determinação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

#### **Medidas para o setor elétrico**

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio da resolução normativa mencionada

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

anteriormente. Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais e de serviços essenciais, entre outras situações específicas, e (ii) a suspensão temporária de algumas exigências regulatórias, tais como a suspensão do atendimento presencial ao público e permissão de substituição de faturas impressas por eletrônicas, priorizando os meios digitais, os atendimentos de urgência/emergência e a manutenção do fornecimento de energia elétrica nas instalações, assim como os pedidos de ligação ou aumento de carga para locais de tratamento da população e os que não necessitem de obras para efetivação.

A ANEEL autorizou até 30 de junho de 2020 – período da pandemia – o diferimento dos reajustes tarifários, das distribuidoras que tinham reajuste tarifário no intervalo, permitindo, em contrapartida, que os pagamentos ao fundo da CDE fossem reduzidos, na mesma proporção da receita diferida. Os pagamentos do fundo CDE diferidos deverão ser repostos pelas referidas concessionárias durante o segundo semestre de 2020.

Como medida de reforço a liquidez financeira do setor de distribuição de energia elétrica, a ANEEL autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a repassar às distribuidoras os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. O despacho ANEEL nº 986, de 7 de abril de 2020, determinou o repasse aos agentes de mercado. Sendo assim, a Companhia recebeu em 8 de abril e 13 de maio de 2020, os montantes de R\$ 141.312 e R\$14.448, respectivamente. Tais montantes foram contabilizados como passivo financeiro setorial e considerados no reajuste tarifário de 2020. Adicionalmente, em agosto de 2020 a Companhia recebeu o montante de R\$ 3.868

Adicionalmente, a Presidência da República editou medida provisória ampliando, por 3 (três) meses, os descontos da tarifa social para 100%, sendo tal subvenção custeada pelo Tesouro Nacional. Dessa forma, no dia 8 de abril de 2020, o Presidente da República, por meio da Medida Provisória (“MP”) nº 950, que vigorou de 1 de abril a 30 de junho de 2020 adotou algumas alterações temporárias à Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010, alterando o formato de desconto tarifário para os consumidores beneficiados pela categoria baixa renda, onde a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês passou a ter um desconto de 100% e a parcela do consumo de energia elétrica superior a 220 KWh/mês não teve a incidência de qualquer desconto. De acordo com as homologações da ANEEL, a Companhia recebeu repasses relacionados ao desconto da classe baixa renda, no valor de R\$ 102.229, referentes às competências de abril, maio e junho de 2020.

### CONTA-COVID

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão será da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A criação dessa conta tem como objetivo minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, protegendo a cadeia produtiva do setor elétrico através de recursos financeiros para cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), referentes aos seguintes itens:

- Efeitos financeiros da sobrecontratação;
- Saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA;
- Neutralidade dos encargos setoriais;
- Postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data;
- Saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e
- Antecipação do ativo regulatório relativo à “Parcela B”, conforme o disposto em regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A CONTA-COVID foi organizada para evitar reajustes maiores das tarifas de energia elétrica. Se não houvesse a proposta da CONTA-COVID, haveria um impacto para os consumidores nos próximos reajustes, com pagamento em 12 meses. Com a CONTA-COVID, esse impacto será diluído em um prazo total de 60 meses. A CONTA-COVID garante recursos financeiros necessários para compensar a perda de receita em decorrência da pandemia e protege o resto da cadeia produtiva do setor elétrico, ao permitir que as distribuidoras continuem honrando seus contratos.

A CONTA-COVID é regulamentada pela Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, e os recursos da conta serão originados por meio de “empréstimo setorial”, contraído de um conjunto de bancos. A CCEE foi designada como gestora da conta, centralizando a contratação das operações de empréstimos e repassando os recursos para as distribuidoras. O credor responsável por contratar o agente fiduciário e garantidor de todo o recurso será a CCEE, que posteriormente fará o repasse para as distribuidoras, seguindo o teto estabelecido para cada distribuidora.

Em 3 de julho de 2020, a Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da CONTA-COVID, no valor total de R\$ 1.389.232. Tais recursos foram recebidos em parcela única em 31 de julho de 2020, e foram contabilizados contra os saldos de ativos e passivos setoriais – vide nota explicativa nº 11.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

#### Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 162/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar, em 19 de agosto de 2020, a segunda fase da Consulta Pública nº 035/2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020. O período de contribuições para a referida consulta pública foi encerrado em 05 de outubro de 2020.

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia não reconheceu ativo financeiro setorial referente ao direito do reequilíbrio econômico da concessão em seu balanço e demonstração de resultado, visto que ainda depende de regulamentação por parte do órgão regulador.

## 2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

Em 28 de outubro de 2020, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias.

### 2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com as normas internacionais e em conformidade com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), aplicáveis à

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

elaboração das informações Trimestrais – ITR, e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Dessa forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

## 2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo dessas informações contábeis intermediárias podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

### **Continuidade operacional**

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes informações contábeis intermediárias, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, planos de negócios, que compreendem os orçamentos anuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

### **Segmento de negócios**

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

### **Sistema Empresas.Net**

No quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “Empresas.Net” utilizado para fins de elaboração e envio de documentos à CVM e B3, o ajuste de avaliação patrimonial, embora não corresponda a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, visto que não há opção mais apropriada para a apresentação no referido quadro.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

### (a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis intermediárias foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### (b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

## 3. Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias foram preparadas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019, emitidas em 19 de fevereiro de 2020, e devem ser lidas em conjunto, com exceção às alterações estabelecidas pelo CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* – Estrutura conceitual para relatório financeiro.

### 3.1 Alterações ao CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* – Estrutura conceitual para relatório financeiro

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como *Conceptual Framework*, alterado com o objetivo de melhor refletir alterações conceituais estabelecidas pelo IASB, principalmente com relação aos seguintes aspectos:

- Conceitualiza e clarifica questões acerca do objetivo do relatório financeiro, as características qualitativas da informação financeira útil, e a descrição da entidade, bem como os seus limites;
- Clarifica as definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações contábeis e notas explicativas.

Adicionalmente, as alterações realizadas ao CPC 00 (R2) também impactam o conceito de materialidade, estabelecendo de forma clara a aplicação deste conceito e determinando que “informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre o relatório específico da entidade”.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As mudanças são aplicáveis para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020 e visam auxiliar o entendimento de temas específicos, melhorando a qualidade das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia as mudanças realizadas não causaram impactos ou alterações em suas demonstrações contábeis.

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, efetivos ou não efetivos para o exercício ao que esta demonstração contábil se refere e não identificou qualquer impacto material para suas demonstrações contábeis.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>	Nota	30.09.2020	31.12.2019
Numerário disponível		15.214	20.074
Numerário em trânsito	4.1	120.754	205.354
CDB-DI		2.138.164	1.054.767
<b>Total</b>		<b>2.274.132</b>	<b>1.280.195</b>

<u>Investimentos de curto prazo:</u>		30.09.2020	31.12.2019
CDB-DI	4.2	36.801	3.518
Fundo de investimento		2.012	1.978
<b>Total</b>		<b>38.813</b>	<b>5.496</b>
<b>Total geral</b>		<b>2.312.945</b>	<b>1.285.691</b>

- 4.1 O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente). A redução foi ocasionada principalmente pelas arrecadações dos últimos dias do mês de dezembro de 2019, que foram transferidas para a Companhia somente no início de 2020 cujos montantes foram superiores às arrecadações dos últimos dias do mês de setembro de 2020.
- 4.2 O aumento está principalmente relacionado, pela decisão judicial mencionada na nota explicativa nº 17.2 (b.2), que determinou o bloqueio de parte dos investimentos da Companhia.

#### 5. Consumidores, revendedores e outros

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros é como segue:

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer	Vencidos				Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	Total 30.09.2020
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
<b>CIRCULANTE</b>								
<b>Consumidores - distribuição de energia:</b>								
Residencial	406.199	481.165	91.357	181.225	735.056	1.895.002	(861.897)	1.033.105
Industrial	52.507	26.595	5.891	7.932	68.493	161.418	(63.414)	98.004
Comercial	192.411	57.618	18.920	20.258	68.648	357.855	(85.324)	272.531
Rural	236	124	25	74	120	579	(205)	374
Poderes públicos	32.796	11.065	2.561	1.276	1.838	49.536	(2.153)	47.383
Iluminação pública	25.116	702	11	69	15	25.913	(120)	25.793
Serviço público	39.541	35	6	195	68	39.845	(263)	39.582
Serviços cobráveis	78	276	161	11	7	533	(148)	385
Encargos de uso da rede	3.723	10	124	11	-	3.868	-	3.868
Fornecimento não faturado	828.045	-	-	-	-	828.045	(6.911)	821.134
Participação financeira do consumidor	64	4.712	12	42	219	5.049	-	5.049
<b>Revendedores e outros:</b>								
Ressarcimento - leilões de energia	9.038	-	-	-	-	9.038	-	9.038
<b>TOTAL - CIRCULANTE</b>	<b>1.589.754</b>	<b>582.302</b>	<b>119.068</b>	<b>211.093</b>	<b>874.464</b>	<b>3.376.681</b>	<b>(1.020.435)</b>	<b>2.356.246</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
<b>Consumidores - distribuição de energia:</b>								
Iluminação pública	-	-	-	-	24.079	24.079	(180)	23.899
<b>TOTAL - NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.079</b>	<b>24.079</b>	<b>(180)</b>	<b>23.899</b>
<b>TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.589.754</b>	<b>582.302</b>	<b>119.068</b>	<b>211.093</b>	<b>898.543</b>	<b>3.400.760</b>	<b>(1.020.615)</b>	<b>2.380.145</b>

	A vencer	Vencidos				Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	Total 2019
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
<b>CIRCULANTE</b>								
<b>Consumidores - distribuição de energia:</b>								
Residencial	390.213	473.405	80.023	122.957	668.872	1.735.470	(777.217)	958.253
Industrial	64.636	35.258	4.675	7.115	66.498	178.182	(62.457)	115.725
Comercial	265.278	100.333	6.339	11.453	65.579	448.982	(66.021)	382.961
Rural	220	146	15	35	81	497	(117)	380
Poderes públicos	48.503	16.648	1.011	1.114	1.734	69.010	(1.928)	67.082
Iluminação pública	7.816	1.607	-	10	40	9.473	(158)	9.315
Serviço público	32.800	40	35	9	59	32.943	(107)	32.836
Serviços cobráveis	342	918	105	3	8	1.376	(587)	789
Encargos de uso da rede	3.281	112	151	-	-	3.544	-	3.544
Fornecimento não faturado	866.332	-	-	-	-	866.332	(2.594)	863.738
Participação financeira do consumidor	-	753	36	108	14	911	-	911
<b>Revendedores e outros:</b>								
Ressarcimento - leilões de energia	11.641	-	-	-	-	11.641	-	11.641
<b>TOTAL - CIRCULANTE</b>	<b>1.691.062</b>	<b>629.220</b>	<b>92.390</b>	<b>142.804</b>	<b>802.885</b>	<b>3.358.361</b>	<b>(911.186)</b>	<b>2.447.175</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
<b>Consumidores - distribuição de energia:</b>								
Iluminação pública	-	-	-	-	26.114	26.114	(194)	25.920
<b>TOTAL - NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26.114</b>	<b>26.114</b>	<b>(194)</b>	<b>25.920</b>
<b>TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.691.062</b>	<b>629.220</b>	<b>92.390</b>	<b>142.804</b>	<b>828.999</b>	<b>3.384.475</b>	<b>(911.380)</b>	<b>2.473.095</b>

## 6. Contas a receber – acordos

Os saldos de contas a receber – acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30.09.2020	31.12.2019
<b>CIRCULANTE</b>			
Consumidores		768.241	439.818
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(308.262)	(222.978)
<b>Saldo líquido de PECLD</b>		<b>459.979</b>	<b>216.840</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Consumidores		10.413	10.321
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(2.361)	(1.716)
<b>Saldo líquido de PECLD</b>		<b>8.052</b>	<b>8.605</b>
<b>Total circulante + não circulante</b>		<b>468.031</b>	<b>225.445</b>

Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a cobrabilidade de contas de energia em atraso, gerada principalmente em função da deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19.

Visando atenuar o aumento da inadimplência, a Companhia adotou medidas internas de contingência extraordinária, onde foi proposto facilitar o parcelamento das faturas de energia, a partir de um dia de atraso em até 12 vezes, fato este que gerou um aumento significativo na rubrica “contas a receber – acordos”.

	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total 30.09.2020
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	388.856	90.398	299.400	778.654
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(13.351)	(28.659)	(268.613)	(310.623)
<b>Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante</b>	<b>375.505</b>	<b>61.739</b>	<b>30.787</b>	<b>468.031</b>

## 7. Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

A movimentação das perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Nota	Saldo inicial 31.12.2019	Provisões	Perda	Saldo final 30.09.2020
Consumidores	5	(911.380)	(237.059)	127.824	(1.020.615)
Contas a receber - acordos	6	(224.694)	(96.181)	10.252	(310.623)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(3.939)	(614)	562	(3.991)
Outros créditos		(1.543)	(2.753)	-	(4.296)
<b>Total</b>		<b>(1.141.556)</b>	<b>(336.607)</b>	<b>138.638</b>	<b>(1.339.525)</b>
Circulante		(1.139.644)			(1.336.982)
Não circulante		(1.912)			(2.543)
<b>Total</b>		<b>(1.141.556)</b>			<b>(1.339.525)</b>

Rubricas de origem	Saldo inicial 31.12.2018	Provisões/ reversões	Perda	Recomposição de perdas (3,5 - 5 Anos)	Saldo final 30.09.2019
Consumidores	(684.007)	(134.110)	166.661	(227.968)	(879.424)
Contas a receber - acordos	(183.186)	(50.434)	15.499	(21.227)	(239.348)
Outros créditos - Multa rescisão contratual	(5.892)	(234)	555	-	(5.571)
Outros créditos	(1.584)	(656)	1.513	-	(727)
<b>Total</b>	<b>(874.669)</b>	<b>(185.434)</b>	<b>184.228</b>	<b>(249.195)</b>	<b>(1.125.070)</b>
Circulante	(871.695)				(1.122.906)
Não circulante	(2.974)				(2.164)
<b>Total</b>	<b>(874.669)</b>				<b>(1.125.070)</b>

## Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

	30.09.2020	30.09.2019
Provisão	(336.607)	(185.434)
Receita com recuperação de perdas	1.637	1.044
	<b>(334.970)</b>	<b>(184.390)</b>

- 7.1 O aumento da provisão está principalmente relacionado ao cenário causado pela pandemia (COVID-19) - vide nota explicativa nº 1.1.

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") avaliou o ambiente econômico das regiões onde atua, reestruturou suas atividades de cobrança e intensificou a retomada de ações com melhor percentual histórico de recuperação de crédito, como por exemplo a retomada do corte de fornecimento de energia. Essa avaliação demonstrou que a PECLD deve considerar os efeitos oriundos de tais ações, que foram temporariamente privadas das distribuidoras por forças de lei e diretrizes regulatórias impostas a Companhia, conforme detalhado na nota explicativa 1.1, e dessa forma, ao atualizar a estimativa de perda futura a Companhia verificou que apesar do atual cenário, é mais provável que parte substancial do saldo vencido de contas a receber será recuperado no curto prazo, e por este motivo adicionou premissas históricas e de projeções que resultaram em uma menor expectativa de perda futura.

## 8. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	Nota	30.09.2020	31.12.2019
<b>CIRCULANTE</b>			
Contribuição social		11.855	4.452
Imposto de renda	8.1	34.240	47.300
Imposto de renda retido na fonte		5.353	16.334
<b>Total</b>		<b>51.448</b>	<b>68.086</b>
<b>Outros tributos compensáveis</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	801.466	578.763
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		94.481	89.978
ICMS - Compra de créditos		750	1.747
COFINS		24.932	20.770
PIS		6.644	5.734
INSS		60	57
<b>Total</b>		<b>928.333</b>	<b>697.049</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	6.341.398	4.426.554
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		73.581	68.586
<b>Total</b>		<b>6.414.979</b>	<b>4.495.140</b>
<b>Total</b>		<b>7.343.312</b>	<b>5.192.189</b>

### 8.1 Dedutibilidade das despesas com o Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT na apuração do IRPJ

O crédito registrado em março de 2019, foi decorrente de decisão judicial favorável, transitada em julgado, proferida em ação movida pela Companhia, em 2011, pleiteando o reconhecimento do seu direito ao benefício da dedução em dobro das despesas incorridas com o Programa de Alimentação dos Trabalhadores – PAT, na forma prevista na Lei 6.321/1976, bem como a repetição, através de

## Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

compensação, do IRPJ recolhido indevidamente desde 2006. O pedido de habilitação do crédito foi deferido pela Receita Federal e a Companhia efetuou a compensação de R\$ 44.847 em agosto de 2020.

**9. Tributos e contribuições sociais diferidos**

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

**9.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos**

	Nota	30.09.2020	31.12.2019
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	9.2	2.348.178	2.246.819
Benefício fiscal das incorporações	9.3	2.026.908	2.080.656
<b>Total dos tributos e contribuições sociais diferidos</b>		<b>4.375.086</b>	<b>4.327.475</b>

**9.2 Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:**

Nota	Balanco patrimonial		Resultado		
	30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	30.09.2019	
<b>Tributos diferidos ativos:</b>					
		218.025	266.093	(48.068)	(29.418)
		295.214	294.488	726	7.011
		-	-	-	(544.198)
		107.630	79.949	27.681	(749)
		27.290	13.651	13.639	(4.596)
	21.4	1.767.797	1.576.768	-	-
		531.907	550.094	(18.187)	397.800
		103.466	165.545	(62.079)	(62.080)
		54.443	59.712	(5.269)	(5.269)
		-	554	(554)	(22.947)
		34.336	42.889	(8.553)	3.723
		2.297	1.623	674	1.525
		29.013	31.450	(2.437)	(3.459)
		<b>3.171.418</b>	<b>3.082.816</b>	<b>(102.427)</b>	<b>(262.657)</b>
<b>Tributos diferidos passivos:</b>					
	21.4	(393.540)	(420.717)	27.177	28.378
		(343.951)	(321.778)	(22.173)	(33.029)
		(42.044)	(53.989)	11.945	(2.367)
	21.4	(14.280)	(13.820)	-	-
		(29.425)	(25.693)	(3.732)	(1.623)
		<b>(823.240)</b>	<b>(835.997)</b>	<b>13.217</b>	<b>(8.641)</b>
		<b>2.348.178</b>	<b>2.246.819</b>		
				<b>(89.210)</b>	<b>(271.298)</b>
				<b>(53.748)</b>	<b>(18.263)</b>
				<b>(142.958)</b>	<b>(289.561)</b>

**9.3 Benefício fiscal gerado por incorporações:**

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

**AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações")** - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, oriundo da

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

reorganização societária concluída em 30 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

**Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A (“Enel Sudeste”)** - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019.

A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

	30.09.2020		31.12.2019	
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
<b>AES Elpa</b>				
Saldos oriundos da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(168.121)	110.960	(57.161)	(45.728)
<b>Subtotal</b>	<b>347.449</b>	<b>(229.315)</b>	<b>118.134</b>	<b>129.567</b>
<b>Brasileira Participações</b>				
Saldos oriundos da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(100.455)	66.299	(34.156)	(27.324)
<b>Subtotal</b>	<b>207.603</b>	<b>(137.020)</b>	<b>70.583</b>	<b>77.415</b>
<b>Enel Sudeste</b>				
Saldos oriundos da incorporação	6.150.317	(4.268.759)	1.881.558	1.881.558
Amortização acumulada	(125.857)	82.490	(43.367)	(7.884)
<b>Subtotal</b>	<b>6.024.460</b>	<b>(4.186.269)</b>	<b>1.838.191</b>	<b>1.873.674</b>
<b>Total do ágio/benefício fiscal de incorporações</b>	<b>6.579.512</b>	<b>(4.552.604)</b>	<b>2.026.908</b>	<b>2.080.656</b>

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

#### 9.4 Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	30.09.2020
<b>Saldo inicial</b>	<b>4.327.475</b>
Impacto no resultado do período	(142.958)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	190.569
<b>Saldo final</b>	<b>4.375.086</b>

A Companhia estima que os saldos em 30 de setembro de 2020, referentes aos impostos diferidos ativos, serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

## 10. Contratos de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

## Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30.09.2020	31.12.2019
<b>Ativo contratual</b>	10.1	686.535	466.563
<b>Ativo financeiro da concessão</b>	10.2	4.910.002	4.532.124
<b>Intangível</b>			
Ativo intangível da concessão	10.3	3.974.801	4.240.506
<b>Total dos contratos de concessão público - privado</b>		<b>9.571.338</b>	<b>9.239.193</b>

**Bens vinculados à concessão**

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

**10.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)**

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados (nota explicativa nº 26) a uma taxa média de 4,58% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 (7,09% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Nota	Bens em construção	(-) Obrigações especiais	Total do ativo contratual
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>590.439</b>	<b>(123.876)</b>	<b>466.563</b>
Adições		800.606	(49.927)	750.679
Transferências para intangível da concessão	10.3	(217.141)	8.328	(208.813)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(340.636)	18.742	(321.894)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2020</b>		<b>833.268</b>	<b>(146.733)</b>	<b>686.535</b>

## Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Bens em construção	(-) Obrigações especiais	Total do ativo contratual
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>731.440</b>	<b>(96.522)</b>	<b>634.918</b>
Adições	646.352	(82.583)	563.769
Transferências para intangível da concessão	(310.681)	147.408	(163.273)
Transferências para o ativo financeiro	(388.977)	(89.066)	(478.043)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2019</b>	<b>678.134</b>	<b>(120.763)</b>	<b>557.371</b>

**10.2 Ativo financeiro da concessão**

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

	Nota	30.09.2020
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>4.532.124</b>
Transferência - ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	321.894
Baixas	25	(8.987)
Atualização do ativo financeiro da concessão	23	64.971
<b>Saldo final</b>		<b>4.910.002</b>
		<b>30.09.2019</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro 2018</b>		<b>3.795.279</b>
Transferência - ativo contratual (infraestrutura em construção)		478.043
Transferência - intangível		3.875
Transferência - saldo Resoluções Normativas nº 250/05 e 368/09		(21.062)
Baixas		(8.827)
Atualização do ativo financeiro da concessão		97.142
<b>Saldo final</b>		<b>4.344.450</b>

**10.3 Intangível da concessão**

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

<u>Ativo intangível da concessão</u>	30.09.2020	31.12.2019
Ativo intangível - custo	7.896.873	7.760.041
Amortização acumulada	(3.922.072)	(3.519.535)
<b>Total do ativo intangível da concessão</b>	<b>3.974.801</b>	<b>4.240.506</b>

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do ativo intangível é como segue:

Nota	Intangível	(-) Obrigações especiais	Ativo intangível - custo	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>8.701.147</b>	<b>(941.106)</b>	<b>7.760.041</b>	<b>(3.519.535)</b>	<b>4.240.506</b>
Adições	2.946	-	2.946	(501.779)	(498.833)
Baixas	(74.927)	-	(74.927)	53.245	(21.682)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	45.997	45.997
Transferências do ativo contratual	217.141	(8.328)	208.813	-	208.813
<b>Saldos em 30 de setembro de 2020</b>	<b>8.846.307</b>	<b>(949.434)</b>	<b>7.896.873</b>	<b>(3.922.072)</b>	<b>3.974.801</b>

	Intangível	(-) Obrigações especiais	Ativo intangível - custo	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>8.445.010</b>	<b>(900.905)</b>	<b>7.544.105</b>	<b>(3.096.044)</b>	<b>4.448.061</b>
Adições	4.479	-	4.479	(477.832)	(473.353)
Baixas	(124.223)	-	(124.223)	95.046	(29.177)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	171.626	171.626
Transferências de investimento	541	-	541	(216)	325
Transferências do ativo contratual	310.681	(147.408)	163.273	-	163.273
Transferências para o ativo financeiro	-	(3.875)	(3.875)	-	(3.875)
Transferência - saldo Resoluções Normativas nº 250/05 e 368/09	-	(10.812)	(10.812)	-	(10.812)
<b>Saldos em 30 de setembro de 2019</b>	<b>8.636.488</b>	<b>(1.063.000)</b>	<b>7.573.488</b>	<b>(3.307.420)</b>	<b>4.266.068</b>

## 11. Ativo e passivo financeiro setorial

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Saldos em 31.12.2019	Adições	Amortização	Recobimento bandeiras tarifárias	Remuneração	Transferências	Conta-COVID	Saldos em 30.09.2020	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo		
											Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
<b>Ativos e passivos financeiros setoriais</b>															
	<b>1.551.242</b>	<b>581.677</b>	<b>(706.679)</b>	<b>(93.500)</b>	<b>24.708</b>	-	<b>(1.242.881)</b>	<b>114.567</b>	<b>296.913</b>	<b>(182.346)</b>	<b>366.196</b>	<b>535.954</b>	<b>(481.093)</b>	<b>(306.490)</b>	
Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA	1.160.833	(336.363)	(740.549)	(90.540)	13.119	799.822	(1.424.660)	(618.338)	(364.995)	(253.343)	85.546	20.698	(436.917)	(287.665)	
11.1 Custos de Aquisição de Energia	455.850	1.005.051	-	-	10.916	(799.822)	-	671.995	671.995	-	167.999	503.996	-	-	
Energia Itaipu - custo/variação cambial	13.945	(37.927)	(10.182)	-	(360)	-	27.524	(7.000)	(606)	(6.394)	1.149	-	(7.695)	(454)	
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	92.360	2.926	(34.609)	-	1.594	-	(76.291)	(14.020)	(14.780)	760	1.601	-	(4.536)	(11.085)	
Transporte de energia pela rede básica	25.644	16.769	(9.023)	-	425	41	(26.139)	7.717	10.796	(3.079)	3.686	8.097	(4.066)	-	
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(389.823)	(237.628)	248.153	(2.960)	(6.762)	(41)	409.471	20.410	(9.716)	30.126	55.575	-	(27.879)	(7.286)	
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	192.433	168.849	(160.469)	-	5.776	-	(152.786)	53.803	4.219	49.584	50.640	3.163	-	-	
	<b>(978.593)</b>	<b>(10.654)</b>	<b>458.011</b>	<b>(16.965)</b>	<b>(1.965)</b>	-	<b>(146.351)</b>	<b>(696.517)</b>	<b>(60.221)</b>	<b>(636.296)</b>	<b>211.966</b>	<b>197.147</b>	<b>(691.660)</b>	<b>(413.970)</b>	
<b>Demais ativos e passivos financeiros setoriais</b>															
Neutralidade da Parcela A	34.761	170.109	(25.424)	-	2.244	-	(99.466)	82.224	(4.929)	87.153	87.153	-	(1.232)	(3.697)	
Sobrecontratação de energia	(258.568)	300.433	145.819	(16.965)	(1.532)	-	(21.325)	147.862	262.862	(115.000)	65.716	197.147	(99.007)	(15.994)	
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP	(254.967)	-	54.636	-	-	-	-	(200.331)	-	(200.331)	-	-	(72.847)	(127.484)	
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 5CRTP	(64.736)	(45.981)	-	-	(2.000)	-	-	(112.717)	(112.717)	-	-	-	-	(112.717)	
Risco hidrológico	(500.361)	(466.544)	345.279	-	(7.813)	-	-	(629.439)	(187.900)	(441.539)	-	-	(488.514)	(140.925)	
Outros	65.278	31.329	(62.299)	-	7.136	-	(25.560)	15.884	(17.537)	33.421	59.097	-	(30.060)	(13.153)	
<b>Total</b>	<b>572.649</b>	<b>571.023</b>	<b>(248.668)</b>	<b>(110.465)</b>	<b>22.743</b>	-	<b>(1.389.232)</b>	<b>(581.950)</b>	<b>236.692</b>	<b>(618.642)</b>	<b>578.162</b>	<b>733.101</b>	<b>(1.172.753)</b>	<b>(720.460)</b>	
<b>Ativo (passivo) financeiro setorial</b>												<b>578.162</b>	<b>733.101</b>	<b>(1.172.753)</b>	<b>(720.460)</b>

11.1 O aumento no diferimento de energia de Itaipu deve-se basicamente ao aumento da taxa de câmbio (dólar médio), que no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$ 5,44, enquanto que o dólar médio considerado na tarifa foi de R\$ 5,25.

**Conta - COVID**

Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia recebeu em 31 de julho de 2020, em parcela única, o montante de conta - COVID de R\$ 1.389.232, o qual foi contabilizado nos respectivos componentes tarifários, sendo R\$ 1.242.881 referente à itens da parcela A e R\$ 146.351 referente aos demais ativos e passivos financeiros setoriais, conforme detalhado na movimentação desta respectiva nota.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos em 31.12.2018	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Atualização monetária	Reclassificações	Saldos em 30.09.2019	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo	
										Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Ativos e passivos financeiros setoriais</b>													
<b>Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA</b>	<b>1.785.358</b>	<b>1.130.647</b>	<b>(986.137)</b>	<b>(324.897)</b>	<b>73.556</b>	<b>3.525</b>	<b>1.682.052</b>	<b>450.160</b>	<b>1.231.892</b>	<b>1.774.203</b>	<b>446.789</b>	<b>(435.796)</b>	<b>(103.144)</b>
Energia Itaipu - custo/variação cambial	745.243	449.904	(242.327)	-	21.997	(646.386)	328.431	328.431	-	82.108	246.323	-	-
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	3.257	25.319	(9.215)	-	936	-	20.297	409	19.888	19.990	307	-	-
Transporte de energia pela rede básica	89.479	50.212	(57.671)	-	3.540	-	85.560	32.848	52.712	60.924	24.636	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	23.618	15.228	(14.315)	-	1.034	-	25.565	9.433	16.132	18.490	7.075	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	220.078	189.207	(67.603)	-	13.025	-	354.707	118.895	235.812	265.536	89.171	-	-
Custos de Aquisição de Energia	1.466.416	584.568	(1.107.822)	(324.897)	60.232	649.364	1.327.861	3.623	1.324.238	1.327.155	79.277	(8.036)	(70.535)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(762.733)	(183.791)	512.616	-	(27.208)	547	(460.369)	(43.479)	(416.890)	-	-	(427.760)	(32.609)
<b>Demais ativos e passivos financeiros setoriais</b>	<b>(1.170.916)</b>	<b>(196.843)</b>	<b>531.704</b>	<b>(1.410)</b>	<b>15.605</b>	<b>(3.525)</b>	<b>(825.385)</b>	<b>(142.994)</b>	<b>(682.391)</b>	<b>69.692</b>	<b>34.800</b>	<b>(577.408)</b>	<b>(352.469)</b>
Neutralidade da Parcela A	49.936	(7.988)	(8.423)	-	(307)	-	33.218	36.785	(3.567)	5.631	27.587	-	-
Sobrecontratação de energia	(316.904)	35.450	126.473	(1.410)	(6.956)	-	(163.347)	9.617	(172.964)	-	7.213	(170.560)	-
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP	(440.559)	129.929	18.213	-	19.238	-	(273.179)	-	(273.179)	-	-	(72.848)	(200.331)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 5CRTP	-	(39.404)	-	-	(965)	-	(40.369)	(40.369)	-	-	-	-	(40.369)
Risco hidrológico	(431.469)	(341.968)	339.243	-	(9.277)	-	(443.471)	(145.962)	(297.509)	-	-	(334.000)	(109.471)
Ressarcimento - Lei 12.111/2009	(61.658)	-	61.658	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	29.738	27.138	(5.460)	-	13.872	(3.525)	61.763	(3.065)	64.828	64.061	-	-	(2.298)
<b>Total</b>	<b>614.442</b>	<b>933.804</b>	<b>(454.433)</b>	<b>(326.307)</b>	<b>89.161</b>	<b>-</b>	<b>856.667</b>	<b>307.166</b>	<b>549.501</b>	<b>1.843.895</b>	<b>481.589</b>	<b>(1.013.204)</b>	<b>(455.613)</b>
<b>Ativo (passivo) financeiro setorial</b>													

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Fornecedores

	Nota	30.09.2020	31.12.2019
<b>CIRCULANTE</b>			
Itaipu		522.335	477.751
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	12.1	72.192	225.573
Suprimento de energia elétrica		480.216	564.198
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	28.1	3.583	4.176
Energia livre		62.087	60.661
Encargos de uso de rede elétrica		205.174	147.713
Encargos de uso de rede elétrica - partes relacionadas	28.1	1.256	1.363
<b>Total energia</b>		<b>1.346.843</b>	<b>1.481.435</b>
Materiais e serviços		311.253	366.862
Materiais e serviços - partes relacionadas	28.1	72.057	17.622
<b>Total Fornecedores</b>		<b>1.730.153</b>	<b>1.865.919</b>

- 12.1 A redução do saldo a pagar no âmbito da CCEE está principalmente relacionada à melhora do cenário hidrológico, impactando em menor custo com risco hidrológico e custos variáveis das usinas termoeletricas.

## 13. Tributos a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar:		30.09.2020	31.12.2019
<b>CIRCULANTE</b>			
Imposto de renda		7.211	-
Contribuição social		2.767	-
<b>Total</b>		<b>9.978</b>	<b>-</b>
Outros tributos a pagar:			
<b>CIRCULANTE</b>			
<b>Tributos Federais</b>			
PIS		23.175	17.287
COFINS		106.745	79.626
INSS		20.091	8.926
IRRF		866	565
Outros		8.274	5.335
<b>Subtotal - Federais</b>	13.1	<b>159.151</b>	<b>111.739</b>
<b>Tributos Estaduais</b>			
ICMS		380.391	401.757
<b>Subtotal - Estaduais</b>		<b>380.391</b>	<b>401.757</b>
<b>Tributos Municipais</b>			
ISS		1.440	1.595
<b>Subtotal - Municipais</b>		<b>1.440</b>	<b>1.595</b>
<b>Total - Outros tributos a pagar</b>		<b>540.982</b>	<b>515.091</b>

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal, em relação ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL). No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia efetuou pagamentos relativos as estimativas de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 22.203 e relativos ao imposto de renda retido na fonte (IRRF) no montante de R\$ 4.905.

- 13.1 O aumento dos tributos federais está relacionado com as determinações das Portarias nº 139, de 3 de abril de 2020 e nº 245 de 15 de junho de 2020. Em 30 de setembro de 2020 o saldo refere-se as competências postergadas de abril e maio e a competência de setembro de 2020.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

## 14.1 Os saldos de empréstimos, financiamentos ou debêntures não conversíveis são compostos da seguinte forma:

Vencimento	Taxa efetiva a.a (%) <sup>(i)</sup>	30.09.2020								
		Circulante				Não Circulante				Total Circulante + Não Circulante
		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total		
<b>Empréstimos e financiamentos:</b>										
<b>Moeda nacional</b>										
FINEP 2 (i) - c.3	2024	TJLP+5,00	84	11.884	-	11.968	34.552	-	34.552	46.520
<b>Moeda estrangeira</b>										
Tokio 4131 - a.1	2021	Dólar + 1,36	166	183.716	-	183.882	-	-	-	183.882
Scotiabank 4131 - a.2	2021	Dólar + 1,65	-	289.317	-	289.317	-	-	-	289.317
BNP - a.3	2021	Dólar + 2,96	6.688	490.033	-	496.721	-	-	-	496.721
<b>Total - Moeda estrangeira</b>			<b>6.854</b>	<b>963.066</b>	<b>-</b>	<b>969.920</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>969.920</b>
<b>Total - Empréstimos e financiamentos</b>			<b>6.938</b>	<b>974.950</b>	<b>-</b>	<b>981.888</b>	<b>34.552</b>	<b>-</b>	<b>34.552</b>	<b>1.016.440</b>
<b>Debêntures:</b>										
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série) - c.2	2021	111,02% do CDI	683	704.052	(1.394)	703.341	-	-	-	703.341
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série) - c.2	2023	112,85% do CDI	1.389	-	-	1.389	1.395.948	(4.787)	1.391.161	1.392.550
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série) - c.1	2025	100% do CDI+ 1,16	8.052	-	-	8.052	700.000	(9.110)	690.890	698.942
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) - c.1	2026	100% do IPCA+5,05%	12.432	-	-	12.432	823.049	(17.897)	805.152	817.584
<b>Total - Debêntures</b>			<b>22.556</b>	<b>704.052</b>	<b>(1.394)</b>	<b>725.214</b>	<b>2.918.997</b>	<b>(31.794)</b>	<b>2.887.203</b>	<b>3.612.417</b>
<b>Total da dívida</b>			<b>29.494</b>	<b>1.679.002</b>	<b>(1.394)</b>	<b>1.707.102</b>	<b>2.953.549</b>	<b>(31.794)</b>	<b>2.921.755</b>	<b>4.628.857</b>
<b>31.12.2019</b>										
Vencimento	Taxa efetiva a.a (%) <sup>(ii)</sup>	Circulante			Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante		
		Encargos	Principal	Total	Principal	Custos a amortizar	Total			
<b>Moeda nacional</b>										
<b>Empréstimos e financiamentos:</b>										
FINEP 1 - b.2	2020	4,00	2	1.016	1.018	-	-	-	1.018	
FINEP 2 (i) - c.3	2024	TJLP+5,00	126	11.354	11.480	43.539	-	43.539	55.019	
Nota Promissória - 6ª emissão - b.1	2020	110,36% do CDI	3.525	215.000	218.386	-	-	-	218.386	
<b>Total - Empréstimos e financiamentos</b>			<b>3.653</b>	<b>227.370</b>	<b>230.884</b>	<b>43.539</b>	<b>-</b>	<b>43.539</b>	<b>274.423</b>	
<b>Debêntures:</b>										
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série) - c.2	2021	111,02% do CDI	11.313	-	11.313	704.052	(2.418)	701.634	712.947	
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série) - c.2	2023	112,85% do CDI	23.006	-	23.006	1.395.948	(6.034)	1.389.914	1.412.920	
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série) - c.1	2025	100% do CDI+ 1,16	4.506	-	4.506	700.000	(10.498)	689.502	694.008	
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) - c.1	2026	100% do IPCA+5,05%	3.799	-	3.799	809.081	(19.766)	789.315	793.114	
<b>Total - Debêntures</b>			<b>42.624</b>	<b>-</b>	<b>42.624</b>	<b>3.609.081</b>	<b>(38.716)</b>	<b>3.570.365</b>	<b>3.612.989</b>	
<b>Total da dívida</b>			<b>46.277</b>	<b>227.370</b>	<b>273.508</b>	<b>3.652.620</b>	<b>(38.716)</b>	<b>3.613.904</b>	<b>3.887.412</b>	

(i) FINEP – saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.

(ii) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos de cada dívida. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

**Garantias:** A 23ª debênture conta com garantia prestada pela Enel Brasil S.A. Para a FINEP, a Companhia possui 1 carta de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 22.239, com taxa contratual de 1,34%a.a.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**14.2 As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:****a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020:**

Referência	Descrição	Valor do ingresso em moeda estrangeira	Valor do ingresso em moeda nacional	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a.1	TOKIO 4131	US\$ 32.500	R\$ 149.997	março de 2020	Dólar + 1,36% a.a.	Semestral	R\$ 149.997	março de 2021	Reforço de capital de giro
a.2	SCOTIABANK 4131	US\$ 51.181	R\$ 260.000	março de 2020	Dólar + 1,65% a.a.	Semestral	R\$ 260.000	março de 2021	Reforço de capital de giro
a.3	BNP 4131	US\$ 86.688	R\$ 450.000	abril de 2020	Dólar + 2,96% a.a.	Semestral	R\$ 450.000	abril de 2021	Reforço de capital de giro

(a.1) Em 06 de março de 2020 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Bank of Tokyo (MUFG Bank Ltd.), no valor de US\$ 32.500, correspondente ao valor de R\$ 149.997 com desembolso em 10 de março de 2020, com pagamento de juros semestrais e vencimento final em 08 de março de 2021. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.2) Em 24 de março de 2020 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Scotiabank no valor de US\$ 51.181, correspondente ao valor de R\$ 260.000 com desembolso em 31 de março, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,65% a.a. e vencimento final em 31 de março de 2021. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.3) Em 13 de abril de 2020 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o BNP Paribas no valor de US\$ 86.688, correspondente ao valor de R\$ 450.000 com desembolso em 17 de abril de 2020, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 2,96% a.a. e vencimento final em 19 de abril de 2021. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

**b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020:**

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	NOTAS PROMISSÓRIAS 6 EMISSÃO	R\$ 215.000	setembro de 2019	104% do CDI	Única	R\$ 215.000	março de 2020	Reforço de capital de giro
b.2	FINEP - 1º Protocolo	R\$ 37.096	março de 2012	4,0%	Mensal	Mensal (a partir de fevereiro de 2014)	fevereiro de 2020	Financiamento de projetos de inovação

**c) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e vigentes em 30 de setembro de 2020:**

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
c.1	24ª Emissão (1ª Série)	R\$ 700.000	junho de 2019	CDI + 0,80%	Semestral	R\$ 350.000	maio de 2024	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de Distribuição de
	24ª Emissão (2ª Série)	R\$ 800.000	junho de 2019	IPCA + 4,0134%	Semestral	R\$ 800.000	maio de 2026	
c.2	23ª EMISSÃO (1ª série)	R\$ 704.052	setembro de 2018	108,25% do CDI	Semestral	R\$ 704.052	setembro de 2021	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas
	23ª EMISSÃO - (2ª série)	R\$ 1.395.948	setembro de 2018	111% do CDI	Semestral	R\$ 697.974 R\$ 697.974	setembro de 2022 setembro de 2023	
c.3	FINEP - 2º Protocolo	R\$ 55.301	agosto de 2014	TJLP - 1%	Mensal	Mensal (a partir de abril de 2017)	abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos
	FINEP - 2º Protocolo (3ª liberação)	R\$ 41.448	novembro de 2017	TJLP - 1%	Mensal	Mensal	abril de 2024	

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 14.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	30.09.2020		31.12.2019	
	R\$	%	R\$	%
<b>Moeda nacional</b>				
CDI	2.784.709	60,55	2.995.912	78,00
TJLP	46.436	1,01	54.893	1,43
Taxa fixa	-	-	1.016	0,03
IPCA	805.152	17,50	789.314	20,54
<b>Moeda estrangeira</b>				
Dólar	963.066	20,94	-	-
<b>Total</b>	<b>4.599.363</b>	<b>100,00</b>	<b>3.841.135</b>	<b>100,00</b>

## 14.4 Em 30 de setembro de 2020, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2021	3.084	-	(3.248)	(164)
2022	12.871	697.974	(11.690)	699.155
2023	13.781	697.974	(6.185)	705.570
2024	4.816	350.000	(5.100)	349.716
2025	-	350.000	(4.172)	345.828
2026 em diante	-	823.049	(1.399)	821.650
	<b>34.552</b>	<b>2.918.997</b>	<b>(31.794)</b>	<b>2.921.755</b>

## 14.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

	30.09.2020
	%
CDI (*)	1,90
SELIC (*)	1,90
TJLP (*)	4,91
IPCA (**)	1,19
Dólar (*)	5,64

(\*) Índice do último dia do período.

(\*\*) Índice acumulado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

## 14.6 Movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Saldo inicial 31.12.2019	Ingressos	Encargos financeiros	Variação monetária	Variação cambial	Pagamentos principal	Pagamentos encargos financeiros	Amortização custos de transação	Outras movimentações	Saldo final 30.09.2020
<b>Empréstimos e financiamentos:</b>										
FINEP	56.037	-	1.725	-	-	(11.986)	(1.771)	-	2.515	46.520
Notas promissórias - 6ª emissão	218.386	-	1.750	-	-	(215.000)	(5.275)	139	-	-
Tokio Bank	-	149.997	1.361	-	33.708	-	(1.184)	-	-	183.882
SCOTIABANK	-	260.000	2.326	-	29.417	-	(2.426)	-	-	289.317
BNP	-	450.000	6.409	-	40.312	-	-	-	-	496.721
<b>Total - Empréstimos e financiamentos</b>	<b>274.423</b>	<b>859.997</b>	<b>13.571</b>	<b>-</b>	<b>103.437</b>	<b>(226.986)</b>	<b>(10.656)</b>	<b>139</b>	<b>2.515</b>	<b>1.016.440</b>
<b>Debêntures:</b>										
Debêntures - 23ª emissão	2.125.867	-	52.867	-	-	-	(85.114)	2.271	-	2.095.891
Debêntures - 24ª emissão	1.487.122	-	44.571	13.968	-	-	(32.393)	3.258	-	1.516.526
<b>Total - Debêntures</b>	<b>3.612.989</b>	<b>-</b>	<b>97.438</b>	<b>13.968</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(117.507)</b>	<b>5.529</b>	<b>-</b>	<b>3.612.417</b>
<b>Total da dívida</b>	<b>3.887.412</b>	<b>859.997</b>	<b>111.009</b>	<b>13.968</b>	<b>103.437</b>	<b>(226.986)</b>	<b>(128.163)</b>	<b>5.668</b>	<b>2.515</b>	<b>4.628.857</b>

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda nacional	Saldo inicial 31.12.2018	Ingressos	Encargos financeiros	Varição monetária	Pagamentos principal	Pagamentos encargos financeiros	Diferimento de custos de transação	Amortização custos de transação	Outras movimentações	Saldo final 30.09.2019
<b>Empréstimos e financiamentos:</b>										
FINEP - b.4	72.496	-	2.821	229	(15.535)	(2.863)	-	-	3.136	60.284
Notas promissórias - 5ª emissão - a.1	-	500.000	16.255	-	(500.000)	(16.253)	(760)	758	-	-
Notas promissórias - 6ª emissão - a.3	-	215.000	735	-	-	-	(371)	44	-	215.408
Mútuo - b.1	420.873	-	25.204	-	-	-	-	-	-	446.077
Outros	-	-	2.064	-	-	(2.064)	-	-	-	-
<b>Total - Empréstimos e financiamentos</b>	<b>493.369</b>	<b>715.000</b>	<b>47.079</b>	<b>229</b>	<b>(515.535)</b>	<b>(21.180)</b>	<b>(1.131)</b>	<b>802</b>	<b>3.136</b>	<b>721.769</b>
<b>Debêntures:</b>										
Debêntures - 14ª emissão - b.3	533.096	-	20.658	-	(540.000)	(24.299)	-	4.260	6.285	-
Debêntures - 23ª emissão - b.2	3.039.867	-	141.635	-	(900.000)	(197.677)	-	5.066	7.416	2.096.307
Debêntures - 24ª emissão - b.5	-	1.500.000	20.616	2.869	-	-	(18.669)	1.051	(13.701)	1.492.166
<b>Total - Debêntures</b>	<b>3.572.963</b>	<b>1.500.000</b>	<b>182.909</b>	<b>2.869</b>	<b>(1.440.000)</b>	<b>(221.976)</b>	<b>(18.669)</b>	<b>10.377</b>	<b>-</b>	<b>3.588.473</b>
Arrendamento financeiro	78.856	-	-	-	-	-	-	-	(78.856)	-
<b>Total - Arrendamento financeiro</b>	<b>78.856</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(78.856)</b>	<b>-</b>
<b>Total da dívida</b>	<b>4.145.188</b>	<b>2.215.000</b>	<b>229.988</b>	<b>3.098</b>	<b>(1.955.535)</b>	<b>(243.156)</b>	<b>(19.800)</b>	<b>11.179</b>	<b>(75.720)</b>	<b>4.310.242</b>

#### 14.7 Conciliação da movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures resultantes das atividades de financiamento do Fluxo de Caixa:

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, não há diferença entre a movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures da nota explicativa nº 14.6 (ingressos, pagamentos de principal e diferimento de custos de transação) e a atividade de financiamento do fluxo de caixa.

#### 14.8 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (*Covenants*)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento do seguinte índice financeiro:

- (i) **Capacidade de endividamento:** mede o nível de endividamento líquido<sup>(\*)</sup> em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado<sup>(\*\*)</sup> dos últimos 12 meses. Conforme definido no contrato, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.

(\*) **Endividamento Líquido:** Significa a Dívida do Mutuário e de suas Subsidiárias em uma base consolidada, de acordo com o último trimestre fiscal menos caixa e equivalentes e títulos negociáveis registrados como ativo circulante, conforme determinado de acordo com o IFRS.

(\*\*) **LAJIDA (*EBITDA*) ajustado** – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Lucro antes do resultado financeiro; (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com uma entidade de previdência privada classificada na conta "Custo Operacional"; (iv) ajustes de ativos e despesas regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para contingências; (vi) provisão para devedores duvidosos; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) impairment de ativos e direitos.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants*. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Adicionalmente, a Companhia também acompanha outras cláusulas restritivas (*covenants* qualitativos), as quais em 30 de setembro de 2020 foram atendidas.

### 15. Obrigações por arrendamento – CPC 06 (R2)/IFRS 16

Os saldos em 30 de setembro de 2020 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2020	31.12.2019	Vencimento	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
<b>Obrigação por arrendamento</b>						
<b>CPC 06 / IAS 17:</b>						
Veículos e outros meios de transporte	110.587	128.603	31/03/2027	56,19	Mensal	de 4,65% a.a até 9,45% a.a
Ativos de tecnologia	11.496	16.248	31/05/2022	20,00	Mensal	6,57% a.a
Imóveis	5.127	6.101	01/11/2023	38,00	Mensal	13,39% a.a
<b>CPC 06 (R2) / IFRS 16:</b>						
Terrenos	4.790	5.538	01/01/2024	38,19	Mensal	de 7,82% a.a até 10,32% a.a
Imóveis	76.831	84.532	19/01/2027	64,12	Mensal	de 2,42% a.a até 11,25% a.a
Veículos e outros meios de transporte	-	90	31/05/2020	-	Mensal	8,97% a.a
Ativos de tecnologia	12.762	20.770	28/02/2021	4,73	Mensal	de 8,93% a.a até 8,97% a.a
<b>Total - Obrigação por arrendamento</b>	<b>221.593</b>	<b>261.882</b>				
Circulante	60.703	69.848				
Não circulante	160.890	192.034				
	<b>221.593</b>	<b>261.882</b>				

Em 30 de setembro de 2020, as parcelas relativas as obrigações por arrendamento no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	CPC 06 (R2) / IFRS 16		CPC 06 / IAS 17		TOTAL		Total
	Principal	Juros	Principal	Juros	Principal	Juros	
2021 - 2022	19.775	(5.606)	32.602	(7.542)	52.377	(13.148)	39.229
2022 - 2023	17.526	(4.367)	25.778	(5.563)	43.304	(9.930)	33.374
2023 - 2024	13.844	(3.213)	18.604	(4.034)	32.448	(7.247)	25.201
2024 - 2025	12.922	(2.171)	18.436	(2.671)	31.358	(4.842)	26.516
2025 em diante	16.871	(1.127)	22.063	(1.237)	38.934	(2.364)	36.570
	<b>80.938</b>	<b>(16.484)</b>	<b>117.483</b>	<b>(21.047)</b>	<b>198.421</b>	<b>(37.531)</b>	<b>160.890</b>

A seguir é demonstrada a movimentação dos ativos de direito de uso (imobilizado arrendado) e das obrigações por arrendamentos:

<b>Ativo de direito de uso (Imobilizado arrendado):</b>	<b>Saldo inicial 31.12.2019</b>	<b>Remensuração</b>	<b>Amortizações</b>	<b>Saldo final 30.09.2020</b>
<b>CPC 06 / IAS 17:</b>				
Imóveis	4.377	-	(856)	3.521
Ativos de tecnologia	13.769	-	(4.273)	9.496
Veículos e outros meios de transporte	109.412	-	(15.105)	94.307
<b>CPC 06 (R2) / IFRS 16:</b>				
Terrenos	5.301	34	(1.029)	4.306
Imóveis	79.113	1.805	(11.659)	69.259
Veículos e outros meios de transporte	86	-	(86)	-
Ativos de tecnologia	18.748	15.484	(23.499)	10.733
<b>Total - Ativo de direito de uso (Imobilizado arrendado)</b>	<b>230.806</b>	<b>17.323</b>	<b>(56.507)</b>	<b>191.622</b>

**Obrigações por arrendamentos:**

	<b>CPC 06 (R2) / IFRS 16</b>	<b>CPC 06 / IAS 17</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>110.930</b>	<b>150.952</b>	<b>261.882</b>
Remensuração	17.323	-	17.323
Amortizações	(41.435)	(32.303)	(73.738)
Encargos provisionados	7.566	8.560	16.126
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>94.384</b>	<b>127.209</b>	<b>221.593</b>

## Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16. Obrigações com benefícios pós-emprego**

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. Está previsto em seu acordo coletivo o programa de incentivo à aposentadoria (PIA), cujo benefício é o pagamento da multa do FGTS na aposentadoria para os colaboradores elegíveis que aderirem ao programa.

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	30.09.2020	31.12.2019
<u>Previdência privada</u>		
Obrigação registrada com previdência privada	6.339.546	5.868.638
<u>FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	100.987	126.143
Obrigação registrada com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria	100.987	126.143
<b>Total obrigações com benefícios pós-emprego</b>	<b>6.440.533</b>	<b>5.994.781</b>
Circulante	9.607	12.358
Não circulante	6.430.926	5.982.423
<b>Total</b>	<b>6.440.533</b>	<b>5.994.781</b>

**16.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão**

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e patrocinadora nos planos de Benefício Definido - BD e de Contribuição Definida- CD, exceto as destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit. Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura de novo plano CD, exclusivo para adesão dos colaboradores que efetuavam contribuições nesses planos.

Com o saldamento do plano, o custo de serviço futuro deixa de existir em virtude do encerramento das contribuições previdenciárias.

**16.1.1 Contratos com a FUNCESP**

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

<u>Previdência Privada</u>	30.09.2020	31.12.2019
<u>Empréstimos e financiamentos:</u>		
Confissão de dívida Ila	498.893	433.234
Confissão de dívida I Ib	258.957	224.876
Contrato de ajustes de reserva matemática	3.154.316	2.928.662
<b>Total dos contratos</b>	<b>3.912.166</b>	<b>3.586.772</b>
Diferença entre premissas	2.427.380	2.281.866
<b>Total registrado</b>	<b>6.339.546</b>	<b>5.868.638</b>

Detalhes dos contratos com a FUNCESP podem ser verificados na nota explicativa 16.1.1 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

## Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**16.2 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego**

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado e operacionais. Dessa forma, a Companhia procedeu com a atualização dos passivos, realizada por atuário independente para o período findo em 30 de setembro de 2020, reavaliando as premissas dos planos, bases cadastrais, inflação e taxa de juros (taxa de desconto). A avaliação atende os requerimentos estabelecidos pelo CPC 33(R1) equivalente a norma internacional de contabilidade IAS 19(R), e ao final do exercício a Companhia irá proceder ao cálculo atuarial anual completo, no qual revisará todas as premissas e bases cadastrais para aquela data.

A atualização da avaliação atuarial, realizada no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, ocasionou um aumento de R\$ 561.850 no passivo atuarial em contrapartida a outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

**(a) Ativos e passivos atuariais**

	<b>30.09.2020</b>
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>	
Valor presente das obrigações atuariais	15.941.797
Valor justo dos ativos do plano	(9.501.264)
<b>Obrigações registradas com benefícios pós-emprego</b>	<b>6.440.533</b>

**(b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:**

	<b>30.09.2020</b>
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	15.221.633
Custo dos serviços correntes	25.380
Custo dos juros	804.501
Benefícios pagos	(870.403)
Contribuições dos empregados	2.785
Perda atuarial	757.901
<b>Valor presente das obrigações atuariais no final do período</b>	<b>15.941.797</b>

**(c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:**

	<b>30.09.2020</b>
Valor dos ativos do plano no início do exercício	9.226.851
Contribuição do empregador	451.397
Contribuições dos empregados	2.785
Benefícios pagos	(870.403)
Rendimento esperado dos ativos do plano	494.583
Ganho atuarial gerada pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	196.051
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do período</b>	<b>9.501.264</b>

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## (d) A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	<b>30.09.2020</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>5.994.781</b>
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - BD	19.237
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	6.144
Juros líquidos conforme laudo atuarial	309.918
Pagamento de contribuições BD e FGTS	(451.397)
Ajuste de avaliação atuarial	561.850
<b>Saldo final</b>	<b>6.440.533</b>

## (e) Despesas reconhecidas no resultado dos trimestres e período de nove meses:

	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - BD	6.413	19.237	5.508	16.525
Capitalização para infraestrutura em construção	(512)	(2.199)	(530)	(1.089)
Outras contribuições - contribuição definida	1.916	4.576	1.112	3.577
<b>Despesas nos trimestres e semestres com entidade de previdência privada</b>	<b>7.817</b>	<b>21.614</b>	<b>6.090</b>	<b>19.013</b>
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	2.049	6.144	1.788	5.364
<b>Despesas nos trimestres e semestres com benefícios pós-emprego</b>	<b>9.866</b>	<b>27.758</b>	<b>7.878</b>	<b>24.377</b>
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	272.499	804.501	271.279	813.839
Rendimento esperado dos ativos do plano	(169.190)	(494.583)	(190.243)	(570.727)
<b>Total dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego conforme laudo atuarial</b>	<b>103.309</b>	<b>309.918</b>	<b>81.036</b>	<b>243.112</b>
<b>Total das despesas</b>	<b>113.175</b>	<b>337.676</b>	<b>88.914</b>	<b>267.489</b>

## (f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial)

	<b>30.09.2020</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(4.637.553)</b>
Ganho atuarial gerado pela taxa de desconto	671.717
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica (f.1)	(1.432.006)
Ganho atuarial gerado pela premissa demográfica	2.388
Ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	196.051
<b>Saldo no final do período</b>	<b>(5.199.403)</b>

(f.1) Perda gerada em virtude do índice de reajuste dos benefícios dos aposentados (IGP-DI) acumulado ter sido positivo em 11,11%, muito superior à hipótese de inflação de longo prazo utilizada na avaliação de 31 de dezembro de 2019, que previa uma inflação acumulada de 4,0% a.a. para o ano de 2020. Com isso, os benefícios dos participantes foram reajustados acima do esperado.

## (g) Composição dos investimentos do plano por segmento

	Distribuição dos investimentos		Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	30.09.2020	31.12.2019	
Renda fixa	86,50%	83,50%	até 100%
Renda variável	9,04%	11,09%	até 70%
Imóveis	1,63%	2,54%	até 20%
Outros	2,83%	2,87%	até 20%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	

A gestão dos recursos do plano de aposentadoria da Companhia, administrado pela FUNCESP, tem como objetivo principal buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos do plano já constituídos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria.

## Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos dos planos são distribuídos em diversas modalidades de investimentos, tais como renda fixa e variável, imóveis, empréstimos e investimentos no exterior. Esses ativos são todos avaliados pelo valor mercado. Os imóveis são ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas anualmente, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

A avaliação desses ativos é submetida aos órgãos de governança da FUNCESP (conselho fiscal), bem como para auditoria externa independente anualmente.

**(h) Premissas atuariais utilizadas**

	30.09.2020	31.12.2019
<b>a) Premissas econômicas:</b>		
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial - BD	7,80% a.a	7,33% a.a.
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial - FGTS	7,43% a.a	7,22% a.a.
Taxa de desconto nominal para despesa atuarial - BD	7,33% a.a	8,99% a.a.
Taxa de desconto nominal para despesa atuarial - FGTS	7,22% a.a	8,94% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	4,52% a.a	5,04% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,00% a.a.	4,00% a.a.
<b>b) Premissas demográficas:</b>		
Tábua biométrica de mortalidade (passivo atuarial)	AT2000 - masculina agravada em 10%	
Tábua biométrica de mortalidade (despesa)	AT2000 - masculina agravada em 10%	
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light fraca	
Taxa de rotatividade esperada	Experiência 2012 agravada em 40%	
<b>c) Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos</b>		
	18,66	

**(i) Estimativa da despesa para o 4º trimestre de 2020**

Custo dos serviços correntes	1.607
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	297.773
Rendimento esperado dos ativos do plano	(175.894)
<b>Total da despesa projetada para o 4º trimestre de 2020</b>	<b>123.486</b>

O conjunto de hipóteses atuariais utilizado nos cálculos dos passivos posicionados em 30 de setembro de 2020 também foi utilizado na determinação da nova estimativa de despesa a ser reconhecida no 4º trimestre de 2020. Uma vez que este valor está calculado com uma nova taxa de desconto (7,80% a.a. para BD e 7,43% para FGTS), e com base em uma nova avaliação atuarial, o valor para o último trimestre de 2020, difere daquele que foi projetado na avaliação de 31 de dezembro de 2019.

**(j) Análise de sensibilidade das premissas atuariais**

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 15.941.797 para plano de pensão e R\$ 100.987 para FGTS, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,25%. O resultado da análise quantitativa em 30 de setembro de 2020 está demonstrado a seguir:

	FGTS		Plano de pensão	
	(+0,25%)	(-0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Taxa de desconto				
Impacto na obrigação do benefício definido	(8.648)	8.648	(355.315)	364.637
Total da obrigação do benefício definido	92.339	109.635	15.485.495	16.205.447

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### (k) Outras informações sobre as obrigações atuariais

Em 30 de setembro de 2020, a segregação da obrigação atuarial entre ativos e inativos, é de R\$ 685.505 e R\$ 15.149.669, respectivamente.

Conforme laudo atuarial, o valor esperado de contribuições da Companhia para o 4º trimestre de 2020 é de R\$ 348.718.

A duração média da obrigação do plano de benefício definido no final do período de 30 de setembro de 2020 é de 9,6 anos (10,3 anos em 31 de dezembro de 2019).

Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes, conforme laudo atuarial:

1 ano	1.315.424
entre 2 e 5 anos	4.933.667
Próximos 5 anos	5.370.409
<b>Total de pagamentos esperados do plano</b>	<b>11.619.500</b>

## 17. Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Depósitos Vinculados: A Companhia classifica os saldos de depósitos vinculados como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócio da Companhia, tem o objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Esses recebíveis não têm componentes financeiros significativos (juros) incluídos no fluxo de caixa do ativo, sendo corrigidos pela TR (taxa referencial) mais juros entre 3% a 6% ao ano (processos trabalhistas), pela taxa Selic (processos fiscais), pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) ou pelo índice da Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo (processos cíveis). Pela natureza deste ativo, a Companhia não pode realizar o resgate, venda, desconto em instituições financeiras ou securitização.

Os cauções e depósitos vinculados, estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica cauções e depósitos judiciais, sendo os mesmos objeto de monitoramento contínuo pela Companhia.

Depósitos por tipo de prognóstico de perda	30.09.2020	31.12.2019
Depósitos judiciais - processos prováveis	303.993	322.667
Depósitos judiciais - processos possíveis	497.395	439.084
Depósitos judiciais - processos remotos	47.079	47.118
	<b>848.467</b>	<b>808.869</b>

A variação de depósitos vinculados de processos possíveis está relacionada aos seguintes eventos: (i) a execução fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS processo que após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro em 13 de fevereiro de 2020. Para maiores detalhes, vide nota

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

explicativa nº 17.2 (b.1); e (ii) resgate parcial de depósito judicial no valor de R\$ 27.029, conforme detalhado na nota explicativa nº 17.2 (c.2).

Cartas de fiança, seguros garantia: A Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação a seguir:

Natureza	30.09.2020			31.12.2019		
	Quantidade	Valor	Taxa a.a.	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	68	2.032.958	0,20% a 3,00%	43	1.429.662	1,00% a 3,00%
Cível	54	120.169	0,20% a 2,35%	57	480.257	0,20% a 2,35%
Trabalhista	180	239.242	0,20% a 3,25%	152	613.695	0,20% a 2,35%
Regulatório	8	244.827	0,20% a 0,38%	7	131.447	0,20% a 2,35%

## 17.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial 31.12.2019	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 30.09.2020	Depósitos vinculados 30.09.2020	Depósitos vinculados 31.12.2019
<b>Processos trabalhistas (a)</b>	334.661	65.810	13.561	(53.690)	(22.813)	337.529	147.336	180.251
<b>Processos cíveis (b)</b>	246.768	82.412	15.595	(58.997)	(58.499)	227.279	6.912	8.240
Autos de infração - Fundação Procon (b1)	45.863	44	2.492	-	(25.715)	22.684	-	-
Multa de trânsito (b2)	49.353	-	3.625	-	-	52.978	-	-
Multas posturais (b3)	29.394	981	608	(78)	(10.157)	20.748	-	-
Processos cíveis (b4)	122.158	81.387	8.870	(58.919)	(22.627)	130.869	6.912	2.274
<b>Processos regulatórios (c)</b>	119.999	10.764	3.425	(5.849)	-	128.339	-	-
<b>Processos fiscais (d)</b>								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	129.805	8.222	2.767	-	-	140.794	149.185	133.068
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	70.300	-	863	-	-	71.163	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	5.355	480	107	(440)	(1.659)	3.843	560	1.108
<b>Processos ambientais (e)</b>	4.565	2.168	129	(2.211)	-	4.651	-	-
<b>Outros processos</b>	10.639	220	5	(220)	-	10.644	-	-
<b>Total</b>	<b>922.092</b>	<b>170.076</b>	<b>36.452</b>	<b>(121.407)</b>	<b>(82.971)</b>	<b>924.242</b>	<b>303.993</b>	<b>322.667</b>
Circulante	348.486					239.132		
Não circulante	573.606					685.110		
<b>Total</b>	<b>922.092</b>					<b>924.242</b>		

	Passivo						Ativo		
	Saldo inicial 31.12.2018	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Reclassificações	Saldo final 30.09.2019	Depósitos vinculados 30.09.2019	Depósitos vinculados 31.12.2018
<b>Processos trabalhistas</b>	349.117	72.165	14.932	(53.360)	(41.214)	1.268	342.908	180.251	194.294
<b>Processos cíveis:</b>									
Autos de infração - Fundação Procon	43.137	6.186	4.880	(5.647)	(2.726)	-	45.810	-	-
Multas de trânsito	43.994	-	5.360	-	-	-	49.354	-	-
Multas posturais	38.395	-	929	-	(9.930)	-	29.394	-	-
Outros processos cíveis	115.996	73.413	5.336	(24.562)	(55.781)	-	114.402	8.240	2.274
<b>Processos regulatórios</b>	95.419	2.914	9.179	-	-	-	107.512	-	-
<b>Processos fiscais:</b>									
PIS/COFINS sobre receitas financeiras	107.597	13.258	4.455	-	(159)	-	125.151	133.054	114.890
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios	68.227	-	1.610	-	-	-	69.837	-	-
Outros processos fiscais	6.971	381	204	(289)	(379)	(1.268)	5.620	1.108	2.179
<b>Processos ambientais</b>	5.810	1.402	226	(1.584)	(465)	-	5.389	-	-
<b>Acordo Eletrobras</b>	1.600.581	-	38.644	-	-	(1.639.225)	-	-	-
<b>Outros processos</b>	10.701	1.895	-	(1.895)	(62)	-	10.639	-	-
<b>Total</b>	<b>2.485.945</b>	<b>171.594</b>	<b>85.755</b>	<b>(87.337)</b>	<b>(110.716)</b>	<b>(1.639.225)</b>	<b>906.016</b>	<b>322.653</b>	<b>313.637</b>

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos.

a) Processos trabalhistas:

A Companhia está envolvida em 4.108 processos, sendo 3.775 processos demandados por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados, 21 processos de natureza previdenciária e 345 ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum (4.054 processos, sendo 3.525 de natureza trabalhista demandados por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados, 20 processos de natureza previdenciária e 409 ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum em 31 de dezembro de 2019) pelos quais são pleiteados equiparação

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. A Companhia mantém provisão para 852 processos (838 em 31 de dezembro de 2019).

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos entre 2020 e 2025.

#### b) Processos cíveis:

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de Infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

#### c) Processos regulatórios:

A Companhia possui 9 autos de infração (8 em 31 de dezembro de 2019) relacionados à supostas não conformidades, sendo 5 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL e 4 no âmbito judicial.

##### c.1) Processos regulatórios em fase judicial:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Junho 2020 - Desfavorável	20.110	5.053
nº 0015/TN170	Maio de 2000	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância	23.776	-
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância	3.640	31.412
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Aguardando decisão	17.744	50.939
<b>Total</b>				<b>65.270</b>	<b>87.404</b>

A Companhia mantém contratada carta fiança para o auto 015/TN170, e seguro garantia para os autos 014/2015 e 001/2016. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos até 2025.

Com relação ao AI nº 0063/2017, em despacho emitido em 31 de março de 2020, a Aneel decidiu por não dar provimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia e manteve a aplicação de multa avaliada em R\$ 20.110. A Companhia ajuizou ação, tendo a liminar sido deferida o pedido de antecipação de tutela para suspender a exigibilidade das penalidades aplicadas e determinações decorrentes.

O montante de R\$ 87.404 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída

## Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**c.2) Processos regulatórios em fase administrativa:**

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Judicialização do processo prevista para outubro de 2020	15.415	3.618
nº 1008/2018	Dezembro de 2018	Irregularidade do tratamento as manifestações de consumidores por meio de centrais de teleatendimento e ouvidoria.	Aguardando decisão	21.591	20.258
nº 0006/2019	Agosto de 2019	Verificação de cumprimento de determinação no processo de Nível de Tensão 2009 e 2010	Aguardando decisão	3.046	-
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto circuito de longa duração.	Aguardando decisão	11.465	2.465
nº 0001/2020	Março de 2020	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados a linha de transmissão aérea, envolvendo uma queda do pinheiro na linha entre as subestações sul e bandeirantes.	Aguardando decisão	10.935	2.792
<b>Outros</b>				617	-
<b>Total</b>				63.069	29.133

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos em até 2 anos.

Com relação ao AI nº 0064/2017, com o encerramento do processo no âmbito administrativo, foi efetuado um pagamento parcial R\$ 5.849 no mês de setembro de 2020. A Companhia estuda discutir judicialmente o processo em outubro de 2020.

O montante de R\$ 29.133 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

**d) Processos fiscais:**

**d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras:** A Companhia discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a Companhia interpôs recursos especial e extraordinário, que permanecem sobrestados até o julgamento de recurso representativo da controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal – STF. A decisão proferida pelo STF, será replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído até 2022. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a Companhia, mensalmente, deposita em juízo o valor em discussão.

**d.2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios:** A Companhia discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído nos próximos 5 anos. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.

**d.3) Outros processos fiscais:** Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

**e) Processos ambientais:**

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- e.1) Represa Guarapiranga:** Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de "segunda categoria" e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público, a Secretaria do Meio Ambiente – SMA e o Departamento de Parques e Áreas Verdes para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.

#### 17.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor estimado da contingência	
	30.09.2020	31.12.2019
<b>Processos cíveis (a)</b>	<b>593.451</b>	<b>504.253</b>
Processos cíveis diversos	593.451	504.253
Enquadramento de consumidores - ação civil pública	Não determinado	Não determinado
Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais	Não determinado	Não determinado
Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal	Não determinado	Não determinado
Uso da faixa de domínio de rodovias	Não determinado	Não determinado
Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
Ação indenizatória - Shopping Balneário de Santos	Não determinado	Não determinado
Ação civil pública - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC	Não determinado	Não determinado
(a.1) Arbitragem Neoenergia	Não determinado	Não determinado
<b>Processos regulatórios</b>	<b>1.513.557</b>	<b>1.372.736</b>
Devolução tarifária - Base Blindada	1.015.924	888.028
Ação Anulatória - AI 122/2012 - Base de Remuneração Regulatória (BRR)	185.955	183.523
Autos de infração - Indicadores de continuidade	97.070	95.793
Ação Anulatória - AI 008/2012 - Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)	92.184	91.013
Autuações PCLD - Provisão para créditos de liquidação duvidosa	74.790	70.707
Outros processos regulatórios	47.634	43.672
<b>Processos fiscais (b)</b>	<b>2.614.901</b>	<b>2.538.931</b>
CSLL - base negativa	153.314	151.836
Execuções fiscais municipais - diversas	91.626	92.675
PIS - Estatuto da decadência	243.309	241.884
COFINS - anistia	162.177	161.329
(b.1) COFINS - Multa de Ofício	70.786	70.786
Autos de infração de ICMS - Estornos de débitos	139.965	153.174
Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	173.028	171.544
PIS - Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	658.247	653.098
FINSOCIAL	225.919	223.272
PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	158.969	156.866
Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	128.186	126.030
Contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP - São Paulo/SP - 2011 a 2015	140.233	130.586
Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes	46.314	45.263
Autos de infração de PIS/COFINS - Glosa de créditos	83.073	81.567
(b.2) Débitos de IJEE - Imposto único sobre energia elétrica	41.442	-
Outros processos fiscais	98.313	79.021
<b>Processos trabalhistas (c)</b>	<b>913.878</b>	<b>1.092.109</b>
Ação Civil Pública - Terceirização	Não determinado	Não determinado
(c.1) Ações de periculosidade - Sede barueri	128.019	117.142
(c.2) Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	95.967	94.898
Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) - execuções fiscais	63.966	53.042
Contribuição Previdenciária - SAT	43.692	44.013
Outros processos trabalhistas	582.234	783.014

Os processos não detalhados nas presentes informações contábeis intermediárias não tiveram alterações relevantes, exceto às regulares atualizações de valores. As descrições e históricos detalhados podem ser verificados na nota explicativa nº 17.2 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

**(a) Processos cíveis:**

**(a.1) Arbitragem Neoenergia:** Trata-se de arbitragem proposta pela Neoenergia em face da Companhia perante a Câmara de Arbitragem do Mercado - CAM com base no Acordo de Investimento celebrado entre a Companhia e a Neoenergia em 16 de abril de 2018. Em 21 de fevereiro de 2020, foi proferida decisão final favorável à Companhia, negando todos os pedidos formulados pela Neoenergia. Este caso é confidencial, razão pela qual a Companhia limitou-se em divulgar as informações acima descritas.

**(b) Processos fiscais:**

**(b.1) COFINS - Multa de ofício:** Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS, no período de abril de 1992 a março de 1993, quitada por meio de programa de

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

parcelamento (anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999). Em junho de 2018, a Companhia opôs Embargos à Execução, julgados improcedentes em 1ª instância, uma vez que o Juiz entendeu que a anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999 não previa descontos para multas de ofício, apenas juros e multa de mora. Em abril de 2019, a Companhia interpôs recurso de apelação, que aguarda julgamento. A multa de ofício não sofre atualização. Após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro em 13 de fevereiro de 2020.

**(b.2) Débitos de IUEE** - Trata-se de início de execução de sentença decorrente de Medida Judicial que se encerrou desfavoravelmente a Companhia, proposta pelos Municípios de Aparecida, Mauá, Praia Grande, Rio Grande da Serra, São Sebastião e Cubatão, a fim de cobrar o pagamento em dinheiro das quotas-partes do Imposto Único sobre Energia Elétrica - IUEE pertencentes aos Municípios, até a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, na época pagas com ações societárias. Após o início da execução da decisão, em 1º de abril de 2020, a Companhia sofreu um bloqueio judicial no valor cobrado pelos Municípios. A Companhia apresentou impugnação ao valor exigido pelos Municípios, que não foi acolhida pelo Juiz de primeiro grau. Diante disso, a Companhia recorreu ao Tribunal e aguarda o julgamento do seu recurso.

#### **(c) Processos trabalhistas:**

**(c.1) Ações de periculosidade – Sede Barueri:** Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando o pagamento de adicional de periculosidade para colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). Em 13 de agosto de 2020, o Tribunal Regional do Trabalho manteve decisão favorável à Companhia.

**(c.2) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLD) – Contribuições Previdenciárias:** Três Execuções Fiscais que buscam (i) imputar à Eletropaulo a responsabilidade pelo pagamento da contribuição previdenciária devida pelas empresas que lhe cederam mão de obra; bem como (ii) a cobrança de contribuições previdenciárias incidentes sobre verbas indenizatórias, PDV, participação nos lucros dos funcionários e outras verbas. Duas execuções estão em 2ª Instância, sendo que uma delas aguarda-se julgamento de Recurso de Apelação interposto pela empresa em razão de decisão desfavorável e, o outro aguarda-se julgamento de Embargos de Declaração opostos pela empresa, em razão de acórdão desfavorável. Quanto a terceira execução, aguarda-se julgamento de Agravo Interno interposto pelas partes. Em 15 de julho de 2020, a Fazenda Nacional manifestou-se em uma das NFLD, reconhecendo a tese defensiva, sendo devolvido para o caixa da empresa a importância de R\$ 27.029, referente a um resgate parcial de depósitos judiciais.

## 18. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2020	31.12.2019
<b>CIRCULANTE</b>		
Pesquisa e desenvolvimento	119.008	101.027
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	2.317	2.306
Ministério de Minas e Energia	1.159	1.153
Eficiência energética	291.082	269.934
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias	-	43.473
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.659	1.579
Outros encargos	61	62
<b>Total</b>	<b>415.286</b>	<b>419.534</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Pesquisa e desenvolvimento	37.005	34.553
<b>Total</b>	<b>37.005</b>	<b>34.553</b>

## 19. Contas a pagar – Acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolvia a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado dos acordos com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos. As parcelas são atualizadas por CDI+1% a.a..

De acordo com o cronograma, a Companhia efetuou o pagamento da 2ª parcela em junho de 2020, no montante de R\$ 351.683, referente ao acordo firmado com a Eletrobras e com os advogados.

A seguir o cronograma de realização das parcelas:

Cronograma de pagamento	Parcela	Principal	Principal + correção
Junho de 2021	3ª - Eletrobras	300.000	353.257
Junho de 2022	4ª - Eletrobras	300.000	353.257
Junho de 2023	5ª - Eletrobras	250.000	294.381
Junho de 2023	2ª - Advogados	50.000	48.172
			<b>1.049.067</b>

Não existem compromissos financeiros contratuais (*covenants*) relacionados ao acordo firmado.

## 20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos. A Companhia possui dois processos judiciais que discutiram a tese.

No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

## Notas Explicativas

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar que atualizados correspondem ao montante de R\$ 4.882.078 e passivo de R\$ 5.060.345, referente ao primeiro processo, e constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais, que atualizados correspondem ao montante de R\$ 2.260.786, referente ao segundo processo, por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia. A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado pelas distribuidoras com relação aos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema. Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais, totalizando em 30 de setembro de 2020 o montante compensado de R\$ 178.155, e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	30.09.2020	31.12.2019
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	8	801.466	578.763
<u>Ativo não circulante</u>	8	6.341.398	4.426.554
<b>Total Ativo</b>		<b>7.142.864</b>	<b>5.005.317</b>
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		801.466	578.763
<u>Passivo não circulante</u>		6.488.962	4.395.313
<b>Total Passivo</b>		<b>7.290.428</b>	<b>4.974.076</b>
		<b>30.09.2020</b>	<b>30.09.2019</b>
<b>Resultado</b>			
<b>Receita operacional bruta</b>			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	23	(1.866.587)	(2.532.352)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	23	1.866.587	2.532.352
<b>Receita financeira</b>			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		449.115	2.439.538
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(449.226)	(2.439.538)
<b>Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(111)</b>	<b>-</b>

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir a movimentação do ativo e passivo de PIS/COFINS a restituir:

	Ativo	Passivo
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>5.005.317</b>	<b>4.974.076</b>
Adições	1.866.587	1.866.587
Atualização	449.115	449.226
Compensações	(178.155)	-
Outros	-	539
<b>Saldo em 30.09.2020</b>	<b>7.142.864</b>	<b>7.290.428</b>

## 21. Patrimônio líquido

### 21.1 Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital social autorizado.

Em 30 de setembro de 2020 o capital social da Companhia é de R\$ 3.079.525 (R\$ 3.079.525 em dezembro de 2019) totalmente subscrito e integralizado, dividido em 197.466.862 ações ordinárias (197.466.862 em dezembro de 2019), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

### 21.2 Composição acionária

Acionistas:	30.09.2020		31.12.2019	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
ENEL Brasil S.A	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00
<b>Total das ações ordinárias em poder dos acionistas</b>	<b>197.466.862</b>	<b>100,00</b>	<b>197.466.862</b>	<b>100,00</b>

### 21.3 Reservas de capital

	Nota	30.09.2020	31.12.2019
Reserva especial - gerada por incorporações	9.3	2.267.883	2.267.883
Outras reservas de capital		547	547
<b>Total</b>		<b>2.268.430</b>	<b>2.268.430</b>

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 9.3.

### 21.4 Ajustes de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30.09.2020	31.12.2019
Ajuste de avaliação patrimonial		1.157.470	1.237.401
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	(393.540)	(420.717)
<b>Ajuste de avaliação patrimonial, líquido</b>		<b>763.930</b>	<b>816.684</b>
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		(5.206.293)	(4.609.398)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		6.890	(28.155)
Outros resultados abrangentes - derivativo	30.1.1	42.002	40.650
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	1.753.517	1.562.948
<b>Outros resultados abrangentes, líquido</b>		<b>(3.403.884)</b>	<b>(3.033.955)</b>
<b>Total registrado no patrimônio líquido</b>		<b>(2.639.954)</b>	<b>(2.217.271)</b>

#### 21.5 Destinação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro 2019

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 8 de abril de 2020, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a qual segue: (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 213.923; (ii) R\$ 171.137 destinados para reserva especial estatutária; e (iii) dividendos complementares ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 470.629. Os dividendos declarados serão pagos até 31 de dezembro de 2020, sendo que em 9 de abril de 2020 ocorreu o pagamento parcial no montante de R\$ 100.000 para a controladora Enel Brasil.

## 22. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

#### 22.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico/diluído

A tabela a seguir apresenta o lucro (prejuízo) básico/diluído por ação para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019:

	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019
<b>Numerador:</b>				
Lucro líquido dos trimestres e períodos de nove meses	159.361	255.955	345.697	546.061
<b>Denominador (em milhares de ações):</b>				
Número de ações ordinárias	197.467	197.467	197.457	197.457
<b>Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)</b>	<b>0,80703</b>	<b>1,29619</b>	<b>1,75075</b>	<b>2,76547</b>

Como não ocorreram movimentações de ações nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, para cálculo do denominador, foi considerado o número de ações ordinárias em poder dos acionistas.

## 23. Receita operacional líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais componentes da receita operacional líquida estão detalhados na nota explicativa nº 23 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

## a) nos trimestres

	01.07.2020 a 30.09.2020			01.07.2019 a 30.09.2019		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	6.957.936	4.295.851	2.928.340	6.832.854	3.986.466	2.801.302
Industrial	25.390	578.219	349.505	25.846	694.731	437.433
Comercial	408.805	1.847.142	1.185.825	406.450	2.386.336	1.577.531
Rural	562	7.924	2.287	562	8.101	2.367
Poder público	15.507	206.051	115.148	15.772	272.449	159.410
Iluminação pública	2.885	199.436	74.427	1.211	199.711	80.362
Serviço público	1.386	99.127	52.598	1.372	108.779	60.543
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(2.337.470)	-	-	(2.238.940)
<b>Subtotal - fornecimento</b>	<b>7.412.471</b>	<b>7.233.750</b>	<b>2.370.660</b>	<b>7.284.067</b>	<b>7.656.573</b>	<b>2.880.008</b>
<b>Outras receitas - originadas de contratos com clientes</b>						
Não faturado	-	-	56.562	-	-	177.355
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	2.337.470	-	-	2.238.940
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	2.064	2.556.621	424.234	1.507	2.651.257	379.710
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(24.528)	-	-	(3.689)
Energia no curto prazo	-	877.275	75.404	-	822.667	166.080
Receita de construção	-	-	264.009	-	-	197.737
Aluguel de poste	-	-	38.054	-	-	37.322
Receitas com partes relacionadas	-	-	94	-	-	283
Outras receitas	-	-	6.150	-	-	5.530
<b>Total receitas - originadas de contratos com clientes</b>	<b>7.414.535</b>	<b>10.667.646</b>	<b>5.548.109</b>	<b>7.285.574</b>	<b>11.130.497</b>	<b>6.079.276</b>
<b>Outras receitas</b>						
Subvenção de recursos da CDE	-	-	123.955	-	-	95.347
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	181.370	-	-	219.729
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	47.786	-	-	8.834
<b>Total outras receitas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>353.111</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>323.910</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>7.414.535</b>	<b>10.667.646</b>	<b>5.901.220</b>	<b>7.285.574</b>	<b>11.130.497</b>	<b>6.403.186</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(35.332)	-	-	(36.231)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(559.893)	-	-	(655.028)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(17.584)	-	-	(24.971)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(138)	-	-	(244.217)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(4.976)	-	-	(4.738)
ICMS	-	-	(993.585)	-	-	(1.024.242)
COFINS - corrente	-	-	(351.706)	-	-	(450.086)
PIS - corrente	-	-	(76.348)	-	-	(97.638)
ISS	-	-	(45)	-	-	(49)
<b>Total das deduções da receita operacional bruta</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.039.607)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.537.200)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>7.414.535</b>	<b>10.667.646</b>	<b>3.861.613</b>	<b>7.285.574</b>	<b>11.130.497</b>	<b>3.865.986</b>

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## b) nos períodos de nove meses

Nota	01.01.2020 a 30.09.2020			01.01.19 a 30.09.2019		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	6.957.936	12.287.913	8.150.230	6.832.854	12.254.387	8.086.995
Industrial	25.390	1.688.192	1.019.496	25.846	2.163.573	1.288.870
Comercial	408.805	6.352.606	4.004.482	406.450	7.927.371	4.900.555
Rural	562	23.803	6.701	562	24.388	6.555
Poder público	15.507	728.727	401.561	15.772	891.615	487.399
Iluminação pública	2.885	579.104	213.765	1.211	597.010	218.109
Serviço público	1.386	309.434	160.426	1.372	339.996	174.947
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(6.674.839)	-	-	(6.337.954)
<b>Subtotal - fornecimento</b>	<b>7.412.471</b>	<b>21.969.779</b>	<b>7.281.822</b>	<b>7.284.067</b>	<b>24.198.340</b>	<b>8.825.476</b>
<b>Outras receitas - originadas de contratos com clientes</b>						
Não faturado	-	-	(38.286)	-	-	57.098
PIS/COFINS - consumidores a restituir	20	-	(1.866.587)	-	-	(2.532.352)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	20	-	1.866.587	-	-	2.532.352
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	-	-	6.674.839	-	-	6.337.954
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	2.064	7.742.304	1.254.640	1.507	8.169.958	1.052.322
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	(40.186)	-	-	(38.755)
Energia no curto prazo	-	2.442.914	98.941	-	1.371.359	58.864
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	-	-	-	-	16.766
Receita de construção	-	-	750.679	-	-	550.083
Aluguel de poste	-	-	114.689	-	-	106.599
Receitas com partes relacionadas	28.1	-	443	-	-	857
Outras receitas	-	-	18.686	-	-	16.394
<b>Total receitas - originadas de contratos com clientes</b>	<b>7.414.535</b>	<b>32.154.997</b>	<b>16.116.267</b>	<b>7.285.574</b>	<b>33.739.657</b>	<b>16.983.658</b>
<b>Outras receitas</b>						
Subvenção de recursos da CDE	11	-	362.844	-	-	267.965
Ativo e passivo financeiro setorial	10.2	-	322.355	-	-	479.371
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	64.971	-	-	97.142
<b>Total outras receitas</b>			<b>750.170</b>			<b>844.478</b>
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>7.414.535</b>	<b>32.154.997</b>	<b>16.866.437</b>	<b>7.285.574</b>	<b>33.739.657</b>	<b>17.828.136</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(99.842)	-	-	(99.642)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(1.679.688)	-	-	(2.089.721)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(67.752)	-	-	(69.220)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(36.017)	-	-	(271.407)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(14.452)	-	-	(11.604)
ICMS	-	-	(2.874.710)	-	-	(3.036.261)
COFINS - corrente	-	-	(1.013.023)	-	-	(1.284.738)
PIS - corrente	-	-	(219.838)	-	-	(278.672)
ISS	-	-	(132)	-	-	(144)
<b>Total das deduções da receita operacional bruta</b>			<b>(6.005.434)</b>			<b>(7.141.409)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>7.414.535</b>	<b>32.154.997</b>	<b>10.861.003</b>	<b>7.285.574</b>	<b>33.739.657</b>	<b>10.686.727</b>

## 24. Custo do serviço de energia elétrica

Nota	MWh		R\$			
	01.01.2020 a 30.09.2020	01.01.2019 a 30.09.2019	01.01.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019
<b>Energia elétrica comprada para revenda:</b>						
Itaipu	6.220.810	6.407.188	(764.821)	(2.228.308)	(588.939)	(1.630.128)
ANGRA 1 e 2	1.162.437	1.203.846	(107.809)	(323.255)	(99.381)	(302.299)
Compra - CCEE	-	332.781	-	-	(58)	(273.015)
Compra - CCEAR	13.304.402	13.854.018	(815.804)	(2.731.853)	(942.358)	(2.833.707)
Quotas de garantia física / CCEAR - Partes relacionadas	28.1	161.431	229.564	(9.974)	(31.583)	(43.548)
Quotas de garantia física	7.289.897	7.150.180	(269.946)	(773.763)	(253.757)	(716.546)
Risco hidrológico	-	-	(140.723)	(291.808)	(439.123)	(610.000)
(-) Ressarcimento - leilões de energia	-	-	1.530	34.457	9.721	39.979
(-) Créditos de PIS/COFINS	-	-	191.127	567.856	204.101	561.804
<b>Subtotal</b>	<b>28.138.977</b>	<b>29.177.577</b>	<b>(1.916.420)</b>	<b>(5.778.257)</b>	<b>(2.122.376)</b>	<b>(5.807.460)</b>
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	562.299	583.536	(60.772)	(167.317)	(72.048)	(221.838)
<b>Total</b>	<b>28.701.276</b>	<b>29.761.113</b>	<b>(1.977.192)</b>	<b>(5.945.574)</b>	<b>(2.194.424)</b>	<b>(6.029.298)</b>

Nota	R\$				
	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019	
<b>Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:</b>					
Uso da rede básica		(444.024)	(1.120.384)	(353.690)	(1.034.911)
Uso da rede básica - partes relacionadas	28.1	(3.739)	(12.004)	(4.748)	(14.457)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER		(85.382)	(177.012)	(32.858)	(159.110)
(-) Ajustes referente ao ativo retroativo	24.1	7.948	163.709	6.686	72.199
Transporte de energia - Furnas/Itaipu		(68.851)	(177.158)	(57.772)	(163.628)
Operador Nacional do Sistema - ONS		(3.020)	(16.365)	(7.539)	(27.221)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD		(2.569)	(7.520)	(2.406)	(7.215)
Conexão a Rede Básica - CTEEP		(26.063)	(73.500)	(23.720)	(71.279)
(-) Créditos de PIS/COFINS		57.824	131.311	50.630	150.471
<b>Total</b>		<b>(567.876)</b>	<b>(1.288.923)</b>	<b>(425.417)</b>	<b>(1.255.151)</b>

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24.1 O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

## 25. Outras receitas e despesas operacionais

Nota	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019	
Ganhos líquidos na alienação de bens e direitos	25.1	35.137	35.578	130	6.476
Arrendamentos e aluguéis		(10.049)	(12.254)	354	(7.156)
Arrendamentos e aluguéis (compartilhamento) - partes relacionadas	28.1	(70)	913	(51)	(196)
Seguros		(1.112)	(4.526)	(648)	(2.594)
Tributos		(12.683)	(36.484)	(12.534)	(37.962)
Compartilhamento de infraestrutura outros - partes relacionadas	28.1	(38)	(325)	1	(189)
Doações, contribuições e patrocínios		(1.633)	(3.881)	(859)	(2.700)
Tarifa bancária		(14.674)	(43.286)	(16.292)	(47.905)
Publicidade		(2.501)	(2.715)	(206)	(383)
Responsabilidade social		(131)	(216)	(41)	(88)
Perdas na desativação de bens e direitos		(2.537)	(2.673)	(11.451)	(25.100)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID		(4.237)	(14.003)	(6.560)	(19.832)
Baixa do ativo financeiro da concessão	10.2	(5.035)	(8.987)	(2.359)	(8.827)
Taxa de administração do plano - Funcesp		(2.275)	(6.745)	(2.989)	(8.694)
Multa de mora - 2% - faturas a receber em atraso		26.614	83.509	29.000	89.144
Penalidades - devoluções a consumidores		(452)	(2.551)	860	(3.351)
Multa de mora - pagamento de fornecedores		(127)	(1.061)	(280)	(1.967)
Energia livre		-	-	21.918	21.918
Taxa de contribuição CCEE		(924)	(2.781)	(876)	(2.633)
Outros		683	(5.394)	3.041	263
<b>Total</b>		<b>3.956</b>	<b>(27.882)</b>	<b>158</b>	<b>(51.776)</b>

25.1 Em setembro de 2020, a Companhia concluiu a venda de 2 terrenos destinados a alienação. Conforme estabelecido no contrato firmado, o valor de venda foi de R\$ 39.644, e está sendo recebido em 12 parcelas variáveis, corrigidas pelo INCC-DI. O ganho apurado na referida alienação foi de R\$ 34.382. No momento da venda todos os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 26. Resultado financeiro

Nota	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019
<b>Receitas financeiras</b>				
Renda de aplicações financeiras	4.250	18.679	8.336	34.247
Atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso	26.1	34.224	81.888	61.142
Subvenções governamentais	803	2.515	1.001	3.136
Atualização de créditos tributários	8.1	624	1.102	22.754
Atualização monetária dos depósitos judiciais	4.573	18.460	12.005	24.799
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	11	590	22.744	89.161
Atualização monetária Swap - Debêntures	9.612	13.853	-	-
Juros Swap - Debêntures	1.759	1.759	-	-
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	55	4.618	860	2.610
Outras receitas financeiras	2.183	8.388	11.145	20.593
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira	(2.078)	(6.214)	(2.352)	(7.740)
<b>Subtotal</b>	<b>56.595</b>	<b>167.792</b>	<b>78.659</b>	<b>250.702</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures	(33.345)	(116.677)	(70.570)	(219.061)
Variação monetária - Debêntures	(9.612)	(13.968)	-	-
Juros Swap - Debêntures	1.108	-	-	-
Juros Swap - Empréstimos Moeda Estrangeira	(10.665)	(14.863)	-	-
Encargo de dívidas - mútuo - partes relacionadas	28.1	-	(8.886)	(25.204)
Juros sobre obrigações de arrendamento	15	(5.502)	(4.842)	(17.824)
Subvenções governamentais	(802)	(2.514)	(1.001)	(3.136)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética	(4.984)	(10.628)	(5.741)	(11.823)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	10.1	716	1.845	5.662
Cartas de fiança e seguros garantia	(8.139)	(24.004)	(9.294)	(34.704)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(26.885)	(45.350)	(11.442)	(58.888)
Atualização monetária - energia livre	(317)	(1.426)	33.492	30.848
Obrigação consumidores - Resoluções 250/2007 e 368/2009	-	-	19.746	19.746
Atualização acordo Eletrobras	(8.030)	(38.164)	(24.334)	(79.784)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego	16.2	(103.309)	(309.918)	(243.112)
Comissão de fiança - partes relacionadas	28.1	(1.091)	(3.267)	-
Outras despesas financeiras	(10.421)	(19.456)	(4.626)	(14.909)
<b>Subtotal</b>	<b>(221.278)</b>	<b>(613.770)</b>	<b>(166.691)</b>	<b>(652.189)</b>
<b>Variações cambiais, líquidas</b>				
Variações cambiais - Empréstimos	(36.308)	(103.437)	-	-
Variações cambiais - Swap Empréstimos	36.308	103.437	-	-
Variações cambiais - outras	792	(3.248)	(390)	(567)
<b>Subtotal</b>	<b>792</b>	<b>(3.248)</b>	<b>(390)</b>	<b>(567)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>	<b>(163.891)</b>	<b>(449.226)</b>	<b>(88.422)</b>	<b>(402.054)</b>

26.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

## 27. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01.07.2020 a 30.09.2020		01.07.2019 a 30.09.2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Nos trimestre:</b>				
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos:</b>				
Correntes	(7.210)	(2.767)	-	-
Diferidos	(65.201)	(23.472)	(137.140)	(49.372)
<b>Total</b>	<b>(72.411)</b>	<b>(26.239)</b>	<b>(137.140)</b>	<b>(49.372)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>258.011</b>	<b>258.011</b>	<b>532.209</b>	<b>532.209</b>
<b>Adições:</b>				
Doações	427	427	88	88
Gratificação a administradores	498	498	3.260	3.260
Perdas indedutíveis no contas a receber	1.305	1.305	2.975	2.975
Perdas na baixa de bens e direitos	-	-	1.099	1.099
Multas indedutíveis	30.972	30.972	6.042	6.042
Despesas indedutíveis	272	272	2.721	2.721
Salário maternidade e paternidade	65	65	165	165
<b>Total das adições</b>	<b>33.539</b>	<b>33.539</b>	<b>16.350</b>	<b>16.350</b>
Base de cálculo	<b>291.550</b>	<b>291.550</b>	<b>548.559</b>	<b>548.559</b>
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>(72.888)</b>	<b>(26.239)</b>	<b>(137.140)</b>	<b>(49.372)</b>
Incentivos	459	-	-	-
Compensação de base de cálculo	18	-	-	-
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(72.411)</b>	<b>(26.239)</b>	<b>(137.140)</b>	<b>(49.372)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>28,1%</b>	<b>10,2%</b>	<b>25,8%</b>	<b>9,3%</b>

	01.01.2020 a 30.09.2020		01.01.2019 a 30.09.2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Nos períodos de nove meses:</b>				
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos:</b>				
Correntes	(7.210)	(2.767)	22.287	-
Diferidos	(105.116)	(37.842)	(212.910)	(76.651)
<b>Total</b>	<b>(112.326)</b>	<b>(40.609)</b>	<b>(190.623)</b>	<b>(76.651)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>408.890</b>	<b>408.890</b>	<b>813.335</b>	<b>813.335</b>
<b>Adições:</b>				
Doações	725	725	326	326
Gratificação a administradores	1.117	1.117	3.953	3.953
Perdas indedutíveis no contas a receber	4.330	4.330	21.723	21.723
Perdas na baixa de bens e direitos	1.593	1.593	2.248	2.248
Multas indedutíveis	31.880	31.880	6.723	6.723
Despesas indedutíveis	2.405	2.405	2.941	2.941
Salário maternidade e paternidade	274	274	392	392
<b>Total das adições</b>	<b>42.324</b>	<b>42.324</b>	<b>38.306</b>	<b>38.306</b>
Base de cálculo	<b>451.214</b>	<b>451.214</b>	<b>851.641</b>	<b>851.641</b>
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>(112.803)</b>	<b>(40.609)</b>	<b>(212.910)</b>	<b>(76.651)</b>
Ajuste PAT em dobro IR 2006 a 2011 - a recuperar	-	-	22.287	-
Incentivos	459	-	-	-
Compensação de base de cálculo	18	-	-	-
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(112.326)</b>	<b>(40.609)</b>	<b>(190.623)</b>	<b>(76.651)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>27,5%</b>	<b>9,9%</b>	<b>23,4%</b>	<b>9,4%</b>

## 28. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 28.1 Partes relacionadas

## Ativos e receitas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Ativo		Receita		
				30.09.2020	31.12.2019	01.01.2020 a 30.09.2020	01.01.2019 a 30.09.2019	
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X	Controle comum	Conforme demanda	Setembro de 2018 a setembro de 2020	249	98	443	857
Reembolso Expatriados	Enel Chile	Controle comum			886	184	702	-
	Enel Spa	Controle comum			289	155	119	-
Compartilhamento de recursos humanos/infraestrutura	COELCE CIA. ENERGÉTICA	Controle comum			6.644	5.951	693	2.139
	AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	Controle comum			3.830	3.155	675	1.243
	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Controle comum			199	160	39	142
	ENEL GREEN POWER BRASIL	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	3.230	2.820	410	2.368
	Enel Brasil	Controladora			802	584	218	488
	Enel Fortaleza	Controle comum			82	53	29	40
	CELG DISTRIBUICAO S/A	Controle comum			8.130	5.033	3.097	847
	CENTRAIS ELETRICAS DE CACHOEIRA DOURADA	Controle comum			85	54	31	41
CIEI COMPANHIA DE INTERCONEXAO	Controle comum			518	449	69	98	
					<b>24.944</b>	<b>18.696</b>	-	-
							<b>443</b>	<b>857</b>
							<b>2.812</b>	<b>3.594</b>
							<b>24</b>	<b>72</b>
							<b>259</b>	<b>1.611</b>
							<b>2.987</b>	<b>2.129</b>

## Passivos e despesas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Passivo		Despesa		
				30.09.2020	31.12.2019	01.01.2020 a 30.09.2020	01.01.2019 a 30.09.2019	
Suprimento de energia - CCGF	ENEL Green Power Paranapanema S.A.	Controle comum	R\$ 9.153	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	309	296	(2.541)	(2.479)
	ENEL Green Power Mourao S.A.	Controle comum	R\$ 2.622	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	90	80	(733)	(703)
	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Controle comum	R\$ 64.072	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	2.355	2.108	(20.101)	(18.513)
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	Controle comum	R\$ 994	Até o final da concessão	111	106	(750)	(711)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Controle comum	R\$ 2.603	Até o final da concessão	-	891	(2.602)	(9.642)
	ENEL Green Power Cristalândia I Eólica S.A.	Controle comum até 31 de maio de 2019			-	-	-	(2.287)
	ENEL Green Power Cristalândia II Eólica S.A. (II e III)	Controle comum até 31 de maio de 2019			-	-	-	(4.579)
	ENEL Green Power da Fazenda S.A.	Controle comum	R\$ 665	Até o final da concessão	74	71	(502)	(476)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Controle comum	R\$ 2.052	Até o final da concessão	239	233	(1.616)	(1.549)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Controle comum	R\$ 2.132	Até o final da concessão	222	216	(1.500)	(1.436)
	ENEL Green Power Salto Apicás S.A.	Controle comum	R\$ 1.640	Até o final da concessão	183	175	(1.238)	(1.173)
Encargo de uso do sistema de transmissão	ENEL CIEI S.A.	Controle comum	R\$ 12.004	Até o final da concessão	1.256	1.363	(12.004)	(14.457)
Mútuo	ENEL Finance International N.V.	Controle comum	R\$ 453.738	Dezembro de 2018 a dezembro de 2019	-	-	-	(25.204)
Comissão de fiança	Enel Brasil S.A.	Controladora	0,20% sobre saldo dívida	Setembro de 2018 a setembro de 2025	886	1.993	(3.267)	-
	AMPLA Energia e Serviços S.A.	Controle comum			3.247	1.931	(1.316)	(1.529)
	ENEL CIEI S.A.	Controle comum			176	156	(20)	(88)
	CELG Distribuição S.A.	Controle comum			4.888	3.406	(1.482)	(448)
	Enel Brasil	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	13.843	6.785	(7.057)	(4.910)
Compartilhamento de recursos humanos/infraestrutura	ENEL GREEN POWER BRASIL Participações	Controle comum			672	457	(215)	(119)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Controle comum			124	35	(89)	(10)
	COELCE-CIA. Energética	Controle comum			309	46	(263)	(22)
	ENEL GENERACION FORTALEZA S.A.	Controle comum			1.218	311	(907)	(311)
Expatriados	ENEL GLOBAL IN E NETWORK	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	Fevereiro de 2024	2.756	4.495	(7.222)	-
Prestação de serviços técnicos e de gestão	Enel Brasil	Controladora	R\$ 40.900	Março de 2025	44.824	-	(44.824)	-
Dividendos	Enel Brasil	Controladora	R\$ 684.551		584.551	213.923	-	-
					<b>76.896</b>	<b>23.181</b>	-	-
					<b>886</b>	<b>1.993</b>	-	-
					<b>584.551</b>	<b>213.923</b>	-	-
							<b>(43.587)</b>	<b>(58.005)</b>
							-	<b>(25.204)</b>
							<b>(14.834)</b>	<b>(3.107)</b>
							<b>(158)</b>	<b>(198)</b>
							<b>(46.005)</b>	<b>(1.618)</b>
							<b>(2.386)</b>	<b>(2.514)</b>
							<b>(3.267)</b>	<b>-</b>

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os Contratos de Cotas de Garantia Física – CCGF, o total estimado considera o percentual de participação da Companhia definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.318/2017 para os anos de 2019 e 2020 e a receita anual de geração das usinas, homologados pela Resolução ANEEL nº 2.421/2018. Para os contratos de CCEAR o montante estimado considerou o volume e tarifas contratados para 2020. Em 31 de maio de 2019, a EGP Brasil Participações Ltda concretizou a venda de duas usinas eólicas (EGP Cristalândia Eólica S.A. I e EGP Cristalândia Eólica S.A. II). Dessa forma, em 30 de setembro de 2020, permanecem demonstradas no resultado, as transações realizadas até a data da venda dessas companhias.

Quanto ao Encargo de uso do sistema de transmissão (contrato nº 121/2002), o mesmo é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS. Dessa forma, o total estimado informado considera o custo realizado para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Os contratos mencionados acima são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. As despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 162.000 ao ano. A contabilização, tanto da despesa quanto da receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem, que poderá ser pessoal, serviços de terceiros, material e outros.

O contrato de prestação de serviços técnicos e de gestão envolve serviços de fornecimento de apoio técnico e gerencial, para promover integração e padronização dos processos das empresas do grupo Enel no Brasil, garantindo ganhos de eficiência pela adoção das melhores práticas verificadas em todas as empresas de energia do grupo ao redor do mundo. O montante total estimado considera a despesa prevista para o exercício de 2020. O referido contrato foi anuído pela ANEEL, conforme os termos do Despacho nº 560, de 20 de fevereiro de 2020.

## Outras partes relacionadas

Passivo e despesa:

Natureza da transação	Parte relacionada	Passivo		Despesa	
		30.09.2020	31.12.2019	30.09.2020	30.09.2019
Plano de previdência	FUNCESP	6.339.546	5.868.638	(322.657)	(252.849)
	Integrante do Conselho Deliberativo				
	Obrigações com benefícios pós-emprego - nota explicativa nº 16:	6.339.546	5.868.638	(322.657)	(252.849)

## 28.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela remuneração da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração. Nos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, a provisão para remuneração (regime de competência), é como segue:

Descrição:	01.07.2020 a 30.09.2020	01.01.2020 a 30.09.2020	01.07.2019 a 30.09.2019	01.01.2019 a 30.09.2019
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)	1.663	5.874	5.608	10.813
Benefícios pós-emprego (previdência privada - contribuição definida)	-	-	-	299
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	-	-	(17)	4
<b>Total</b>	<b>1.663</b>	<b>5.874</b>	<b>5.591</b>	<b>11.116</b>

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 29. Seguros

Em 30 de setembro de 2020, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

	Período de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização/garantia
	de	até		
Riscos operacionais	31-out-2019	31-out-2020	R\$ 4.629.740	R\$ 4.441.200
Vida em grupo	1-jan-2020	1-jan-2021	25 x salário	R\$ 1.833
Responsabilidade civil geral	31-out-2019	31-out-2020	N/A	R\$ 79.642
Responsabilidade civil de administradores - D&O	10-nov-2019	10-nov-2020	N/A	R\$ 61.967
Riscos ambientais	31-out-2019	31-out-2020	N/A	R\$ 88.824
Frota de veículos - RCF	31-mai-2020	31-mai-2021	N/A	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

## 30. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

## 30.1 Instrumentos financeiros

## 30.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Notas	30.09.2020		31.12.2019		Categoria
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.274.132	2.274.132	1.280.195	1.280.195	Valor Justo por meio de Resultado
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	4	36.801	36.801	3.518	3.518	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Investimentos de curto prazo (fundo de investimento)	4	2.012	2.012	1.978	1.978	Valor Justo por meio de Resultado
Operação com derivativo		163.647	163.647	49.881	49.881	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Consumidores, revendedores e outros	5	2.380.145	2.380.145	2.473.095	2.473.095	Custo amortizado
Contas a receber - acordos	6	468.031	468.031	225.445	225.445	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	17	848.467	848.467	808.869	808.869	Custo amortizado
Ativo contratual	10.1	686.535	686.535	466.563	466.563	Custo amortizado
Ativo financeiro da concessão	10.2	4.910.002	4.910.002	4.532.124	4.532.124	Valor Justo por meio de Resultado
Ativo financeiro setorial	11	1.311.263	1.311.263	2.052.746	2.052.746	Custo amortizado
<b>Total</b>		<b>13.081.035</b>	<b>13.081.035</b>	<b>11.894.414</b>	<b>11.894.414</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>						
Fornecedores	12	1.730.153	1.730.153	1.865.919	1.865.919	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	4.628.857	4.652.887	3.887.412	3.717.561	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Operação com derivativo		1.491	1.491	1.274	1.274	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	1.049.067	1.049.067	1.362.586	1.362.586	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Obrigações com arrendamento	15	221.593	221.593	261.882	261.882	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		584.681	584.681	214.054	214.054	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Passivo financeiro setorial	11	1.893.213	1.893.213	1.480.097	1.480.097	Passivos financeiros pelo custo amortizado
<b>Total</b>		<b>10.109.065</b>	<b>10.133.085</b>	<b>9.073.224</b>	<b>8.903.373</b>	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e fundos de investimento. CDBs sob as rubricas de (i) caixa e equivalentes de caixa são mensurados inicialmente pelo valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da contratação e curva da taxa DI mensal. (ii) investimento de curto prazo são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa DI, conforme definido em sua data de contratação. O fundo de investimento é marcado a mercado mensalmente com base na variação dos preços das cotas de investimentos classificadas como renda fixa – curto prazo, indexados à taxa CDI/SELIC. De acordo com o seu regulamento, o fundo de investimento poderá investir até 95% em cotas de fundos de investimento classificadas como renda fixa - curto prazo e até 5% em Títulos Públicos Federais.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para o cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

#### Operações com instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição ao risco de variação de taxa flutuante das Debêntures e proteção à variação cambial dos empréstimos captados em março e abril de 2020, que resultam de posições passivas vinculada à variação do IPCA e a variação cambial do dólar. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como *hedge* de fluxo de caixa. São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. A parcela altamente eficaz do hedge, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A parcela não efetiva do *hedge* é registrada no resultado do período, juntamente com os juros e variação cambial da operação.

Quando um instrumento de hedge vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os contratos em aberto em 30 de setembro de 2020 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Vencimento	Tipo	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	Cash flow hedge	IPCA	CDI	800.000
Tokio	10/03/2020	08/03/2021	Cash flow hedge	Dólar	CDI	149.997
Scotiabank	31/03/2020	31/03/2021	Cash flow hedge	Dólar	CDI	260.000
BNP	17/04/2020	19/04/2021	Cash flow hedge	Dólar	CDI	450.000

Os valores das curvas e de mercado dos contratos de derivativo (*swap*) em 30 de setembro de 2020 estão detalhados a seguir:

Contraparte	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Outros resultados abrangentes
Bradesco	26.557	61.984	35.427
Tokio	33.699	32.943	(756)
Scotiabank	29.317	27.996	(1.321)
BNP	38.561	39.233	672
<b>Total</b>	<b>128.134</b>	<b>162.156</b>	<b>34.022</b>

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2020	31.12.2019
Operação com instrumento derivativo		
<u>Ativo circulante</u>	105.136	-
<u>Ativo não circulante</u>	58.511	49.881
<b>Total Ativo</b>	<b>163.647</b>	<b>49.881</b>
Operação com instrumento derivativo		
<u>Passivo circulante</u>	(1.491)	(1.274)
<b>Total Passivo</b>	<b>(1.491)</b>	<b>(1.274)</b>
	<b>162.156</b>	<b>48.607</b>

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva no balanço patrimonial.

Os valores da dívida líquidos da posição do *hedge* estão demonstrados a seguir:

Dívida	Taxa de juros contratual	Posição em
		30.09.2020
		Total
Debentures - 24ª Emissão (2ª serie)	100% IPCA + 4,0134% a.a.	817.583
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	100% IPCA + 4,0134% a.a.	(782.406)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	100% CDI + 0,7200% a.a.	720.421
		<b>755.598</b>
TOKIO 4131	USD + 1,36% a.a.	183.882
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,36% a.a.	(182.575)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,06% a.a.	149.632
		<b>150.939</b>
SCOTIABANK 4131	USD + 1,65% a.a.	289.317
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,65% a.a.	(286.931)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,50% a.a.	258.936
		<b>261.322</b>
BNP 4131	USD + 2,96% a.a.	496.721
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,96% a.a.	(495.927)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,60% a.a.	456.694
		<b>457.488</b>

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 30 de setembro de 2020, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos contratos de derivativos é como segue:

	<b>Derivativos</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>48.607</b>
Provisão de encargos - juros	(5.124)
Varição monetária	13.884
Varição cambial	103.437
Marcação a mercado no PL	1.352
<b>Saldo em 30 de setembro de 2020</b>	<b>162.156</b>

#### 30.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	30.09.2020			31.12.2019				
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>								
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	36.801	-	36.801	-	1.696	-	1.696	-
Investimentos de curto prazo (fundo de investimento)	2.012	-	2.012	-	3.800	-	3.800	-
Ativo financeiro da concessão	4.910.002	-	4.910.002	-	4.532.124	-	4.532.124	-
Operação com derivativo	162.156	-	162.156	-	48.607	-	48.607	-
<b>Total</b>	<b>5.110.971</b>	<b>-</b>	<b>5.110.971</b>	<b>-</b>	<b>4.586.227</b>	<b>-</b>	<b>4.586.227</b>	<b>-</b>

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

#### 30.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as políticas de gerenciamento de riscos definidas por seu acionista controlador (Enel Spa). As políticas estabelecem os riscos enfrentados e as diretrizes para seu monitoramento interno e são aprovadas pelo Conselho de Administração da Enel SpA, o qual abriga um Comitê de Controles e Riscos, que dá suporte à avaliação e decisões do Conselho, relativas aos controles internos e sistema de gestão de riscos, bem como aquelas relativas à aprovação das demonstrações financeiras periódicas.

O sistema de gestão de riscos cobre 3 tipos de atividades: 1) controles de primeiro nível, que consistem em atividades de controle realizadas por cada unidade operacional, em seus próprios processos, como forma de assegurar a correta realização das operações; 2) controles de segundo nível, os quais são executados por áreas corporativas específicas e que visam monitorar e gerir tipos específicos de riscos; 3) controles de terceiro nível (auditoria interna), que visam verificar a estrutura e funcionamento do sistema como um todo, através do monitoramento dos controles, assim como do trabalho executado pelo segundo nível.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

#### (a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é multidisciplinar e conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos e Auditoria Interna, conforme descritas a seguir.

##### Gestão de Riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Riscos (SCGR), conforme descrito acima, no item 30.2 “Gerenciamento de Riscos”, e para garantir seu cumprimento, existe uma política específica de Gestão de Riscos dentro de cada Companhia, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho, observando e aplicando requisitos locais em termos de cultura de risco e o procedimento de gestão de riscos que define os princípios gerais, funções, responsabilidades e métodos operacionais relacionados ao gerenciamento de riscos, de acordo com as diretrizes da ISO 31000:2018.

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macro categorias de riscos: Financeiros; Estratégicos; Governança e Cultura; tecnologia Digital, Compliance, Operacional, e 37 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos.

A taxonomia de risco e sua gestão abrange o processo completo de avaliação de risco (identificação, análise e avaliação) de acordo com a Norma ISO 31000:2018, refletindo claramente os riscos avaliados, mostrando as probabilidades e impactos dos mesmos, quantificados antes e depois das ações de mitigação. Uma vez concluído o processo de avaliação de riscos, cada área responsável em conjunto com a área de gestão de riscos, realiza o trabalho contínuo dentro do tratamento, a fim de reduzir os níveis de riscos por meio da gestão preventiva, buscando sempre a redução da probabilidade e impacto de cada um, que são apresentados mensalmente ao Conselho e à alta administração da Companhia.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos do grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de riscos propostas pelo *Controller* de risco da *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar quebras de limites; definir estratégias de riscos identificando planos de ação e instrumentos para mitigar os riscos e supervisão global do gerenciamento e controle de riscos. No âmbito de cada Companhia do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional em que se origina o risco é também responsável pelo tratamento e pela adoção de medidas de controle e mitigação dos riscos.

##### Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócios na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Visando garantir o alinhamento dos processos com as exigências de controle da Companhia, a área de controles internos atua na gestão dos controles de acessos ao sistema financeiro e realiza acompanhamento das deficiências de controle identificadas pela auditoria externa para garantir a mitigação de todos os riscos nos prazos acordados.

A Companhia analisa todas as oportunidades de melhorias reportadas pelos auditores independentes na carta de recomendação e define planos de ação para implementação de todas as recomendações que considere pertinentes. A área de controles internos acompanha a implementação dos planos de ação e o resultado dos mesmos.

#### Auditoria Interna

A diretoria de auditoria interna atua na avaliação dos processos e controles relacionados aos segmentos operacional (infraestrutura e redes), comercial (mercado), administrativo, compras e de tecnologia da informação. A diretoria de auditoria interna avalia a eficiência dos processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, dos controles associados às informações contábeis, bem como dos controles de segurança da informação, todos em conformidade com as exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controles e deficiências significativas que possam impactar as informações contábeis e processos da Companhia.

O plano de auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e a evolução dos planos de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados periodicamente aos diretores, e membros do conselho de administração.

A auditoria interna possui uma política interna, que descreve as responsabilidades e principais atividades da área de auditoria, incluindo documentos gerados, comunicação com responsáveis, divulgação dos relatórios, acompanhamento dos planos de ação, entre outros.

Adicionalmente, a auditoria interna também é responsável pela gestão do Programa de *Compliance* da Companhia, que tem como objetivo promover a obediência às políticas e diretrizes da Companhia, bem como às leis e regulamentações vigentes e a ela aplicáveis, além de encorajar uma cultura organizacional pautada pela ética.

#### **(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

##### **(b.1) Risco de crédito**

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 30 de setembro de 2020 é:

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30.09.2020
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	2.274.132
Investimentos de curto prazo	b.1.1	38.813
Depósitos vinculados	b.1.1	848.467
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	2.380.145
Contas a receber - acordos	b.1.2	468.031
Ativo financeiro setorial	b.1.3	1.311.263
Ativo contratual	b.1.3	686.535
Ativo financeiro da concessão	b.1.3	4.910.002
Operação com derivativo	b.1.4	162.156
<b>Total da exposição</b>		<b>13.079.544</b>

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7).

#### (b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

Os depósitos vinculados são efetuados em bancos da união, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. A Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito relacionado a tais depósitos

#### (b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

#### (b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

#### (b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de *swap* vigentes de acordo com o percentual de ajuste enviado pela *Holding* que é calculado individualmente por banco e por companhia.

#### (b.2) **Risco de gerenciamento de capital**

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela a seguir, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	30.09.2020	31.12.2019
Empréstimos e financiamentos	1.016.440	274.423
Debêntures	3.612.417	3.612.989
Operação com instrumento derivativo	(162.156)	(48.607)
Caixa e equivalentes de caixa	(2.274.132)	(1.280.195)
Investimentos de curto prazo	(38.813)	(5.496)
<b>Dívida líquida</b>	<b>2.153.756</b>	<b>2.553.114</b>
Patrimônio líquido	3.384.613	3.969.216
<b>Dívida líquida / Patrimônio líquido</b>	<b>63,63%</b>	<b>64,32%</b>

Do endividamento financeiro total em 30 de setembro de 2020, 36,9% era de curto prazo (7,1% em 31 de dezembro de 2019) e o prazo médio era de 2,71 anos (3,71 anos em 31 de dezembro de 2019).

#### (b.3) **Risco de liquidez**

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 14. As informações refletidas na tabela a seguir incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 30 de setembro de 2020	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.730.153	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	8.564	2.269	984.421	36.513	-
Debêntures	-	26.579	772.071	2.317.822	858.998
Operações com instrumento derivativo	1.479	(4.997)	(105.437)	(58.218)	(40.390)
Obrigações por arrendamento	19.048	9.303	32.352	153.237	7.653
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	584.681	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.759.244</b>	<b>617.835</b>	<b>1.683.408</b>	<b>2.449.354</b>	<b>826.261</b>

De acordo com o CPC 40/IFRS7 (R1) Instrumentos financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, CDI, IPCA e TJLP utilizados nas projeções de juros correspondem aos índices projetados na data de 30 de setembro de 2020.

#### (b.4) Riscos de mercado

##### (b.4.1) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos e debêntures relevantes remunerados pela variação do CDI, IPCA e TJLP. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

Em 30 de setembro de 2020 as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs rentabilizados pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 30 de setembro de 2020 é:

	30.09.2020
Equivalentes de caixa	2.138.164
Investimentos de curto prazo	38.813
Empréstimos e financiamentos	(1.016.440)
Debêntures	(3.612.417)
Operação com derivativo	162.156
<b>Total da exposição líquida</b>	<b>(2.289.724)</b>

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, IPCA e TJLP.

#### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 30 de setembro de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base nas projeções de 30 de setembro de 2020 da B3 dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano, foi definido como o cenário provável e a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade

## Notas Explicativas



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

dos mesmos em cada cenário. A projeção do cálculo considera a taxa de juros contratual: índice mais spread.

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 30.09.2020	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			0,95%	1,43%	1,90%	2,38%	2,85%
Equivalentes de caixa	CDI	2.138.164	20.313	30.576	40.625	50.888	60.938
Investimentos de curto prazo	CDI	38.813	369	555	737	924	1.106
<b>Subtotal</b>		<b>2.176.977</b>	<b>20.682</b>	<b>31.131</b>	<b>41.362</b>	<b>51.812</b>	<b>62.044</b>
Dívidas	Taxa de juros contratual	Posição em 30.09.2020	Projeção despesas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI							
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série)	108,25% do CDI	(703.341)	(8.491)	(12.700)	(17.157)	(21.046)	(25.184)
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	111% do CDI	(1.392.550)	(17.261)	(25.815)	(34.872)	(42.775)	(51.182)
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	CDI+0,80 a.a.	(698.942)	(13.533)	(17.447)	(21.592)	(25.212)	(29.064)
<b>TJLP</b>							
FINEP 2	TJLP+5,00% a.a.	(46.521)	(761)	(1.394)	(2.017)	(2.640)	(3.253)
<b>Contrato de Swap</b>							
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	(817.583)	(41.778)	(46.168)	(49.803)	(54.883)	(59.207)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	782.406	39.124	43.236	46.639	51.396	55.446
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	100% do CDI + 0,7200%	(720.421)	(13.197)	(17.178)	(21.396)	(25.078)	(28.998)
TOKIO 4131	USD + 1,36% a.a.	(183.882)	70.581	(2.825)	(25.514)	(98.908)	(134.204)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,36% a.a.	182.575	(70.079)	2.805	25.333	98.205	133.250
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,06% a.a.	(149.632)	(1.756)	(2.583)	(1.554)	(4.222)	(5.036)
SCOTIABANK 4131	USD + 1,65% a.a.	(289.317)	110.572	(4.940)	(40.396)	(156.136)	(211.678)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,65% a.a.	286.931	(109.661)	4.899	40.063	154.849	209.932
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 2,50% a.a.	(258.936)	(9.290)	(10.723)	(5.818)	(13.566)	(14.977)
BNP 4131	USD + 2,96% a.a.	(496.721)	183.678	(14.854)	(75.563)	(274.716)	(370.177)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 2,96% a.a.	495.927	(183.384)	14.831	75.442	274.277	369.584
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 1,60% a.a.	(456.694)	(12.346)	(14.873)	(9.685)	(19.884)	(22.370)
<b>Subtotal</b>		<b>(4.466.701)</b>	<b>(77.582)</b>	<b>(105.729)</b>	<b>(117.890)</b>	<b>(160.339)</b>	<b>(187.118)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>		<b>(2.289.724)</b>	<b>(56.900)</b>	<b>(74.598)</b>	<b>(76.528)</b>	<b>(108.527)</b>	<b>(125.074)</b>

## (b.4.2) Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	30.09.2020		31.12.2019	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Fornecedores (Itaipu)	92.601	522.335	118.528	477.751
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>92.601</b>	<b>522.335</b>	<b>118.528</b>	<b>477.751</b>

A Companhia possui contratos de dívida em dólar cobertos por operações de *swap* para troca de indexadores do dólar para CDI, dessa forma, não tem risco de variação cambial. Para maiores detalhes vide nota 30.1.1.

## (b.4.3) Risco de preço

## Reajuste tarifário de 2020

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 30 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2020 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2020.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +15,60%, composto por reajuste econômico de +15,27% e componente financeiro de +0,33%. Descontado o componente

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +4,23%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

<b>Reajuste Tarifário</b>	
Encargos Setoriais	2,11%
Energia Comprada	6,77%
Encargos de Transmissão	4,30%
<b>Parcela A</b>	<b>13,18%</b>
<b>Parcela B</b>	<b>2,09%</b>
<b>Reajuste Econômico</b>	<b>15,27%</b>
CVA Total	6,27%
Conta Covid	-8,70%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	2,76%
<b>Reajuste Financeiro</b>	<b>0,33%</b>
<b>Reajuste Total</b>	<b>15,60%</b>
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-11,38%
<b>Efeito para o consumidor</b>	<b>4,23%</b>

#### Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em 17,50%, representando 13,18% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 3.076. Um aumento de 11,38%, representando 2,11% no reajuste econômico em função, principalmente, do aumento de 25,41% do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE Uso”);
- Energia Comprada: R\$ 7.753. O aumento de 14,91% decorre principalmente do aumento dos custos de Itaipu e dos contratos por disponibilidade de energia nova. O aumento do custo de compra de energia representa 6,77% no reajuste econômico; e
- Encargos de Transmissão: R\$ 2.320. O aumento de 37,98% decorre principalmente do aumento da Receita Anual Permitida das instalações da Rede Básica em relação ao ciclo anterior, representando 4,30% no reajuste econômico.

#### Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em 8,46%, representando uma participação de 2,09% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 6,66%, no período de 12 meses findos em junho de 2020; e
- Fator X de -1,80 %, composto por:
  - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,77%, previamente definido na 5ª Revisão Tarifária Periódica (“5RTP”) para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel SP;
  - Componente X-Q (qualidade do serviço) de -0,50%; e
  - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -2,07%, previamente definido na 5RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel SP.

#### Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados no reajuste tarifário totalizam um montante positivo de R\$ 49.419, sendo os principais valores, conforme demonstrado a seguir:

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A (“CVA”) – positivo de R\$ 1.023;
- Neutralidade de Encargos Setoriais – positivo de R\$ 164.613;
- Sobrecontratação de energia – negativo de R\$ 123.572;
- Previsão/reversão de Risco Hidrológico – positivo de R\$ 198.483;
- Conta Covid – negativo de R\$ 1.292.527;
- Outros – positivo de R\$ 79.749.

Vale destacar que o financeiro negativo relativo à antecipação dos efeitos da CONTA-COVID de R\$ 1.292.527, refere-se: CVA energia não amortizada; CVA em constituição até o mês de competência de junho de 2020; e neutralidade das competências de abril e maio de 2020. Caso não houvesse a consideração deste financeiro, o reajuste médio teria sido de 12,2% ao invés de 4,23%.

Maiores informações sobre a CONTA-COVID podem ser verificadas na nota explicativa nº 1.1.

O reajuste tarifário médio de +4,23% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	6,00%
Baixa Tensão	3,58%
Efeito Médio	4,23%

#### (b.4.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* (nota explicativa nº 14.8) exigidos por seus contratos.

#### (c) Outros riscos

##### (c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

##### (c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2020 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o impacto acima do limite de 105% equivalente a R\$ 88.091 (valor atualizado de R\$ 119.641 em 30 de setembro de 2020) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressaltado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déicits - MCSD de energia existente e de energia nova.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual.

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração o acima exposto quanto ao A-1/2015 e o máximo esforço que a Companhia tem enveredado para limitar o nível de contratação. Diante dessa decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, que se encontra em fase de análise na Agência Reguladora. Após o referido despacho, a Companhia atualizou o parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, mantendo o entendimento de que se trata de sobrecontratação involuntária.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL deverá instruir processo para determinar a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020.

#### (c.3) Risco socioambiental

A instalação, ampliação e operação de empreendimentos voltados à distribuição de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais relacionados à fauna e à flora, emissões atmosféricas, água e solo. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas aos padrões de qualidade e de proteção ambiental estabelecidos por diversas leis e regulamentos ambientais que, se violados, podem sujeitar os infratores as sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais na esfera cível.

A edição de novas leis e regulamentos mais severos ou a ocorrência de eventos não previstos que possam resultar em significativos passivos ambientais pode ter um efeito adverso material sobre os negócios da Companhia, não apenas sob o aspecto financeiro, mas também operacional. De acordo com a Lei nº 9.605 de 1998 – Lei de Crimes Ambientais, o valor máximo de multa por descumprimento

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

da lei ambiental é de R\$ 50.000 podendo ser cumulado com penalidade de embargo ou interdição de atividade.

Baseando-se no arcabouço legal ambiental, a Companhia mapeou e monitora continuamente seus riscos ambientais através de um sistema de gestão de riscos, de acordo com a norma ISO 31000. Os principais riscos ambientais foram mapeados, descritos e avaliados qualitativa e quantitativamente, e foram classificados de acordo com sua probabilidade de materialização e impacto para a Companhia. Desta forma, as ações de mitigação praticadas são avaliadas continuamente quanto a sua adequação/suficiência para a mitigação dos riscos à Companhia.

Com o objetivo de manter-se preparada para prevenir acidentes e responder às eventuais situações de emergência e assim evitar ou mitigar os impactos negativos dessas situações na sociedade e no meio ambiente, a Companhia estabelece procedimentos e planos de preparação e respostas a emergências, mantém contrato com empresa especializada em atender a emergências ambientais e se mantém preparada para atender aos principais cenários emergenciais, identificados em seu Sistema de Gestão Ambiental certificado pela ISO 14001:2015. O gerenciamento ambiental de todas as atividades da Companhia é realizado com foco na prevenção à poluição e mitigação de impactos ambientais, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, além de práticas de relacionamento e educação da população para o uso seguro e eficiente da energia elétrica. A Política do Sistema de Gestão Integrado consolida o compromisso da Companhia com o desenvolvimento sustentável, e estabelece as diretrizes para sua atuação considerando os aspectos social, ambiental e econômico.

A Companhia contribui, ainda, com o desenvolvimento sustentável da sociedade e do país assumindo compromissos voluntários como: Pacto Global, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Empresa Amiga da Criança, Princípios da ONU de Empoderamento das Mulheres e Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção.

## 31. Informações complementares

### 31.1 Às demonstrações do fluxo de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

	30.09.2020	30.09.2019
Compensações de tributos - IRPJ e CSLL	44.847	-
Compensações de PIS e COFINS	178.155	-
Doações de linhas e redes (Adição de ativos contratuais, financeiros e intangíveis)	-	15.728

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	30.09.2020	30.09.2019
Pagamento de juros apresentados nas atividades operacionais	125.572	237.494
Pagamento de juros apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	2.591	5.662
Pagamento de juros	128.163	243.156

## 32. Compromissos

A Companhia possui contratos de longo prazo, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas na nota explicativa nº 34 das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS**

30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os principais compromissos de longo prazo da Companhia são:

- contratos de compra de energia elétrica;
- contratos de uso do sistema de transmissão e de distribuição (CUST e CUSD);
- contratos de arrendamentos.

Não houve alteração significativa nos compromissos de longo prazo no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações

trimestrais - ITR

Aos Diretores da

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 19 de fevereiro de 2020, sem modificação, e às demonstrações do resultado e do resultado abrangente dos períodos de três e nove meses e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses do trimestre findo em 30 de setembro de 2019 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 22 de outubro de 2019, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre de 2020.

Barueri, 28 de outubro de 2020.

Diretores:

Max Xavier Lins

Diretor Presidente

Raffaele Enrico Grandi

Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino

Diretor de Pessoas e Organização

Rosario Zaccaria

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho

Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna

Diretora de Serviços

Janaina Savino Vilella Carro

Diretora de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretora de Regulação

Marcia Sandra Roque Vieira Silva

Diretora de Mercado

Margot Frota Cohn Pires

Diretora de Compras

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre de 2020.

Barueri, 28 de outubro de 2020.

Diretores:

Max Xavier Lins

Diretor Presidente

Raffaele Enrico Grandi

Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

Alain Rosolino

Diretor de Pessoas e Organização

Rosario Zaccaria

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

Marcia Massotti de Carvalho

Diretora de Sustentabilidade

Flavia da Silva Baraúna

Diretora de Serviços

Janaina Savino Vilella Carro

Diretora de Comunicação

José Nunes de Almeida Neto

Diretor de Relações Institucionais

Anna Paula Hiotte Pacheco

Diretora de Regulação

Marcia Sandra Roque Vieira Silva

Diretora de Mercado

Margot Frota Cohn Pires

Diretora de Compras